

Hélder do Nascimento Viana

Museu Câmara Cascudo:

uma história sobre a produção científica
e cultural e a ação educativa em museus

1960-1990



O que encontramos ao visitar um museu? Coleção de objetos expostos que por vezes nos inquietam e aos quais nos afeiçoamos. A experiência dos museus nos transmite informação e conhecimento, diversão e sonhos.

Ao apresentar a história dos primeiros trinta anos de existência do Museu Câmara Cascudo, o professor Hélder do Nascimento Viana nos conduz pela fundação da instituição e criação de suas coleções, pela concepção e montagem de suas exposições e pela produção e impacto de suas atividades educativas. Para isso, esforça-se por oferecer um quadro dos visitantes que frequentaram o Museu nesse período, fossem eles pesquisadores, turistas ou estudantes.

Para a realização da pesquisa deste livro, o autor examinou os documentos produzidos pela instituição, coletou testemunhos de antigos pesquisadores e acompanhou, através de investigação em hemerotecas digitais, a cobertura que os jornais locais deram às atividades do Museu. A partir de tais fontes, o autor nos oferece uma imagem da instituição, cuja narrativa está ligada à da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que, recém criada, dava seus primeiros passos. Trata-se de uma história da formação do ensino universitário no Estado, da constituição dos primeiros grupos de pesquisadores, da produção de relevantes acervos de pesquisa, e, sobretudo, de uma importante ação educativa no campo dos museus.

Hélder do Nascimento Viana

Museu Câmara Cascudo:

uma história sobre a produção científica
e cultural e a ação educativa em museus

1960-1990



© Copyright 2024 – Deza's Editech / Natal – RN
zejunior.dg@gmail.com

Autor

Hélder do Nascimento Viana

Editores

Larissa Inês da Costa
José Antonio Bezerra Junior

Revisão

Vanessa Lopes de Freitas

Designer Gráfico e Capa

José Antonio Bezerra Junior

Design Interativo

José Design Studio

Bibliotecária

Larissa Inês da Costa – CRB 15/657

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Viana, Hélder do Nascimento.

Museu Câmara Cascudo: uma história sobre a produção científica e cultural e a ação educativa em museus (1960 – 1990) / Hélder do Nascimento Viana; Editores: José Antonio Bezerra Junior e Larissa Inês da Costa; Revisão: Vanessa Lopes de Freitas; Designer Gráfico e capa: José Antonio Bezerra Junior; Design Interativo: José Design. Natal: Deza's Editech, 2024.

184 p.

ISBN DIGITAL 978-65-84514-26-3

Apresentação de Heloisa Maria Silveira Barbuy.

1. Museu Câmara Cascudo - MCC. 2. História. 3. Produção científica. 4. Ação educativa. 5. Pesquisas. 6. Acervos institucionais. I. Bezerra Junior, José Antonio. II. Costa, Larissa Inês da. III. José Design Studio. IV. Título.

RN

CDU 908:069

CUTTER V614m

Todos os direitos reservados desta
edição reservados à



Impresso e Interação digital



*Ao professor Ulpiano, pela amizade
e incentivo no estudo dos museus*

Agradecimentos

Esta pesquisa foi realizada durante um período de grande dificuldade para todos nós. Meses depois de iniciá-la, a pandemia do COVID se espalhou pelo país, criando uma realidade jamais imaginada. Os obstáculos materiais como o acesso à documentação e aos depoimentos somaram-se à instabilidade emocional a que todos ficamos sujeitos. O trabalho duro e o interesse pela pesquisa foram os meios encontrados para superar aqueles dias difíceis. Hoje, o resultado desse esforço se materializa na forma deste livro, o qual espero que possa contribuir com as pesquisas no campo da história dos museus.

Mais do que a vontade pessoal do autor, este estudo só foi possível com o auxílio de algumas pessoas que, de diferentes formas, colaboraram para a sua realização. Gostaria de deixar meus agradecimentos aos funcionários do Museu Câmara Cascudo: Jailma da Silva Medeiros, Moysés Marcionilo de Siqueira Neto e João Carlos Bernardo de Lima. Aos professores Claude Luiz de Aguiar Santos, Maria de Fátima Cavalcanti Ferreira dos Santos, Ivanilda Pinheiro da Costa e Jerônimo Rafael Medeiros, que me cederam depoimentos e informações preciosas.

À professora e amiga Aurinete Girão, sempre solícita, que colaborou com a revisão das normas técnicas.

Sou grato também à Flávia Assaf, pelo incentivo para a publicação deste trabalho.

À professora Heloisa Barbuy por sua competência e generosidade, e por ter nos brindado com uma bela apresentação do trabalho, o que atribui a mim maior responsabilidade e, aos leitores, expectativa.

Por fim, devo externar minha dívida à Vanessa Lopes de Freitas, minha companheira de longa caminhada, pelo auxílio na revisão dos escritos e por ter suportado as minhas constantes ausências.

Sumário

Apresentação	9
Introdução	13
De Instituto de Antropologia a Museu Câmara Cascudo: a trajetória político-institucional	30
Estabelecendo princípios acadêmicos	33
Reestruturação e indefinições da instituição	37
Censura e presença militar	44
Outros agentes entram em cena.....	48
Criando uma experiência científica multidisciplinar	54
O sentido da antropologia do IA.....	54
Investigando ossários indígenas na Serra do Ronca.....	57
As primeiras grandes pesquisas realizadas	58
Publicações, colaborações e permutas científicas.....	61
A segunda geração de pesquisadores.....	67
O caso da antropologia	68
O setor de paleontologia	76
O campo da arqueologia.....	82
A esfera da museologia.....	86

Formando coleções científicas.....	90
A formação das coleções científicas e artísticas	90
Peralços na formação de coleções científicas	93
Expondo ciência e cultura pedagogicamente	117
A pedagogia das exposições.....	128
O público, o museu e o aprendizado científico e cultural	147
Os cientistas e as coleções	147
Turistas aprendizes.....	150
Os estudantes vão ao museu.....	158
Considerações finais	168
Fontes	173
Referências	178

Apresentação

Câmara Cascudo: um nome mítico. Um dos maiores pesquisadores do século XX no que tange à cultura brasileira vista na perspectiva de sua cultura material. Foi também o mais célebre diretor do Instituto de Antropologia do Rio Grande do Norte, que passou a chamar-se Museu Câmara Cascudo a partir de 1973, homenagem que o Professor recebeu em vida.

A partir da convergência de cientistas pioneiros, que vinham realizando pesquisas desde os anos 1920, o Museu Câmara Cascudo foi fundado como Instituto de Antropologia, pouco antes da criação da própria Universidade Federal do Rio Grande do Norte, da qual faz parte desde o início, em 1959.

É sobre a história desse Museu que nos fala Hélder Viana e de forma muito completa. Transpassando todas as frentes de atividades institucionais e suas repercussões ao longo de suas primeiras três décadas de existência, dos anos 1960 aos 1990, o autor nos leva como que a vivenciar o dia a dia dos pesquisadores do Museu com seus objetivos, dilemas, dificuldades e sucessos para tornar vivo para nós um museu multidisciplinar e muito ativo.

Pelos olhos de Hélder Viana, podemos ver o Museu inscrito no quadro mais amplo das políticas públicas do e para o Rio Grande do Norte, assim como em fluxos de tendências nacionais e internacionais de pesquisa em museus e em museologia mas numa constante que é o ponto de vista dos pesquisadores da instituição como se estivéssemos em seu lugar, agindo e reagindo sob os influxos de diferentes contextos históricos mas sempre firmes e resistentes na realização de pesquisa científica e, sobretudo, na construção de um museu que fizesse a diferença em seu contexto sociocultural.

Interessante observar o quanto o Museu se integra a políticas estaduais como por exemplo, o programa de estímulo à produção cerâmica regional ou à preservação do conhecimento sobre o saber-fazer da pesca artesanal face à pesca industrial que economicamente se impõe. Ao mesmo tempo em que se evidencia o descompasso entre o tempo longo da pesquisa científica e o tempo curto das políticas públicas, vê-se que o Museu sabe tirar partido das oportunidades que surgem para fomentar suas linhas de pesquisa, que trazem em seu bojo a ideia de conhecimento, preservação e valorização de um patrimônio cultural incomensurável: os modos de viver tradicionais e imemoriais, realizados num dado território natural, com suas características muito próprias.

Hélder Viana nos conduz às expedições realizadas em diferentes sítios como a Serra do Ronca (1962), já nos primeiros tempos do Instituto de Antropologia, em que os cientistas fundadores davam tudo de si para formar as coleções científicas de um museu universitário como numa segunda fase, em que uma nova geração de pesquisadores incumbiu-se de levar adiante o legado recebido e abrir novos horizontes, inserindo o Museu nas tendências mais contemporâneas, especialmente a partir da inauguração de sua nova sede, em 1969, como se deu no projeto de Arqueologia de Salvamento do Baixo-Açu, financiado pelo CNPq (1980).

Faz-nos circular também pelos laboratórios do Museu, as montagens de exposições e suas salas depois de abertas ao público. Nesse processo, as ambientações expositivas, com dioramas, maquetes e inserção de estruturas tridimensionais vieram proporcionar aos visitantes, em especial ao público escolar, uma experimentação sensível de universos essenciais à região, indo dos fósseis pré-históricos à exploração do petróleo, consolidando o Museu Câmara Cascudo como referência regional em Museologia.

Chama a atenção a constância com que aparecem os nomes de José Nunes Cabral e Veríssimo de Melo, denotando não apenas uma dedicação intensa ao Museu mas também a busca de inovação e a preocupação pedagógica.

São dignas de nota as fotografias apresentadas no livro, a maior parte encontrada no arquivo do próprio Museu – mais um indicador da qualidade institucional, por ter logrado preservar seus próprios registros: dão rosto e figura a alguns dos pesquisadores referidos ao longo de todo o livro, que se deixaram fotografar geralmente junto ao acervo do Museu, formado nos processos de pesquisa e curadoria museológica, que constituem a vida da instituição, processos estes tão bem adotados por Hélder Viana como eixo para sua própria pesquisa sobre a História do Museu Câmara Cascudo.

As coleções, tomadas a um só tempo como objeto de pesquisa e testemunho identitário da cultura norte-riograndense, organizadas em três áreas – a Antropologia, a Paleontologia e a Arqueologia (depois se desenvolvem a biologia, a botânica e a geologia) –, vão sendo todas enfiadas, ainda, pela Museologia naquilo que visava à comunicação com os diversos públicos que o museu lograva atrair.

Quanto aos públicos que frequentaram o Museu, aquilo que na área de comunicação hoje se chama de recepção, isto é, o modo como o museu é recebido e interage com seus visitantes-usuários, é um dos maiores desafios quando se faz história de museus porque as fontes costumam ser limitadas face à complexidade do processo que se pretende apreender. Das notícias de jornais e dos livros que registram impressões de visitantes, o autor consegue extrair importantes elementos sobre o perfil de diferentes públicos e sobre o que terá sido a interação, a repercussão e o impacto do Museu naquelas décadas.

Desde os anos 1990, têm-se intensificado as pesquisas sobre a história dos museus brasileiros ou melhor, de museus particularizados, realizadas por pesquisadores em diferentes áreas e perspectivas. Os estudos sistemáticos, que percorrem as fontes documentais as mais diversas, colocando-as em diálogo com uma bibliografia atualizada, são muito necessários. Significam “entrar” no interior dos museus, de suas dinâmicas ao longo do tempo, buscando a experiência científica e museológica em perspectiva histórica. O livro de Hélder Viana é exemplar nesse caminho. São trabalhos como este que nos permitem melhor evidenciar o valor e a importância dos museus, instituições

que, apesar de sempre enaltecidas nos discursos oficiais e objeto de um interesse difuso de alguns públicos, ainda carecem – e muito – de um reconhecimento quanto à integralidade da contribuição que permitem dar exatamente por identificar, formar, estudar, preservar e comunicar acervos, coleções ou patrimônio – o nome que se queira dar – tangíveis e intangíveis.

Vivas ao Museu Câmara Cascudo, aos museus em geral, aos museus universitários e a todos aqueles em que a pesquisa é realizada para valer; a todos que os mantêm com seu trabalho e os fazem florescer, apesar de tudo. E a este livro que certamente será muito lido e consultado, esperando que possa inspirar também outros pesquisadores.

Heloisa Barbuy

Introdução

Este trabalho é um estudo de uma das mais importantes instituições de produção e divulgação científica e cultural do Estado do Rio Grande do Norte, o Museu Câmara Cascudo. Apesar de sua importância no campo da produção acadêmica e da difusão científica e cultural, poucos estudos foram realizados de maneira sistemática sobre a instituição. Esta pesquisa procurou oferecer uma história para as três primeiras décadas da instituição, considerando o período da existência do Instituto de Antropologia, a criação propriamente dita do Museu Câmara Cascudo e os seus primeiros anos de funcionamento. Buscou analisar as diferentes gestões que estiveram à frente do órgão e as suas duas primeiras gerações de professores, pesquisadores e funcionários.

A importância dessa instituição esteve, desde o início, relacionada ao surgimento da primeira instituição universitária de ensino superior do Estado, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Assim, sua origem foi moldada por uma perspectiva universitária, fundada na importância da ciência como conjunto de ideias e teorias estabelecidas sobre o método orientado pela verdade e pelo lugar central das humanidades. Estas, entendidas como parte do pensamento crítico, associam-se de forma distinta à verdade, à validade e às propriedades morais e éticas. A variedade dos profissionais envolvidos na história da instituição nos oferece um pouco dessa perspectiva universitária, que procurava articular uma gama de estudiosos de diferentes formações acadêmicas e disciplinares, entre eles, etnólogos, folcloristas, antropólogos, paleontólogos, geólogos, arqueólogos, biólogos, geógrafos, historiadores, etc.

Do ponto de vista do conhecimento universitário no país, os anos 1950 marcam a disseminação das universidades em escala nacional. Esta nova realidade teve efeitos sobre a assimetria do ensino superior nacional, fortalecendo os Estados da federação que estavam mais

distantes dos principais centros de educação universitária localizados sobretudo no eixo Rio-São Paulo.

Ainda mais inovador foi o fato da criação de um museu como produto da iniciativa universitária. No contexto do final dos anos cinquenta, pouquíssimas eram as instituições museológicas que resultaram do trabalho universitário, ou que tiveram uma universidade (ou mesmo uma faculdade) como instituição promotora. A maior parte dos museus públicos foram criados por diferentes instâncias estatais (ministérios, secretarias, departamentos, institutos, etc.) e possuíam motivações específicas, muitas vezes associadas a funções burocráticas.¹

A experiência do Museu Câmara Cascudo esteve ligada não apenas aos primórdios da pesquisa universitária em campos importantes como a paleontologia, a antropologia, a arqueologia, a geologia, a biologia, entre outras, mas também ao fato de ser um importante instrumento de difusão científica e cultural. Suas coleções despertaram o interesse de pesquisadores nacionais e internacionais (que por diversas vezes fizeram questão de visitar a instituição a fim de ver pessoalmente seus objetos) e criaram a possibilidade de estabelecer contatos mais profundos entre eles, facilitando a troca de ideias e a criação de ações de cooperação científica.

No entanto, a atuação mais marcante do Museu se deu, antes de tudo, como espaço privilegiado de educação. Como instituição educacional, o Museu forneceu uma base empírica para os conhecimentos escolares ensinados, oferecendo diferentes temáticas extraescolares. A principal inovação educacional introduzida pelo Museu foi

¹ No levantamento dos museus no país feito por Guy de Hollanda, no ano de 1958, foram identificadas 105 instituições denominadas “museus”. Destas, apenas três estavam diretamente associadas a universidades: o Museu Nacional do Rio de Janeiro, ligado à Universidade do Brasil; o Museu Nina Rodrigues, de Salvador, relacionado à Universidade da Bahia e o Museu do Estado de Goiás, incorporado à Universidade do Brasil Central. Cf. HOLLANDA, Guy de. *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Organização Nacional do ICOM, 1958.

proporcionar uma nova forma de aprendizagem que mobilizava os diferentes sentidos dos visitantes e explorava a dimensão emocional do conhecimento.

A nova instituição foi responsável por estimular um contingente importante de estudantes e professores provenientes não só da própria capital, mas também de diversas cidades do interior do Estado. Além dos estudantes universitários dos diferentes cursos existentes, havia um grande contingente de alunos dos níveis ginásial e científico (fundamental e médio) vindos de importantes escolas públicas e privadas da capital.

Um grupo importante de visitantes do Museu foram os turistas. No contexto em que a capital do Rio Grande do Norte se tornava uma referência nos destinos turísticos nacionais, o novo museu se apresentava como um espaço privilegiado para aquilo que décadas depois seria denominado de “turismo cultural”. Alguns eram oriundos do próprio Estado e aproveitavam uma passagem pela capital para conhecer a nova instituição. No entanto, a maior parte dos visitantes turistas eram de outros estados e estavam em viagem de férias por Natal.

Para a realização deste trabalho, recorri inicialmente aos estudos acadêmicos anteriormente realizados sobre a instituição. Alguns trabalhos monográficos e dissertações foram de fundamental importância para mapear o campo documental, levantar informações preciosas (muitas vezes básicas), e oferecer interpretações sobre a história da instituição.

Entre as principais fontes de pesquisa utilizadas está a documentação oficial da instituição, presente em seu arquivo. A partir dos diversos tipos de documentação (ofícios, atas de reunião, relatórios, livros de visita, fotografias, e muitos outros), pude compreender um pouco a dinâmica do Museu: sua organização institucional e acadêmica, suas diferentes formas de atuação, sua relação com indivíduos e instituições externas, seus problemas cotidianos, etc. Essa documentação soma-se às publicações de caráter acadêmico produzida pela instituição ou por seus membros, através dos periódicos “Arquivos do Instituto de Antropologia”, “Separatas” e “Boletim do Museu Câmara Cascudo”; a outra série de publicações, como a coleção “Textos Acadêmicos”; e a artigos isolados. Através desses

materiais, foi possível mapear algumas temáticas importantes que mobilizaram os acadêmicos que atuaram na instituição durante o período estudado.

Além da documentação institucional, recorri também aos jornais locais, sobretudo ao Diário de Natal, O Poti e a Tribuna do Norte. Esses periódicos me ofereceram um olhar externo à instituição e revelaram que o trabalho do Museu, a partir do momento em que ganhava as páginas dos jornais, atingia uma gama de leitores que por vezes não possuíam a experiência concreta de visitar o museu.

No entanto, devido à natureza da instituição estudada (um museu), o meu olhar foi direcionado para o caráter peculiar da instituição, focada na atividade colecionadora e na prática expositiva. Foi importante compreender como suas coleções foram formadas e a relação delas com o conhecimento textual produzido pela instituição. Em que medida aquelas coleções eram resultado das pesquisas realizadas pela instituição? Como o conhecimento científico produzido pelas pesquisas foram transformados em exposições para um amplo público de visitantes?

Assim, ao investigar a montagem das exposições, procurei compreender não só os conhecimentos que haviam mobilizado aqueles objetos inseridos no espaço das salas do edifício, como também as preocupações didáticas que fundamentaram essas ações. Por fim, tornou-se importante oferecer um quadro, mesmo que provisório, dos primeiros frequentadores do museu (seu público): quantos eram, o que procuravam e qual o impacto daquela experiência sobre eles.

Este trabalho se inscreve em pelo menos dois campos de estudo: a história da ciência (e do conhecimento) e a história da compreensão pública da ciência. Compreender como os museus se tornaram importantes instituições de produção do conhecimento científico tem sido uma perspectiva muito comum no estudo dos museus de história natural e dos museus de ciência, mas engloba também outros tipos de museus, como os etnográficos, arqueológicos, históricos, entre outros.²

² Não cabe aqui fazer uma análise exaustiva da produção historiográfica sobre e a questão, mas apontar e analisar alguns trabalhos exemplares que têm demonstrado a pertinência dos estudos e a diversidade dos temas analisados.

Muitos estudiosos assinalaram como os museus e suas coleções têm sido partes da história e da filosofia do conhecimento, das humanidades e das ciências, ao mesmo tempo em que essa história e essa filosofia são, em parte, também criadas por eles.³

No Brasil, alguns estudos historiográficos contribuíram para o entendimento das atividades dos museus oitocentistas nacionais e do esforço de produzir ciência. Lília Schwarcz analisou o modo como nossos principais museus levaram à frente as discussões antropológicas, sobretudo em relação às teorias raciais.⁴ O trabalho de Schwarcz examinou um contexto histórico particular que compreendeu o período de 1870 a 1910, momento de grande esforço de modernização do país, que transformava as questões ligadas à raça em alvo de uma série de interpretações, muitas vezes conflitantes. A fim de construir os estudos antropológicos produzidos por essas instituições museológicas, Schwarcz analisou suas publicações periódicas, oferecendo um quadro da distribuição dos estudos considerando as disciplinas e os autores.

Investigando também os museus oitocentistas nacionais, Maria Margaret Lopes demonstrou como essas instituições, desde suas origens, se constituíram em *locus* privilegiados da produção científica nacional.⁵ Cobrindo o longo século XIX, Lopes assinalou como a história dos museus brasileiros de história natural foi marcada por fases distintas, que refletiam todo o esforço da recente nação em produzir ciência no próprio território nacional, ao mesmo tempo em que se inseria no campo científico internacional. Para a realização do seu trabalho, Lopes analisou a vasta produção documental produzida pelas instituições, como estatutos, relatórios de expedições e artigos científicos.

³ PEARCE, Susan. *Museums, objects and collections: a cultural study*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1992.

⁴ SCHWARCZ, Lília K. M. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

⁵ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

Ela apresentou a difícil tarefa da institucionalização da pesquisa científica no país, mais especificamente no campo da botânica, da zoologia e da geologia, conforme era praticada pelas primeiras instituições museológicas brasileiras. Ela também evidenciou como o trabalho de classificação de espécies marcou a maior parte das atividades dos naturalistas estrangeiros e nacionais, e esteve intimamente relacionado ao colecionismo sistemático de plantas, animais, minérios, entre outros.

Outras pesquisas estiveram voltadas à análise de aspectos mais particulares dos museus, a exemplo da formação e do uso das coleções científicas. A historiadora britânica Elizabeth Janet Browne deu uma grande contribuição aos estudos sobre o papel do colecionismo científico na construção da reputação profissional e na credibilidade científica na Grã-Bretanha do século XIX. Ao estudar a prática colecionadora do jovem Charles Darwin, ela assinalou um provável “[...] uso estratégico de suas coleções após seu retorno da viagem de Beagle em 1836”⁶ Browne demonstrou que, na época, a Grã-Bretanha já havia estabelecido um sistema de serviços científicos pelo qual os taxonomistas recebiam os espécimes de outras pessoas e os descreviam na imprensa. Assim, através do uso de seus espécimes e das informações deles derivadas, Darwin foi capaz de criar a identidade de um naturalista respeitável tanto para si mesmo como para a elite científica britânica. As doações por ele realizadas a instituições científicas eram sinal do seu interesse em ingressar na comunidade da ciência. A autora retratou como o colecionismo científico de Darwin se diferenciava de outros da época, focado no sistema de patronato pré-napoleônico, conforme praticado por estudiosos como Joseph Banks, que, em sua casa na Soho Square, em Londres, disponibilizava aos estudiosos suas magníficas coleções australianas.

⁶ BROWNE, Janet. Do collections make the collector? Charles Darwin in context. In: BERETTA, Marco. *From private to public: natural collections and museums*. Sagamore Beach: Watson Publishing International, 2005.

Nos estudos sobre a experiência brasileira merece destaque o trabalho de mestrado de Luís Donisete Benzi Grupioni, que trouxe uma grande contribuição para a história das coleções antropológicas nacional e internacional. Grupioni analisou a atuação do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil (órgão federal) no controle das expedições científicas, mais especificamente das expedições etnográficas, empreendidas por pesquisadores estrangeiros que vinham para o país estudar grupos indígenas no período de 1933 a 1968.⁷ Ele demonstrou como a política desenvolvida pelo Conselho representou um novo momento do campo indigenista que se refletia, entre outras coisas, pelo controle sobre a formação e o destino das coleções etnográficas nacionais. O autor citado também apontou como o trabalho de fiscalização do Conselho teve papel importante não só sobre a partilha dos objetos coletados, como também sobre os resultados das pesquisas. Grupioni também retratou como muitas das coleções formadas sob a fiscalização do Conselho foram doadas a museus nacionais e estrangeiros, constituindo-se como parte importante dos acervos das instituições.⁸

Um outro terreno de estudos importante é o da história das exposições museológicas e a produção do conhecimento científico. Considerando que as exposições são uma convenção importante que organizam objetos para a produção de sentido, a compreensão de sua linguagem tem sido o objetivo de diversos estudiosos.

⁷ GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

⁸ Vale citar ainda os artigos: ALBERTI, Samuel J. M. M.. Objects and the Museum. *Focus-Isis*, v. 96, n. 4, Dez. 2005; DIAS, Carla da Costa. Identificando e construindo coleções: colecionadores em campo. *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 1 a 4 de junho, Porto Seguro, Bahia, 2008; HEIZER, Alda; SILVA, Felipe de Araújo e. História e natureza em coleções de museus e jardins botânicos. In: MAGALHÃES, Aline Montenegro; BEZERRA, Rafael Zamorano. *Coleções e colecionadores: a polissemia das práticas*. Rio de Janeiro: Museu Histórico Nacional, 2012.

Em trabalho teórico basilar sobre a relação entre museus e conhecimento, Ulpiano T. B. de Meneses assinalou a importância da exposição na difusão do conhecimento ao descrever as particularidades e potencialidades desse meio pedagógico. A exposição museológica opera com uma linguagem diferente da verbal, a qual é comum nas fontes documentais e historiográficas. A linguagem das coisas (linguagem museal) funda-se no paradigma observacional, na importância da percepção sensorial como uma dimensão particular do conhecimento.⁹

Estudiosos como Susan Pearce demonstraram como determinadas concepções científicas da cultura material podem ser percebidas nas exposições.¹⁰ Uma visão funcionalista da cultura material aparece nas exposições que colocam os artefatos dentro da imagem de seu meio ambiente, e os apresentam como uma adaptação tanto do meio físico quanto do social. Assim, muitas exposições funcionalistas se voltam para demonstrar como os objetos são feitos em termos do material, da tecnologia e da organização da produção e como eles são usados.

Em estudo recente, Jean-Roch Bouiller e Marie-Charlotte Calafat atestaram como o recurso cênico do diorama possuiu uma rica narrativa pedagógica, artística e científica que há mais de um século está associada à própria trajetória dos museus franceses. Ao analisar a história dos dioramas, Bouiller e Calafat demonstraram como ela nos permite compreender o conteúdo científico que constitui sua coleção, a ideologia política que o subjaz e a grade de leitura concreta e espetacular possibilitada pelo próprio dispositivo.¹¹ Os autores chamam atenção para as origens remotas dos dioramas, os quais fundavam-se numa mistura de informações científicas, intenções educacionais e encenações espetaculares. Entre

⁹ MENESES, Ulpiano T. B. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (org.). *Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar / Expressão Gráfica Editora, 2010.

¹⁰ PEARCE, Susan. *Museums, objects and collections*.

¹¹ BOUILLER, Jean-Roch; CALAFAT, Marie-Charlotte. Dioramas ethnographiques et unités écologiques: La mise en scène de la vie quotidienne au Musée d'Ethnographie du Trocadéro et au Musée National des Arts et Traditions Populaires. *Culture & Musées: Muséologie et Recherches sur la Culture*, v. 32, 2018.

esses dispositivos estavam a invenção do panorama por Robert Barker em 1787 e o diorama de Bourbaki, inaugurado em 1881. Esses equipamentos permitiam um jogo de ilusões e suas origens remontam da arte barroca italiana, que mistura pintura, escultura e arquitetura *trompe-l'oeil*.

Boiller e Clafat se detiveram nas experiências duradouras dos dioramas nos seguintes museus franceses: o Museu de Etnografia do Trocadero (MET) e o Museu Nacional de Artes e Tradições Populares (MNATP). A perspectiva dos autores foi demonstrar que essas experiências estiveram sempre marcadas pelo conflito nas fronteiras entre o verdadeiro e o falso, o objeto autêntico e a decoração em torno dele, entre a busca de tornar os objetos mais “acessíveis” ao público e a tentativa de chamar atenção para a dimensão sensível. Ao avaliar tais experiências, os autores chegaram à conclusão de que a história desses dioramas esteve sempre associada a duas perspectivas: eram instrumentos inseparáveis de um certo positivismo, fundado pela “[...] ilusão de poder perceber a realidade objetivamente e de partilhar esta visão com o maior número de pessoas possível”, e não se tratavam de um conhecimento puro, fechado e reservado, mas de algo que “[...] se desenvolve, se constrói e, sobretudo, não existe em si se não for amplamente divulgado”¹²

Outro estudo que merece referência e que se liga fortemente à perspectiva dos museus de ciência, é o trabalho de Lukas Rieppel sobre a história das práticas de exibição dos museus, através da montagem das coleções de dinossauros do Museu Americano de História Natural nas duas primeiras décadas do século XX.¹³ Uma das preocupações do autor foi entender como os curadores que não tinham acesso observacional direto foram capazes de estabelecer a anatomia, a história de vida e o comportamento desses animais extintos. Rieppel indicou como tais exposições se constituíram como produção abertamente especulativa, mas ao mesmo tempo estruturadas pelo trabalho de conectar pedaços individuais de ossos fossilizados ao passado real. A preocupação dos

¹² *Ibidem*, p. 42.

¹³ RIEPPEL, Lukas. Bringing Dinosaurs back to life: exhibiting prehistory at the American Museum of Natural History. *Isis*, n. 103, p. 460-490, 2012.

curadores foi assegurar que os dinossauros não só impressionassem os colegas cientistas e demais visitantes, mas também proporcionassem uma experiência vivida, como uma espécie de janela confiável para o passado. Para discutir a natureza dessas exposições, o autor utiliza os conceitos de representações indexicais e ícones, de Charles Sanders Peirce. As representações indexicais são aquelas “[...] cuja relação com seus objetos consiste em uma correspondência de fato”, enquanto os ícones funcionam como semelhanças, representando o significado de “[...] uma mera comunidade com alguma qualidade”.¹⁴ Conforme observou Rieppel, apesar dos curadores reconhecerem o poder dos ícones de induzir nos visitantes uma experiência vivida, eles temiam que os ícones fossem vulneráveis a distorções pela crença subjetiva, e talvez errônea, de quem os havia criado. A instalação dos dinossauros evidenciava o desejo de tê-los nos dois sentidos: como esculturas icônicas projetadas para evocar uma concepção realista da pré-história nos olhos da mente dos visitantes, e enquanto encenação às virtudes epistêmicas da objetividade mecânica.¹⁵

Um outro campo de exploração da história dos museus tem analisado o papel pedagógico dessas instituições e sua relação com o público. A história dessa relação é antiga e remonta pelo menos ao século XIX, quando os museus se tornavam cada vez mais uma instituição voltada não apenas para o deleite das elites, mas para a instrução da população em geral. Do ponto de vista dos museus de ciências, muitos estudiosos têm se perguntado como e de que maneira os museus têm transformado o conhecimento científico produzido por *experts*, tornando-o inteligível para um público formado por não-cientistas. Esse é um campo importante da chamada “comunicação pública da ciência”.¹⁶

¹⁴ RIEPPEL, Lukas. Bringing Dinosaurs back to life; p. 462.

¹⁵ Ibidem, p. 464.

¹⁶ No Brasil, uma iniciativa importante nesse terreno foi realizada em parceria com Portugal, em setembro e outubro de 2000, no evento denominado Colóquio Luso-Brasileiro de Ciência, Tecnologia e Sociedade - Comunicação Pública da Ciência, ocorrido em Lisboa. Ver: SOUSA, Cidival M.; MARQUES, Nuno P.; SILVEIRA, Tatiana S. (org.). *A comunicação pública da ciência*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

Em trabalho já citado, Maria Margaret Lopes assinalou que, ainda em meados do século XIX, o Museu Nacional já havia demonstrado uma preocupação em transformar parte de suas coleções científicas em coleções destinadas à instrução da população, sobretudo estudantes. Ela assinalou que o Museu Nacional “ [...] desde suas origens, [...] já atuava como centro irradiador e de apoio às atividades de ensino de Ciências Naturais, uma vez que as próprias coleções que constituíram as bases de seu acervo eram as coleções de estudo dos alunos da Escola Militar do Rio de Janeiro”.¹⁷

Em seu estudo sobre a educação científica nos museus de história natural norte-americanos, Jennifer D. Adams pontuou como os fundadores dessas primeiras instituições consideravam a missão de esclarecer o público americano através do acesso a coleções de objetos científicos.¹⁸ Aqueles artefatos, que durante muito tempo haviam ficado restritos ao deleite de colecionadores afortunados, foram transformados, nos museus públicos, em importantes instrumentos de educação popular. Adams afirmou que desde sua fundação, em 6 de abril de 1869, o Museu Americano de História Natural estabeleceu como seu objetivo: “[...] incentivar e desenvolver o estudo das ciências naturais, de promover o conhecimento geral de assuntos afins e, para esse fim, fornecer instrução popular”.¹⁹ Os fundadores da instituição estavam conscientes da importância de transmitir ao público aquilo que seria o grande trabalho de descoberta dos seus cientistas e de coletas realizadas pelas expedições. Para isso, eles promoveram palestras sobre fisiologia, zoologia e botânica, voltadas para professores e diretores de escolas comuns e normais do estado de Nova Iorque. O que chama atenção nessas iniciativas é sua amplitude, pois não estavam limitadas a um público determinado, destinando-se a “todas as classes de pessoas”. Estas experiências, segundo a pesquisadora,

¹⁷ LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*, p. 329.

¹⁸ ADAMS, Jennifer D. The historical context of science and education at the American Museum of Natural History. *Cultural Studies of Science Education*, v. 2, n. 2, p. 393-440, 2007.

¹⁹ MAHN, 1930, apud, *Ibidem*, p. 401.

demonstravam a importância depositada sob o chamado “método de instrução visual”, que pretendia “[...] estimular professores e alunos a ter um acesso à natureza a fim de que esses pudessem ver e fazer observações e se conectar com o mundo natural”.²⁰ As palestras promovidas eram acompanhadas pela reprodução de “slides de lanterna” confeccionados com as melhores fotografias retiradas das expedições dos museus. O Museu também realizava o serviço de empréstimo de suas coleções de slides aos professores, para que estes pudessem fazer uso em suas aulas. O contexto foi marcado pela atuação dos reformadores educacionais, que depositaram sobre os museus um papel central no ensino escolar. Para esses reformadores, caberia aos museus colaborar na expansão da escola pública, completando o trabalho de sala de aula de disciplinas como a geografia, a história e as ciências naturais. Para isso, muitos propagaram a adoção dos chamados “museus escolares”, que consistiam em uma caixa de madeira contendo espécimes representativas de vários animais, como mamíferos, pássaros e insetos, amostras de minerais e madeiras, bem como gráficos e expositores de saúde pública.²¹ Até mesmo mini dioramas foram confeccionados e disponibilizados pelo Museu às escolas, além de amplas coleções bibliográficas sobre animais e suas relações entre si e com os seres humanos.

Essa visão do museu como meio de educação, antes de ser algo simples e consensual, tem se mostrado uma questão problemática. Em uma análise crítica sobre o processo de escolarização dos museus, Maria Margareth Lopes apontou os problemas enfrentados por diferentes pedagogos e educadores nacionais para transformar o museu em um espaço privilegiado para a elucidação dos conteúdos escolares.²²

²⁰ *Ibidem*, p. 402.

²¹ Esse tipo de inovação pedagógica se fez presente no Brasil, sobretudo depois da proclamação da república. Em São Paulo, a experiência foi propagada pelos pedagogos positivistas republicanos. Sobre a questão ver: SOUZA, Rosa Fátima de. *Templo de civilização: A implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. Campinas: Ed. da Unesp, 2004.

²² LOPES, Maria Margaret. A favor da descolarização dos museus. *Educação &*

A autora analisou criticamente como as principais correntes pedagógicas de influência nacional (a Escola Nova, a educação popular de Paulo Freire e a educação permanente proposta pela UNESCO) tomaram o museu como instrumento educacional. A estudiosa assinalou que as três correntes, apesar de suas diferenças filosóficas, definem o mesmo lugar de dependência dos museus em relação ao sistema escolar. Para os pedagogos escolanovistas, o foco da educação escolar estava na aprendizagem, que deveria implicar a promoção de ambientes motivadores, com diversidade de materiais didáticos e bibliotecas que estimulassem as aptidões e os interesses pessoais. Os museus apareciam, assim, como importantes instrumentos nesse processo, ao permitir “[...] uma ‘fixação’ dos conteúdos desenvolvidos, em sala de aula, particularmente no ensino das ciências naturais.”²³ Lopes evidenciou que o movimento de educação popular de Paulo Freire esteve fundamentado sobre o sentido político da educação, que se destinava a colocar em questão “o poder e a rotina das formas de ensino e trabalho”. No entanto, os museus brasileiros não cederam suas salas para as práticas da educação popular, pois estavam ausentes desse movimento de educação e cultura deflagrados nos anos sessenta.²⁴ Por fim, Lopes demonstrou, ao analisar a visão de educação permanente da UNESCO, que esta estava “[...] voltada para o atendimento educativo alternativo, de natureza não convencional”, como “[...] o desenvolvimento de ações complementares ao ensino formal”, de caráter experimental. Essa visão havia influenciado o Programa Nacional de Museus estabelecido no Brasil durante a década de 1980, no qual os museus seriam inseridos dentro de um sistema aberto de educação, adotando soluções educativas marcadas pela flexibilidade e diversidade. Eles se apresentariam como “[...] agência educativo-cultural da comunidade, incentivando o autodidatismo e a criatividade pela exploração de todas as informações disponíveis em seu acervo e na comunidade em que está localizada.”²⁵

Sociedade, n. 40, dez. p. 443-454, 1991.

²³ *Ibidem*, p. 446.

²⁴ *Ibidem*, p. 447.

²⁵ *Ibidem*, p. 448

Ao fazer o balanço dessas experiências educacionais brasileiras, Lopes identificou que o que havia de comum em todas elas era o não reconhecimento da especificidade da ação educativa dos museus. Assim, ao fazer a defesa em favor da “desescolarização dos museus”, a autora termina por afirmar as propriedades educacionais singulares destas instituições como “[...] capazes de despertar sentimentos e processos de aquisição de conhecimentos únicos ao visitante” e de estabelecer “[...] o elo de ligação básico entre os pesquisadores e o público, escolar ou não; como a articulação necessária entre a pesquisa da realidade museológica e sua divulgação pública.”²⁶

Um dos estudos mais importantes sobre a questão é a obra conjunta de Jane Gregory e Steve Miller, *Science in public: communication, culture and credibility*, mais especificamente o capítulo 8, intitulado *Ciência no museu*.²⁷ Depois de apresentar um histórico dos “museus científicos” desde o século XVII no mundo Ocidental, os autores demonstraram que a relação mais marcante entre museus e ciência no século XX foi o aparecimento dos centros de ciência e dos atuais museus de ciência. Por fim, os autores analisam três aspectos centrais ligados à questão dos museus de ciência: a discussão do museu como meio de aprendizagem da ciência, a experiência do visitante e a política de ciência no museu. A discussão desses três pontos são fundamentais para pensar não só a questão da relação dos museus com a ciência na atualidade, mas a própria história dessa relação.

Sobre a questão do museu como meio de aprendizagem da ciência, os autores assinalaram que essa característica tradicional dos museus de ciência como espaço privilegiado e muitas vezes canônico de demonstração de uma ciência triunfalista tem sido questionada por muitos estudiosos. Eles chamam atenção para o fato de que a cultura científica, antes de se mover em uma direção particularmente monolítica, estaria melhor representada como processos pluralistas

²⁶ Ibidem, p. 453.

²⁷ GREGORY, Jane; MILLER, Steve. *Science in public: communication, culture and credibility*. Cambridge: Perseus Books Group, 2000.

que envolvem suas filiações e seus ideais.²⁸ Ao mesmo tempo, os autores explicam que os visitantes e analistas de museus têm visto a experiência do museu envolvendo tanto uma influência de autoria e enquadramento como um produto de múltiplas interpretações e impactos que se assemelham aos encontrados na leitura de um artigo de revista ou na observação de um programa de televisão.²⁹ Alguns críticos chegam a pôr em questão a longevidade e a fixidez das exposições, pois estas reforçariam a visão imutável da ciência. Outros ainda chegam a propor que as exposições deveriam estar focadas sobre múltiplos pontos em relação a uma questão científica.

Outro ponto em discussão diz respeito à experiência do visitante. Os autores partem de alguns questionamentos como o porquê de os museus continuarem atraindo tantos visitantes e desfrutando de forte responsabilidade social. Uma das respostas a essa questão estaria na ideia de que a atração dos museus está voltada a oferecer ao visitante um encontro próximo com a coisa real, seja “[...] um tubarão em um aquário, alguma pedra lunar em um museu espacial, ou um trem a vapor em um centro histórico”. Outro aspecto dessa atração seria a possibilidade de as pessoas poderem construir suas próprias experiências. Assim, diferente da narrativa científica apresentada pelo programa de televisão por exemplo, a exposição museológica, ao demonstrar a teoria da evolução ou a história da aviação, permitiria

²⁸ Vale ressaltar o excelente estudo de Morwenna Pearce e Andrew Simpson sobre a apresentação de princípios científicos nas exposições de biologia do Museu de Ciências Biológicas da Universidade Macquarie, em Sydney, Austrália. PEARCE, Morwenna; SIMPSON, Andrew. The exhibition of scientific principles: a case from the Biological Sciences Museum of Macquarie University. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255730951_The_exhibition_of_scientific_principles_A_case_study_from_the_Biological_Sciences_Museum_at_Macquarie_University>. Acesso em: 25 nov. 2019.

²⁹ PEARCE, Morwenna; SIMPSON, Andrew. The exhibition of scientific principles: a case from the Biological Sciences Museum of Macquarie University. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255730951_The_exhibition_of_scientific_principles_A_case_study_from_the_Biological_Sciences_Museum_at_Macquarie_University>, p. 208. Acesso em: 25 nov. 2019.

ao visitante coletar sua própria seleção de imagens e dados e montar sua própria história, “[...] independentemente de quão inflexivelmente um curador otimista pode ter projetado uma exposição para encorajar o visitante a seguir uma rota particular”³⁰

Mas como avaliar o nível de aprendizagem do visitante em relação aos conteúdos científicos apresentados? Os autores se mostram cientes da dificuldade em medir a aprendizagem do visitante numa exposição. Os estudos sobre visitantes de museus têm demonstrado a multiplicidade de experiências de aprendizados. A falta de estruturação nos museus permitiu um maior empoderamento dos visitantes. No entanto, para certos grupos (como aqueles formados por crianças), a realização de um itinerário estabelecido por pais ou professores parece induzir os olhares. Outro aspecto a considerar é que, ao enfatizar que os museus são espaços de aprendizagem, seus profissionais terminam por considerar apenas os ganhos cognitivos sobre os demais. Pouco se observam os “[...] ganhos afetivos - mudanças de atitude, interesses despertados - que muitas vezes são pessoais e particulares para o visitante individual, e que podem não se manifestar por um longo tempo.”³¹

O último cenário discutido por Gregory e Miller diz respeito à “política da ciência do museu”. Nesse ponto, os autores se voltaram à compreensão da repercussão pública da exposição *Science in American Life*, realizada pelo Museu de História Americana em 1994. Afirmam que esse impacto foi marcado por um debate que envolveu tanto argumentos acadêmicos quanto políticos. Depois de oferecer uma descrição geral de *Science in American Life*, os autores assinalaram como ela refletia uma visão pessimista sobre a ciência. Ao apresentar o debate que se seguiu a exposição, a partir de resenhas de autoria de representantes de duas importantes entidades científicas dos Estados Unidos, os autores demonstraram como tais escritos expressavam duas visões completamente distintas sobre a exposição. Por fim, os

³⁰ Ibidem, p. 210.

³¹ Ibidem, p. 213.

autores identificaram que as imagens construídas pelo público sobre a exposição pouco se ligam às expectativas dos cientistas.

Assim, a fim de oferecer elementos para compreensão pública da ciência, Gregory e Miller propuseram um enfoque que buscou analisar como os museus de ciências negociavam suas relações com o governo, a comunidade e a própria ciência.

De Instituto de Antropologia a Museu Câmara Cascudo: a trajetória político-institucional

Em 1969, foi inaugurado o Museu de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, instalado no prédio recém-construído na avenida Hermes da Fonseca, nº 1398, no bairro do Tirol, na cidade de Natal. O Museu teve seu nome alterado em 1973, passando a se chamar Museu Câmara Cascudo. Para alguns estudiosos, a origem do órgão remonta ao antigo Instituto de Antropologia, criado em 1959, como unidade acadêmica da recém-fundada Universidade do Rio Grande do Norte. A vinculação do Instituto com o Museu faz com que os estudiosos tomem este como uma continuação natural do antigo órgão. De fato, muitas das estruturas do IA foram transferidas para o Museu, sobretudo o quadro de pessoal e administrativo, os equipamentos e até mesmo suas coleções. No entanto, ao surgir como um museu e não mais como um instituto acadêmico, a nova instituição redefiniu profundamente seus propósitos e sua forma de atuação.

A origem do IA esteve associada à própria criação da primeira universidade no Estado do Rio Grande do Norte e ao desejo de desenvolver um campo de pesquisa científica que pudesse englobar diferentes áreas de conhecimento.

A segunda metade do século XX foi marcada, do ponto de vista do desenvolvimento científico e intelectual no Brasil, pela difusão das universidades. Em várias partes do país, as iniciativas partiram dos próprios governos estaduais. Com o tempo, foram assumidas como uma política federal, que tornava as novas instituições peças fundamentais para o desenvolvimento científico, econômico e

cultural brasileiro.³² A expansão do ensino superior no país assinalava uma perspectiva desenvolvimentista, oriunda da preocupação em capacitar o país para se tornar uma nação industrial, urbana, moderna e nacionalista, com o interesse em conferir ao estado brasileiro papel central na gestão desse desenvolvimento.

No caso do Estado do Rio Grande do Norte, foi no ano de 1958 que o governador Dinarte Mariz criou a Universidade do Rio Grande do Norte (URN). Pouco mais de dois anos após a sua criação, a instituição foi federalizada e passou a se chamar Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).³³ A criação de uma universidade no estado já era um projeto antigo, propagado desde o final dos anos de 1920 pelo escritor e folclorista Luís da Câmara Cascudo. Entretanto, até o final da década de 1950, o Estado ainda dispunha apenas de faculdades,

³² Entre os exemplos estão: Na Bahia, a Universidade da Bahia, criada em 8 de abril de 1946, foi composta inicialmente pelas Faculdades de Medicina, de Direito, de Ciências Econômicas, de Filosofia e pela Escola Politécnica, sendo federalizada em 1950; em Pernambuco, em 11 de agosto de 1946, foi formada a Universidade do Recife, a partir da reunião das Faculdades de Direito, Medicina, Filosofia e de Engenharia, sendo federalizada em 1965; no Ceará, a Universidade do Ceará foi criada em 1955, a partir da agregação da Escola de Agronomia do Ceará, das Faculdades de Direito, de Medicina e de Farmácia e Odontologia, sendo federalizada em 1962. No Pará, em 2 de julho de 1957 foi criada diretamente pelo governo federal a Universidade do Pará, a partir da congregação de faculdades federais, estaduais e particulares existentes no estado como as de Medicina, Direito, Farmácia, Engenharia, Odontologia, Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Econômicas e Contábeis e Atuariais, no entanto, a mudança no nome da instituição para Universidade Federal do Pará provavelmente teria ocorrido em 1968; a Universidade do Espírito Santos foi fundada em 5 de maio de 1954, a partir da reunião das faculdades de Odontologia e de Filosofia, Ciências e Letras, das Escolas Politécnica, de Medicina, de Química Industrial e Farmácia e de Belas Artes e do Instituto de Música, sendo federalizada em 1961; em Santa Catarina, a primeira universidade do estado foi criada em 18 de dezembro de 1960, já como universidade federal, denominada de Universidade Federal de Santa Catarina, e foi composta pelo agrupamento de diversas faculdades existentes, como a de Direito, Farmácia e Odontologia, Filosofia, Medicina, Engenharia e Serviço Social.

³³ Disponível em: <<https://www.ufrn.br/institucional/sobre-a-ufrn>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

que estavam dispostas de forma isolada no antigo centro urbano (Cidade Alta e Ribeira) e em bairros adjacentes como Petrópolis.³⁴

A nova instituição surgia procurando oferecer não apenas uma estrutura física que pudesse reunir todas estas unidades esparsas e outras criadas, mas definir novos princípios educacionais e científicos que viessem a espelhar o sentido de universidade. No discurso de inauguração da Universidade do Rio do Grande do Norte, proferido pelo professor Luís da Câmara Cascudo, foi ressaltado o caráter humanista que deveria guiar os princípios da instituição. Sua “missão”, nas palavras do nobre orador, “[...] é preparar os valorizadores da Civilização Brasileira, ampliadores das Culturas, em serviço da Humanidade”.³⁵ Neste aspecto, a universidade deveria ter um comprometimento com as questões nacionais, mas também estaria intrinsecamente ligada a uma perspectiva universal, pautada na abertura para as contribuições de outras culturas existentes no globo. O conceito de universidade foi apresentado como uma comunidade hierarquizada e disciplinada, orientada para atender uma “norma” que é “[...] a sua razão espiritual de exercício no campo da função educacional”. Para isso, ela deveria cumprir um papel social na formação de profissionais que “[...] atenda aos enfermos, erga edifícios, estradas, pontes e túneis, manipule [...] nos laboratórios e farmácias, dê assistência ao Social, conheça Odontologia, as Línguas Neolatinas, Geografia, História, em cursos especializados, e ainda a ciência da Economia e Finanças, Belas-Artes, Música [...]”³⁶

³⁴ As unidades acadêmicas estavam dispostas da seguinte forma: a Faculdade de Farmácia e Odontologia funcionava no prédio antigo do Colégio Atheneu, na Av. Junqueira Aires, na Cidade Alta; no mesmo bairro, na Rua Padre João Manoel, estava instalada a Escola de Engenharia de Natal; enquanto que a Faculdade de Direito do Rio Grande do Norte estava sediada em um prédio próprio construído ao lado do Teatro Alberto Maranhão no bairro da Ribeira; e, por fim, a Escola de Serviço Social de Natal que tinha sede na esquina da Av. Campos Sales com a Rua Açú, no bairro de Petrópolis.

³⁵ O discurso recebeu posteriormente a alcunha de “Certidão de Nascimento da UFRN”. Disponível em: <<https://ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/15711/cascudianamente-a-certidao-de-nascimento-da-ufrn>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

³⁶ Disponível em: <<https://ufrn.br/imprensa/reportagens-e-saberes/15711/cascudianamente-a-certidao-de-nascimento-da-ufrn>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

O principal sentido que apontava para a criação de uma instituição dessa natureza no Estado do Rio Grande do Norte era, antes de tudo, a consciência da importância do saber universitário para a sociedade estadual. Tornava-se cada vez mais consensual, entre os membros da elite dirigente, o papel central que a universidade como centro de produção científica e cultural deveria proporcionar para o progresso e melhoria da realidade do estado.

A instalação da Universidade na cidade de Natal também caracterizava a importância crescente da capital, não apenas como centro político-administrativo do Estado, mas como centro de educação superior. Ela estimulava o fluxo migratório de estudantes do interior que vinham para a capital em busca de formação profissional superior, mas, por outro lado, procurava orientar suas ações para além da capital, no sentido de abarcar diversas regiões do Estado através de atividades de ensino, de pesquisa e de extensão. A criação do Instituto de Antropologia, marcada por uma perspectiva humanista, denotava a preocupação do órgão em contribuir para alcançar essa difícil “missão universitária”.

Estabelecendo princípios acadêmicos

O Instituto de Antropologia foi criado pela Lei Estadual nº 2.694, de 22 de novembro de 1960, que definiu sua finalidade como sendo a de “[...] promover e a divulgar estudos sobre o homem em seus diversos aspectos físico e cultural, inclusive tradição, hábitos e costumes, além de pesquisas relativas às jazidas pré-históricas do território norterio-grandense”.³⁷ Desde o início ficou claro em quais áreas de conhecimento o Instituto iria atuar - Antropologia Física e Cultural e a Paleontologia-, e qual seria o espaço estudado, constituindo este último no próprio território do Rio Grande do Norte. Para estabelecer

³⁷ Lei nº 2.694, de 22 de novembro de 1960. Cria na Universidade do Rio Grande do Norte, Instituto de Antropologia e dá outras providências.

as bases para a criação do Instituto de Antropologia, o reitor da Universidade, Onofre Lopes, nomeou um Conselho Diretor composto pelos professores Luís da Câmara Cascudo, Veríssimo de Melo, José Nunes Cabral e Padre Nivaldo Monte.

Na época de criação do Instituto, Câmara Cascudo já era um intelectual de renome nacional, escritor e estudioso consagrado do folclore. Desde o início da década de 1950, vinha se dedicando à pesquisa etnográfica das formas de trabalho e lazer tradicionais, mais especificamente aos estudos sobre o uso da jangada e a vida dos jangadeiros no litoral nordestino e sobre o uso da rede de dormir no país.³⁸ No início da década de 1960, começou uma nova pesquisa sobre a história da alimentação no país, a partir das culinárias das três principais culturas formadoras da “civilização brasileira”: a indígena, a africana e a portuguesa.³⁹

José Nunes Cabral de Carvalho era formado em Odontologia pela Faculdade Fluminense de Medicina, em Niterói, estado do Rio de Janeiro. Depois de concluir seu curso em 1941, trabalhou como professor assistente na cadeira de anatomia do curso e passou a desenvolver pesquisas no Museu Nacional.⁴⁰ Segundo Jailma Santos, durante esse período Cabral desenvolveu o método de “diafanização” em ossos⁴¹ e “[...] também uma técnica de preservação de cadáveres, permitindo que os órgãos internos do abdômen continuassem moles para estudo mais detalhado”. Em 1958, retornou a Natal e foi aprovado para a cátedra de Cirurgia de Cabeça e Pescoço, da Faculdade de Farmácia

³⁸ Jangadeiros (1957), Jangada: uma pesquisa etnográfica (1957) e Rede de dormir: uma pesquisa etnográfica (1959).

³⁹ História da Alimentação no Brasil (1967).

⁴⁰ Segundo Jaqueline Silva, não há registro no Museu Nacional que comprove a atuação de Cabral como pesquisador na instituição. SILVA, Jacqueline Souza. *Instituto de Antropologia: um espaço para ciência no Rio Grande do Norte (1960-1973)*. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014, p. 65.

⁴¹ Trata-se de uma técnica na qual uma amostra biológica é tratada para tornar a pele e o tecido diáfanos (isto é, transparentes), mantendo a forma do corpo e colorindo o esqueleto.

e Odontologia de Natal, tornando-se, anos depois, o responsável por organizar a cátedra de anatomia na mesma instituição.⁴² Ainda nessa Faculdade, o professor Cabral iniciou a construção de um Instituto Anatômico, composto por laboratórios, ossuário, anfiteatro, além de um museu descrito como “[...] uma sala especial onde as peças anatômicas ficarão depositadas em estantes de vidro”⁴³

Dom Nivaldo Monte era sacerdote e diretor da Escola de Serviço Social de Natal, estudioso dedicado às questões ligadas ao solo, à botânica e à genética. Foi convidado para compor o grupo do Conselho pelos seus conhecimentos nessas áreas, porém, teve pouca atuação pelo fato de, entre 1963 e 1966, ter assumido o posto de bispo auxiliar da Arquidiocese de Aracaju, o que o fez se afastar do Rio Grande do Norte.

Já Veríssimo Pinheiro de Melo formou-se em direito pela Faculdade de Direito da PUC, em 1942. Ainda durante a década de 1940, ao lado de Câmara Cascudo, criou a Sociedade Brasileira do Folclore, primeira associação nacional a reunir estudiosos do folclore. Ao retornar a Natal, assumiu a cadeira de Etnografia do Brasil da Faculdade de Filosofia de Natal, onde fundou um Museu Etnográfico na instituição em 1959.

O primeiro diretor do Instituto de Antropologia foi o professor Luís da Câmara Cascudo e sua passagem à frente do órgão foi meteórica. As causas de sua saída são desconhecidas e os registros deixados são muito escassos.⁴⁴ No entanto, apesar de ter deixado a direção e até mesmo o órgão, Cascudo continuou bastante influente em relação ao trabalho lá realizado, a ponto de, no ano de 1970, ter seu nome sugerido e aprovado para denominar o órgão, que passou a se chamar Museu Câmara Cascudo. Sua influência também pode ser sentida na presença de um dos seus discípulos e amigo, o professor e folclorista

⁴² SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A Construção do Museu Câmara Cascudo*. Monografia (Especialização História do Rio Grande do Norte), Natal: UNP, 2010.

⁴³ SILVA, Jaqueline Souza, *Op. cit.*, p. 65.

⁴⁴ É possível especular que a saída de Cascudo da direção do IA esteja ligada ao convite feito pela Sociedade de Estudos Históricos Dom Pedro II para uma viagem a Portugal e à Espanha, entre os anos de 1962 e 1963, a fim de colher material para sua pesquisa sobre a história da alimentação no Brasil.

Veríssimo de Melo. De algum modo, Veríssimo tornou-se o principal interlocutor de Cascudo com o Museu. Assim, mesmo com sua saída, Cascudo continuou contribuindo intelectualmente com as publicações do Instituto na sua década de existência.

José Nunes Cabral de Carvalho foi, de fato, aquele que dirigiu a instituição por mais tempo e estabeleceu suas primeiras diretrizes. Por um período de dezoito anos (entre 1962 e 1979), ele chefiou a instituição deixando sua marca na administração e na pesquisa. Foi responsável pela entrada da primeira e da segunda geração de pesquisadores da instituição, bem como pela introdução dos estudos no campo da antropologia física, além de contribuir para as pesquisas paleontológicas e arqueológicas.

A organização inicial do IA foi constituída por três departamentos: o de Antropologia Física, voltado para as pesquisas sobre os Sambaquis existentes no país, sob a coordenação de José Nunes Cabral de Carvalho; o de Etnografia Geral, relacionado a pesquisa sobre as áreas de cultura do estado, tendo como coordenador Luís da Câmara Cascudo, contando com uma secção dedicada ao folclore coordenada por Veríssimo Pinheiro de Melo; e o departamento de genética, que ficou a cargo do Monsenhor Nivaldo Monte.

Três anos após a criação do Instituto, dois novos componentes se juntaram aos membros fundadores: o jovem estudante, autodidata no campo da paleontologia e da geologia, Antônio Campos e Silva, e o ex-promotor de justiça e professor de inglês, Protásio de Melo. Antônio Campos e Silva havia sido indicado pelo historiador mossoroense Vingt-Un Rosado. Apesar dos seus vinte e dois anos, era considerado por Vingt-Un como um pesquisador de “[...] extraordinária vocação para a ciência dos fósseis”.⁴⁵ De fato, desde ainda mais jovem, Campos e Silva já havia realizado alguns estudos sobre a geologia e a paleontologia do estado, chegando a ser convidado, em 1958, pelos paleontólogos Llewellyn Ivor Price e Luciano Jacques de Moraes a fazer um estágio no Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM) no Rio Janeiro.

⁴⁵ SILVA, Jacqueline Souza. *Instituto de Antropologia*, p. 69.

Já Protásio de Melo, que era irmão de Veríssimo de Melo, entrou para a equipe do IA em 1963, assumindo a subseção de Malacologia. Apesar da sua formação em Direito e de ter exercido por alguns anos o cargo de promotor adjunto da comarca de Natal, Protásio teve o seu nome ligado ao estudo da língua, notadamente do inglês. Sua ida para a subseção de Malacologia parece ter sido ligada ao seu interesse como colecionador de conchas. Foi nessa subseção que ele iniciou a montagem e a organização da primeira coleção malacológica da instituição. No entanto, foi na seção de Linguística do Setor de Antropologia Cultural que Protásio desenvolveu seus principais estudos sobre as influências linguísticas entre grupos culturais.

Reestruturação e indefinições da instituição

Em 1962, dois anos após sua criação oficial, o Instituto de Antropologia foi de fato instalado. A sede provisória estava localizada no número 961 da Avenida Hermes da Fonseca, no bairro do Tirol. Este espaço seria o lar dos membros do Instituto por pelo menos sete anos. Nele seriam formados os grupos que realizariam suas primeiras pesquisas de campo.

A formação das equipes de pesquisadores do Instituto se deu a partir da realização de um curso de especialização, intitulado Curso de Introdução à Antropologia. O curso tinha como objetivo instruir futuros pesquisadores nas principais disciplinas constitutivas do Instituto e habilitá-los nas técnicas de pesquisa na área. Era composto por três etapas: a primeira dividia-se em aulas teóricas das disciplinas Antropologia Física, Antropologia Cultural Brasileira, Geologia e Paleontologia do Quaternário e Linguística e Língua Inglesa, lecionadas respectivamente pelos professores José Nunes Cabral de Carvalho, Veríssimo de Melo, Antônio Campos e Protásio de Melo.

Na segunda etapa, os nove estudantes participantes realizaram dois cursos de extensão, sendo eles “Arqueologia e Etnologia Brasileira”, ministrado pelo professor Arthur Napoleão Figueiredo, antropólogo

e pesquisador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade Federal do Pará; e “Aculturação Indígena,” a cargo do professor Egon Schaden, antropólogo e pesquisador da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Ao longo dos dezoito meses de Curso, foram ainda realizadas mais doze conferências, que versavam sobre temas mais diversos como “Baixa Prevalência de Cárie Dentária em Areia Preta e Grossos”, proferida por Aldo da Fonseca Tinoco, “Iugoslávia, México e Egito - aspectos antropológicos”, pelo diplomata Nestor dos Santos Lima, “Literatura Negra nos Estados Unidos” pelo professor Raymond Sayers da Universidade de Columbia, entre outras. Por fim, a terceira fase do curso foi destinada à realização de trabalhos de campo, especialmente no interior do estado.⁴⁶

No encerramento do curso, em 25 de julho de 1964, foi conferido aos seus nove alunos participantes o título de Auxiliar de Pesquisador, e em seguida todos foram incorporados aos quadros da instituição. Os formandos foram destinados às três principais áreas de atuação do Instituto. Terezinha Wanderley de Sá Leitão, José Crispim, Francisco Renato de Sá e Benevides Filho foram incorporados como pesquisadores em Antropologia Física; Elizabeth Mafra Cabral, Nássaro Antônio de Souza Nasser e Raimundo Teixeira da Rocha como pesquisadores em Antropologia Cultural; e Manoel Daylor Teixeira de Vasconcelos e Dario Dantas da Silva como pesquisadores em Geologia. As três equipes formadas seriam responsáveis por uma série de pesquisas que dariam visibilidade ao Instituto e constituiriam suas coleções iniciais.

Ainda no ano de 1964, foi iniciada a construção de um novo prédio que abrigaria a instituição, em terreno doado pelo médico Varela Santiago, presidente da Sociedade de Defesa contra a Lepra. O prédio principal era composto por um bloco único dividido em dois pavimentos, com dois jardins interiores. O que chama atenção na edificação é sua natureza de museu, em que o espaço destinado à exposição predomina no prédio. A frente envidraçada e o átrio central conferiam luminosidade ao ambiente, permitindo uma melhor visualização das peças expostas.

⁴⁶ SILVA, Jacqueline Souza. *Instituto de Antropologia*.

Porém, a abertura do teto central se transformou em um problema, pois permitia a incidência constante do sol e da chuva no seu interior, o que causava danos aos objetos expostos. Fariam parte do projeto, ainda, três edificações anexas, que seriam construídas anos depois, e que abrigariam os laboratórios e o setor administrativo da instituição.

Em 21 de março de 1969, a nova sede do Instituto foi oficialmente inaugurada. A inauguração do edifício fazia parte das comemorações dos dez anos da UFRN. Além dele, outros novos edifícios universitários também foram implementados, como o Instituto de Biologia Marinha, a Faculdade de Farmácia e o Instituto de Química, além de Oficinas Mecânicas e da Escola de Engenharia. Conforme divulgou a imprensa local, na ocasião o Museu recebeu a visita do Ministro da Educação, Tarso Dutra, e sua comitiva que se encontrava em Natal para as cerimônias de comemoração do aniversário da UFRN.⁴⁷ No entanto, uma questão colocaria em risco todo esse empreendimento: a Reforma Universitária de 1968, consubstanciada pela Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e os encaminhamentos dados pela UFRN sobre o fato.

A reforma ocorreu em um contexto de grande repressão institucional e de intervenção militar, mas foi responsável por consagrar, ainda assim, uma concepção de universidade calcada na produção de conhecimento. De fato, a reforma propiciou as condições para a efetivação da pós-graduação nas universidades públicas federais e a institucionalização da pesquisa em áreas básicas e profissionais. Conforme observou Silke Weber: “[...] esta lei delineou algumas das condições relativas aos docentes, indispensáveis à sua concretização tais que a valorização de títulos no recrutamento e promoção na carreira (Art. 32, § 2º), regime de tempo integral e dedicação exclusiva (Art. 34) e política de aperfeiçoamento (Art. 35)”⁴⁸ Entretanto, o principal impacto da lei sobre as jovens universidades estava na sua reestruturação organizacional, pois impunha o fim do sistema de

⁴⁷Diário de Natal, 21 mar. 1969.

⁴⁸WEBER, Silke. Marcas da Reforma Universitária de 1968 e novos desafios para a universidade brasileira. *Estudos de Sociologia*. p. 128-129, v. 2, n. 15, 2009.

faculdades e determinava o agrupamento dos diversos departamentos em centros acadêmicos.

Quatro anos depois, a instituição aprovou sua reestruturação substituindo as dezesseis unidades acadêmicas existentes por seis centros, sendo eles o Centro Tecnológico, o Centro de Ciências Sociais, o Centro de Ciências da Educação, o Centro de Biociências, o Centro Agropecuário e o Centro de Comunicação e Artes. O Conselho Universitário ainda decidiu pela criação de um sétimo centro, o de Geociências, que passou a englobar o Instituto de Antropologia e o Curso de Geografia.

Essa mudança teve implicação no Instituto de Antropologia que, como salientou Jaqueline Silva, passou a “[...] se vê isolado da Universidade, fisicamente e administrativamente, e perde suas duas principais disciplinas: a Antropologia, transferida para Centro de Ciências Humanas, e a Geologia e Paleontologia, transferida para o Centro de Ciências Exatas”.⁴⁹ O principal problema da transformação do Instituto em uma unidade suplementar da UFRN foi a perda do poder de lotar professores em seu quadro. A nova situação teria como consequência, nos anos seguintes, a transferência de muitos professores do Instituto para os centros acadêmicos, já que as expectativas acadêmicas lá eram melhores para compatibilizar as atividades de ensino e desenvolver suas pesquisas.

Outro fator que repercutiu sobre os destinos da instituição foi a morte do professor e pesquisador Antônio Campo e Silva em 1972, resultante de um acidente automobilístico. A perda de Campo e Silva representou um grande problema para o setor da geologia do Museu.⁵⁰

Conforme assinalado também por Jaqueline Silva, uma das formas encontradas pelo diretor do Instituto para impedir a perda de autonomia do órgão foi mudar sua natureza de instituto para museu. Antes denominado Instituto de Antropologia Câmara Cascudo, passou a ser nomeado, a partir de 1973, de Museu Câmara Cascudo.⁵¹

⁴⁹ SILVA, Jacqueline Souza. *Instituto de Antropologia*.

⁵⁰ Em 30 de março de 1972 o Conselho Universitário e o Conselho de Curadores da UFRN criaram o Prêmio Antônio Campos e Silva para laurear bianualmente os que se dedicavam à pesquisa no campo da geologia naquela Universidade.

⁵¹ *Ibidem*.

No entanto, a situação de indeterminação institucional do Museu se arrastou por mais alguns anos. A principal mudança organizacional do período veio com a promulgação do Decreto nº 74.211, de 24 de Junho de 1974, pelo presidente da República, general Ernesto Geisel, que fundiu diversos institutos, faculdades, escolas e núcleos dentro de uma nova estrutura: a dos centros. Para isso foram criados cinco centros que passaram a abrigar as antigas unidades acadêmicas. A partir do decreto, assim ficou a estrutura acadêmica da UFRN: Centro de Ciências Exatas e Naturais, pela fusão dos atuais Institutos de Matemática, Física e Química, Ciências Biológicas e Biologia Marinha; Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, pela fusão dos atuais Institutos de Ciências Humanas, de Letras e Artes e de Antropologia, do Serviço de Psicologia-Aplicada (SEPA), da Escola de Música e do Núcleo de Estudos Brasileiros; Centro de Tecnologia, do desdobramento e ampliação dos cursos da atual Escola de Engenharia e da fusão do Instituto Agropecuário; Centro de Ciências da Saúde, da fusão das atuais Faculdades de Medicina, Odontologia, Farmácia e da Escola de Auxiliares de Enfermagem; e Centro de Ciências Sociais Aplicadas, da fusão das Faculdades de Direito, Educação, Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis e da Escola de Serviço Social⁵²

A nova estrutura criou um problema para o Museu Câmara Cascudo, que ficou fora do novo sistema organizacional. A solução provisória encontrada foi subordiná-lo ao Centro de Ciências Exatas, situação que duraria dois anos. Coube ao Diretor do Museu Câmara Cascudo, José Nunes Cabral de Carvalho, em ofício ao Reitor da UFRN, depois de expor as atividades científicas desenvolvidas pelo órgão, solicitar “[...] a desvinculação do Museu “Câmara Cascudo” do Centro de Ciências Exatas”, argumentando que, “a heterogeneidade de objetivos obstaculiza a reunião de especialidades tanto da área – das Ciências Humanas quanto da própria área das Ciências Exatas em – conjunto. O nosso apelo, é portanto no sentido de fazer voltar o

⁵²Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-74211-24-junho-1974-422758-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 5 jan. 2020.

Museu 'Câmara Cascudo' à sua antiga situação de Instituto Especial, diretamente ligado à Reitoria".⁵³

Em ofício do ano de 1975, o Diretor do MCC já havia sugerido ao Reitor da UFRN, Domingos Gomes de Lima, que fosse alterado o art. 145, Número V, do Estatuto da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que definia a vinculação do Museu Câmara Cascudo ao Departamento de Geociência do Centro de Ciências Exatas e Naturais. Desde esse documento, o Diretor já alertava o Reitor sobre os problemas acadêmicos e científicos que aquela situação acarretaria para o órgão:

Essa vinculação implica uma série de problemas, que põem afinal, em risco a atual estrutura da instituição nascida com organização própria, englobando uma parte que poderia perfeitamente ficar ligada ao referido Centro de Ciências Exatas – os setores de Geologia e Paleontologia, - mas que, ao mesmo tempo, fragmentaria a instituição, separando o setor de Antropologia, com as suas várias disciplinas, todas elas ligadas por sua própria natureza, às Ciências Humanas.⁵⁴

Também nesse mesmo período, apesar do pouco tempo de construção (menos de dez anos), o edifício do Museu passou por reformas. Além de uma pintura geral, foi colocado um novo piso no hall de entrada e uma escada principal para ligar o pavimento térreo ao primeiro andar. Também foram instaladas novas salas de exposição de material paleontológico, malacológico e moldagens de microfósseis. No setor de Antropologia Cultural foram pintadas as estantes e os mostruários, além de montada uma nova sala onde foi exposta uma coleção de rendas e labirintos.⁵⁵ Os preparativos eram realizados com uma certa urgência, tendo em vista que o Museu iria sediar um encontro com reitores de todo o país.

⁵³ Ofício N° 070/76, de 13 de maio de 1976.

⁵⁴ Ofício N° 087/75-MCC, de 29 de agosto de 1975.

⁵⁵ Diário de Natal, 27 jul. 1976.

A reabertura do Museu Câmara Cascudo, em 27 de julho de 1976, coincidiu com a conjuntura de votação da Reforma Universitária na UFRN, cuja proposta foi aprovada três meses depois. Pela reforma, o Hospital das Clínicas, a Maternidade Januário Cicco e o Museu Câmara Cascudo foram transformados em órgãos suplementares da UFRN, momento a partir do qual os diretores passaram a ser nomeados pelo reitor. Este novo momento na vida da instituição parece ter deixado para trás o período de perda de autonomia do órgão e da importância da perspectiva antropológica que havia marcado sua origem.

Outro fator relacionado à Reforma Universitária que teve grande impacto sobre a instituição foi a construção do Campus Universitário. Edificado numa área de 123 hectares, na localidade de Lagoa Nova, afastado seis quilômetros do edifício do Museu e oito quilômetros do centro da cidade (onde ainda funcionava grande parte das faculdades e outras unidades administrativas remanescentes da Universidade), o novo campus redefiniu completamente a relação dos seus usuários com a produção do conhecimento e com a própria cidade.⁵⁶ Já em 1972 tiveram início os trabalhos de construção do campus. A firma vencedora da licitação, a paraense Alcyr Meira Arquitetura e Urbanismo, desenvolveu um projeto que segundo seus idealizadores seria marcado pela estrutura moderna “[...] e compatível com a evolução do ensino e pesquisa, dentro de moldes eminentemente tecnicistas.”⁵⁷

A concepção de campus universitário estava baseada na ideia da concentração, em um mesmo espaço, de todos os órgãos da atividade universitária como meio de facilitar não só o funcionamento admi-

⁵⁶ O projeto de campus universitário no Brasil teve como marco importante a criação da Universidade de São Paulo. A proposta de um campus universitário batizado de “Cidade Universitária Armando Salles de Oliveira”, esteve na base de criação da própria universidade em 1934. Em um terreno de 200 alqueires localizado na Zona Oeste da cidade, no que é atualmente o bairro do Butantã, foram transferidos os primeiros departamentos para o novo campus. No entanto, foi só em meados da década de 1960 que ocorreram os maiores investimentos na consolidação do projeto da cidade universitária. Disponível em: <<https://www5.usp.br/uspdestaque/professor-da-fflch-conta-historia-da-formacao-da-cidade-universitaria/>>. Acesso em: 08 jan. 2020.

⁵⁷ Diário de Natal, 24 maio 1972.

nistrativo, mas também a possibilidade de interação acadêmica. A construção do novo campus, no entanto, terminou por assinalar o distanciamento em relação aos antigos órgãos universitários instalados em outras partes da cidade, como no caso do Museu Câmara Cascudo. Assim, a não contiguidade desses espaços dificultou a realização de um trabalho acadêmico mais articulado e contínuo.

Censura e presença militar

O período de funcionamento do Instituto de Antropologia e a primeira década de existência do Museu Câmara Cascudo estiveram inscritos dentro do Regime Militar de 1964. A história das instituições esteve, em parte, ligada às transformações da vida política nacional e à relação dos militares com as instituições científicas e culturais. A maneira como o Instituto de Antropologia (depois, Museu Câmara Cascudo) se comportou em relação ao Regime Militar de 1964 é uma história ainda marcada por algum silêncio.

A instalação do novo regime teve impacto sobre as liberdades de expressão que, do ponto de vista das instituições, representava um controle sobre a produção de ideias e sua apresentação pública. Temas polêmicos deveriam ser evitados e debates políticos proibidos. Pelo menos em duas ocasiões, o professor José Nunes Cabral de Carvalho, diretor do Instituto de Antropologia, emitiu portarias impedindo a manifestação de pensamento político dentro e fora da instituição. A primeira, de 1965, proibiu “[...] terminantemente comentários ou discussões sobre quaisquer assuntos referentes à Política”. A outra, publicada um ano depois, assim dispôs:

Proibir aos pesquisadores e pesquisadores auxiliares do Instituto quaisquer atividades culturais ou científicas que possam envolver o nome da instituição, no âmbito estadual ou interestadual, sem que sejam rigorosamente apreciadas e julgadas por esta Diretoria.⁵⁸

⁵⁸ Portaria nº 03/66, maio 1966.

O descumprimento dessas determinações poderia levar o infrator a sofrer penalidades administrativas e até mesmo mais graves, como a própria exoneração do cargo público.⁵⁹

A principal relação do Regime Militar com as instituições científicas e culturais foi a atuação de representantes civis e militares do novo governo nas atividades dessas entidades. Era comum que instituições militares convidassem membros do Museu para suas atividades. No dia 1º de março 1972, no Boletim Semanal de Ocorrência do órgão, foi comunicada a participação do diretor José Cabral de Carvalho na reunião do NPOR, “[...] para assistir à aula inaugural proferida pelo General Meira Matos (sic)”.⁶⁰ Em outro número do Boletim, foi informada a presença dos professores José Nunes Cabral e Protásio de Melo na homenagem prestada pela Associação dos Diplomados pela Escola Superior de Guerra (ADESG) ao General Meira Mattos. Em outra ocasião, o coronel do Quartel do Comando Geral da Polícia Militar do Estado, Eider Nogueira Mendes, convidou o diretor do Instituto de Antropologia para “[...] assistir à Conferência do Doutor JOÃO MEDEIROS FILHO, subordinada ao tema: A INTENTONA COMUNISTA DE 1935 NO RIO GRANDE DO NORTE”. No documento foi informado que a atividade fazia parte das comemorações do 141º aniversário da instituição policial.⁶¹ No

⁵⁹ Apesar de não encontrarmos nenhum registro de servidor do Instituto de Antropologia que tivesse sofrido alguma dessas sanções, ocorreram alguns casos registrados no âmbito da UFRN. Ver COMISSÃO da Verdade da UFRN: relatório final. Natal: EDUFRN, 2015.

⁶⁰ O general Carlos de Meira Mattos é considerado um dos principais formuladores da geopolítica brasileira dos anos 1970. Em 1969 foi promovido para General de Brigada e nomeado comandante da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), cargo que exerceu até fevereiro de 1971. Em seguida passou a ministrar a disciplina de geopolítica na Escola Superior de Guerra, na Escola de Guerra Naval e na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica. Em novembro de 1973, foi promovido a General de Divisão e nomeado Vice-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas (EMPA) e vice-diretor do Colégio Interamericano de Defesa em Washington, D.C Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Carlos_de_Meira_Mattos>. Acesso em: 05 jan. 2020.

⁶¹ Ofício-circular nº 009/77 – PM/5, de 16 nov. 1977.

ano de 1975, entre as atividades patrocinadas pelo MCC, esteve a palestra proferida pelo tenente-coronel Edgar Maranhão, sobre a “Problemática do Nordeste dentro do Quadro Nacional”⁶²

Ainda na década de 1970 e em boa parte da década de 80, os militares, bem como civis adeptos ao novo regime, tiveram presença constante na vida do Instituto de Antropologia e, depois, do Museu Câmara Cascudo. Figuras do alto comando das forças armadas, em passagem pela capital do Rio Grande do Norte, tinham sempre o Museu como um local privilegiado de visitação. Essas visitas não se limitavam ao caráter estritamente oficial e era comum que fossem acompanhadas por autoridades locais. Assim, tão logo soube pela imprensa da inauguração do Museu, o coronel Élber de Mello Henrique, que morava no Rio de Janeiro, fez questão de conhecer a instituição. Ele fazia parte de uma elite ilustrada das forças armadas e há tempos estudava assuntos ligados à história militar no país.⁶³ Na visita, ele deixou um rápido comentário: “[...] o quanto útil para a nossa sociedade é esta casa de cultura.”⁶⁴

No ano de 1973, foi a vez do Vice-Presidente da República, Almirante Augusto Rademaker, visitar Natal. Entre as ações programadas da comitiva estava a realização de inspeções aos Comandos Militares

⁶² Carta de José Cabral a Antonio Ribeiro, de 12 jan. 1973.

⁶³ A trajetória biográfica de Elber de Mello Henrique está ligada à sua participação como observador aéreo de Artilharia na Campanha da Itália. Assumiu o cargo de Comandante da Bateria de Projetos do Forte de Copacabana e de instrutor da Escola de Artilharia de Costa. Em seguida, tornou-se ajudante-de-ordens do general Inácio José Veríssimo e assistente-secretário do citado general e do general Aurélio de Lyra Tavares. Foi chefe de gabinete do Estado Maior das Forças Armadas e comandante do Segundo Grupo de Canhões Antiaéreos de Quitaúna, em São Paulo. Como estudioso da história militar, publicou diversos livros sobre o tema. Foi membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e do Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos. Em 1999, Elber Henrique, já na reserva, ficou conhecido pelas revelações feitas a jornalista Consuelo Diegues, da Revista Veja, em matéria publicada “Eu vi a tortura”. Em seu depoimento ele afirmou ter presenciado e denunciado ao seu superior as torturas sofridas pelo preso político Roberto Cietto. Disponível em: <<https://www.torturanuncamais-rj.org.br/dossie-mortos-desaparecidos/militantes-politicos-mortos/?ano=1969>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁶⁴ Visitas e Impressões.

pela manhã e à tarde, acompanhada do Governador do Estado, Cortez Pereira; e visitas ao Instituto de Antropologia, ao Instituto de Biologia Marinha e ao Centro Experimental de Criação de Camarões, na margem do rio Potengi.⁶⁵ Dois anos depois o Ministro da Marinha, Almirante Geraldo Azevedo Henning, veio a Natal com uma comitiva de 17 altos oficiais. Na programação da comitiva na cidade estava “[...] além da inspeção das unidades navais e contato com o Governador do Estado Tarcísio Maia, visitas ao Museu Câmara Cascudo e ao Instituto de Biologia Marinha”⁶⁶

Na década seguinte, há registro da visita de comandantes e oficiais do Exército e da Polícia Militar ao Museu. Registrou-se a presença do General Almérico Ferreira Diniz, recém-empossado no comando do 7º Batalhão de Infantaria Motorizada em Natal, que foi acompanhado por um grupo de oficiais do órgão militar. Também o Coronel José Augusto Silveira de Andrada Netto, seguido por oficiais do 17º Grupo de Artilharia de Campanha, visitaram o Museu e deixaram registrada a boa impressão causada nos militares.⁶⁷ Na visita que fez ao Museu em 9 de novembro de 1984, o coronel José Mauro de Cena disse que ficou impressionado com o que viu e parabenizou a instituição.⁶⁸ O general Armando de Moraes Ancora Filho, responsável pelo Comando Militar do Nordeste (CMNE), que também visitou o Museu, fez questão de deixar seus agradecimentos ao professor Veríssimo de Melo (que o acompanhou durante a visita) e parabenizou o trabalho realizado naquela “casa de cultura”⁶⁹

Outro ponto que marcou a presença do Regime Militar no MCC foi o fato de este abrigar em uma de suas dependências, a partir de junho de 1980, a Associação dos Diplomados na Escola Superior de Guerra (ADESG). Esta associação era um dos órgãos civis mais importantes no estudo da segurança nacional e procurava formar quadros leais

⁶⁵ Diário de Natal, 31 ago. 1973.

⁶⁶ Ibidem, 3 jul. 1975.

⁶⁷ Visitas e Impressões.

⁶⁸ Ibidem.

⁶⁹ Ibidem.

ao regime. Nesse ano, a ADESG promovia o seu VIII Ciclo de Estudos, composto por várias conferências de assuntos ligados à segurança nacional e ao desenvolvimento regional e nacional. Por mais de dez anos o órgão realizou diversas atividades, como reuniões administrativas e eventos de estudos. Apenas em 1990, depois de cinco anos tentando reaver suas instalações, o MCC conseguiu garantir a desocupação de suas salas pela ADESG/RN.⁷⁰

Outros agentes entram em cena

O final da década de 1970 e o início da década de 1980 marcaram um momento importante de inflexão na história nacional, mais especificamente na história institucional da UFRN e do Museu Câmara Cascudo. O governo militar iniciou a política de distensão para a retomada do regime democrático. O período também presenciou o afastamento do professor José Cabral da direção do Museu por motivo de saúde e, em seguida, seu falecimento. A morte daquele que havia dirigido a instituição por quase duas décadas representou o fim de uma experiência e o início de uma nova.

Na UFRN, o começo do reitorado de Diógenes da Cunha Lima (1979-1983) assinalou algumas dessas mudanças. Em 05 de fevereiro de 1980, o novo reitor lança o Projeto Rio Grande do Norte, que deveria nortear as ações de sua gestão. O objetivo do projeto estava na máxima de “[...] que a Universidade deixe de ser somente do Rio Grande do Norte e assuma uma posição para o Rio Grande do Norte”. A ideia subjacente era transformar a Universidade num centro de estudos da realidade do Estado:

⁷⁰ Na carta enviada pelo então diretor do MCC, Jerônimo Rafael Medeiros, foi justificado o pedido de devolução das salas para a instalação de um laboratório de restauração e recuperação do acervo museológico. Esse posicionamento do diretor refletia o antigo entendimento dos membros da instituição em considerar inconcebível a permanência de um “órgão totalmente estranho às atividades do Museu “Câmara Cascudo”. Ofício nº 035/90 – MCC, 16 abr. 1990.

Uma preocupação básica é a de evitar a simples realização de estudos monográficos. O que se pretende é a instituição de mecanismos que acionem o debate, a análise e a pesquisa permanente de todos os campos da ciência em relação à realidade local, em função de sua transformação, quando for o caso.⁷¹

O projeto teve a consultoria do geólogo Manoel Correia de Andrade e procurou destacar a necessidade da participação de toda a comunidade universitária, bem como de outros segmentos da sociedade “[...] que se sintam motivados a um efetivo engajamento nesse trabalho”.⁷² Pela primeira vez, a Universidade estava direcionada para uma atuação maior em relação à comunidade estadual.

Nesse aspecto, a atividade de pesquisa foi orientada a tomar a realidade local como um objeto privilegiado de estudo. Ações de interiorização do ensino universitário em várias regiões do Estado também foram promovidas. As atividades de extensão passaram a ser destacadas como uma forma privilegiada de estabelecer esse vínculo entre a ação universitária e as comunidades locais. De fato, a preocupação da UFRN em estreitar os laços com as comunidades do Estado do Rio Grande do Norte parecia acompanhar um processo mais amplo, de caráter nacional, que ganhou forma mais duradoura no final da década de 1980.

Conforme observou Silke Weber, a estreita relação das universidades públicas com as exigências da sociedade motivou novas possibilidades de formação e evidenciou o terceiro propósito da universidade, a extensão, já reconhecida pela Constituição Federal de 1988.⁷³

O período marcou a forte atuação do Museu nas atividades de extensão. Foi nesse contexto que a instituição iniciou uma série de atividades de extensão universitária denominada de “Semanas”.

⁷¹ Diário de Natal, 5 fev. 1980.

⁷² Diário de Natal, 5 fev. 1980.

⁷³ WEBER, Silke. Marcas da Reforma Universitária de 1968 e novos desafios para a universidade brasileira, p. 130.

As “Semanas” eram atividades temáticas dentro do campo de atuação do Museu, entre as quais estavam a Semana do Índio, a Semana do Folclore, a Semana da Criança, a Semana do Pescador, a Semana da Árvore (do Meio Ambiente). Essas atividades compreendiam uma série de ações educativas voltadas principalmente para alunos da rede de ensino, compostas por exposições temáticas, palestras, apresentações culturais, entre outras. Algumas dessas atividades possuíam apoio de órgãos do poder público municipal e estadual.

Em abril de 1979, teve início o primeiro de uma série de eventos denominado de Semana do Índio no MCC. A programação compreendeu exposições e ciclo de palestras destinadas aos alunos e professores do 1º e do 2º graus, aos universitários e aos demais interessados. O evento foi coordenado pelos professores Raimundo Teixeira da Rocha e Regina Mattos. A programação contou com uma palestra do próprio Teixeira sobre a “Origem do Homem Americano”, e outra proferida pelo professor Osmar Medeiros que falou sobre as Inscrições Rupestres no Rio Grande do Norte. Houve também palestras com o professor Iramar Soares de Araújo sobre “Arqueologia do Rio Grande do Norte – Fase Curimataú” e com Hélio Montenegro sobre “Sambaqui – seu aspecto estratigráfico”.

O evento contou ainda com outras palestras do professor Raimundo Teixeira, sobre “Aspectos Gerais da Cultura Tukuna”; da professora Maria Lúcia de Souza que abordou o tema “Funai: principais linhas de ação”; do professor Iramar Soares que tratou da “Cestaria, tecelagem, trançado”; e do professor Orélis Oliveira Silva, que falou sobre “Técnica de culinária”. Houve também a conferência do professor Protásio Pinheiro de Melo sobre a “Contribuição indígena a fala noroeste-riograndense”; além das palestras do professor Francisco Astrogildo Cruz sobre “Mitos e crenças”; do professor Raimundo Teixeira sobre “Técnicas agrícolas”; e da professora Ivanilda C. de Macedo que falou sobre “Tipos de habitações”. No encerramento do evento houve homenagem à figura de Felipe Camarão, com a publicação de trechos da fala de abertura da sessão feita pela professora Maria Regina Furtado

Matos, assinalando a importância desse personagem para a história potiguar.

Outro evento extensivo foram as Semanas do Folclore, sempre realizadas no mês de agosto. Na III Semana Potiguar do Folclore, por exemplo, ocorrida em agosto de 1982, foi apresentada uma programação que reunia ciclo de palestras, feira de artesanato e apresentação de grupos folclóricos e artistas populares. Entre os temas das palestras estavam: “Dinâmica e cultura popular”, proferida pelo professor José Nilson da Silva, da Universidade Federal da Paraíba; “Ideologia e literatura de cordel”, apresentada pelo professor Veríssimo de Melo, da UFRN; e “O significado Cultural do Brinquedo”, de autoria do professor Paulo Sales de Oliveira, do SESC de São Paulo. O evento promovido pela UFRN, através do MCC, contou com apoio do Núcleo de Artes e Cultura, da Secretaria de Educação e Cultura, SESC, da Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, da Federação de Teatro, da Emproturn, e da Secretaria Municipal de Educação e Cultura.

Uma das Semanas mais marcantes realizadas pelo Museu Câmara Cascudo foi aquela dedicada ao pescador e a atividade pesqueira no litoral potiguar. A Semana do Pescador, promovida no ano de 1988, contou com o apoio da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE) e do Museu do Mar Onofre Lopes. Na programação estavam as palestras do professor Tom Miller, “Reflexões sobre a Antropologia Aplicada à Pesca Artesanal”; e dos estudantes Francisca Miller, “Tradições, mudanças e valores numa comunidade de pescadores”, e Daniel Augusto da Silva, “A transformação do pescador artesanal num proletariado de pesca”. O evento foi aberto com a palestra do presidente da Fundação Colônia dos Pescadores do Rio Grande do Norte, Alex Trindade, sobre a “Realidade atual da pesca no RN”, seguida pela comunicação do chefe da Extensão Pesqueira da Superintendência, Nilton Ramalho, sobre “A atuação da Extensão Pesqueira da SUDEPE/RN”. Outra parte da programação contou com a palestra da professora Ilnah Câmara sobre “Aspectos Socioeconômicos da comunidade do Rio do Fogo”; do professor Clementino

Câmara, do Departamento de Oceanografia e Limnologia da UFRN, sobre o “Cultivo de algas: alternativa econômica para o campesinato-pescador do RN; da professora Márcia Gramkow sobre “Análise Socio-econômico-cultural e biológico-ambiental da pesca artesanal em Maxaranguape no RN”; da professora Maria da Conceição de Almeida Moura e do professor Nathanael Rodrigues de Melo Filho sobre o “Aproveitamento da potencialidade pesqueira da Lagoa do Piató, em Açú/RN”; e, por fim, as comunicações “A condição da mulher no litoral do Nordeste: caso da Vila de Ponta Negra” e “Produção artesanal dos instrumentos de trabalho utilizados na pesca – uma arte marginal?”, apresentadas por Gigliola Capodaglio e pela professora Wani Fernandes Teixeira, respectivamente, sendo esta última do MCC. Além das palestras, o evento contou com o lançamento do livro do antropólogo Tom Miller, “A crise da pesca artesanal do RN”, e a realização de exposição intitulada “Viagem ao Mundo das Águas: Produção e Condições de Sobrevivência do Pescador”, que mostrou fotos das colônias de pescadores, peixes como baiacu de espinho e trombeteiros, algas, redes e outras peças.

Eventos como esses foram importantes, pois traziam para o campo de atuação do Museu os problemas sociais e ambientais enfrentados pelas comunidades existentes no estado. A Semana do Pescador de 1988 serviu para pôr em pauta as condições de subsistência das comunidades que viviam da pesca no Rio Grande do Norte, a atuação de grandes empresas pesqueiras, a prática da pesca predatória e a extinção de espécies como a lagosta.

O Museu também participou de projetos de extensão da UFRN em parceria com o governo do estado. Um desses, o Boqueirão, foi voltado para a promoção do desenvolvimento regional. O projeto coordenado pela Companhia Integrada de Desenvolvimento Agropecuário (CIDA), foi executado no município de Touros e tinha como objetivo elevar a produção agrícola por meio da instalação de sistemas de vilas rurais. O Museu Câmara Cascudo teve participação no projeto através do professor Dario Dantas da Silva, que coordenou o projeto Proteína,

“[...] produzindo um estudo geográfico das comunidades pesqueiras.”⁷⁴ Entre as ações dessa pesquisa estava a aplicação de questionários junto aos pescadores de duas importantes comunidades pesqueiras do litoral potiguar: em Maxaranguape, onde se realizava a pesca industrial, e em Pipa, onde era praticada a pesca artesanal. O objetivo dos questionários era recolher dados de natureza geoeconômica e social.⁷⁵

No final do ano de 1984, foi assinado o Convênio Petrobrás/MCC para a montagem de uma exposição permanente e operacional dos postos de petróleo do Rio Grande do Norte. Desde 1973, quando iniciou suas operações no Rio Grande do Norte, a Petrobrás via com muito otimismo a importância da Bacia Potiguar na produção do petróleo nacional. Seis anos depois, com a operação dos campos de Ubarana e Agulha, o estado era responsável por 6,5% de todo petróleo produzido no país. O Convênio com o MCC para a instalação dessa exposição foi mais uma forma de esclarecer a importância do petróleo para a economia estadual e nacional, e de divulgar para o grande público o trabalho realizado pela empresa.

O convênio teve duração inicial de três anos e poderia ser renovado por mais três. A exposição foi organizada em três módulos distintos sobre a produção de petróleo no país: história do petróleo, petróleo no Brasil e petróleo e a Petrobrás. Tinha finalidade didática e era destinada a estudantes da 8ª série do 1º grau, do 2º grau e de cursos técnicos. Para o Museu, o Convênio com a Petrobrás possibilitou um maior estreitamento das ações educativas do órgão com as demandas empresariais e desenvolvimentistas regionais.

⁷⁴ O Poti, 25 dez. 1982.

⁷⁵ Relatório Atividades desenvolvidas entre março e novembro de 1982. Projeto Estudo Geográfico das Comunidades Pesqueiras do Rio Grande do Norte, 30 nov. 1982.

Criando uma experiência científica multidisciplinar

O sentido da antropologia do IA

Um dos aspectos que chama atenção desde a criação do Instituto de Antropologia é a centralidade que foi conferida à disciplina antropológica na definição da própria produção científica do órgão. Tal importância foi marcada também pela escolha de Luís da Câmara Cascudo como seu diretor. Tal indicação se baseou na sua credibilidade como intelectual no campo do folclore e da etnografia, bem como na sua abertura para diferentes campos do conhecimento como a medicina, o direito, a história, as artes e muitos outros.

O contexto de expansão das ciências sociais no país se deu com a criação de diversos cursos de graduação e dos primeiros cursos de pós-graduação em antropologia, o que sinalizava para a importância desses conhecimentos sociais numa sociedade profundamente marcada pelo impacto da modernidade. A tendência da antropologia no país era de se firmar como um campo de conhecimento cada vez mais especializado no interior das ciências sociais. Em muitos casos, essa antropologia dos centros universitários se voltou para a compreensão de problemas da contemporaneidade, como os estudos sobre as diferenças regionais, o impacto das frentes de expansão agrária, a proletarianização rural com o desenvolvimento da *plantation*, as discussões sobre assimilação e fricção interétnica, entre outros.⁷⁶

A proposta de criação do Instituto, antes de assinar a especialização da disciplina antropológica, procurou oferecer uma abordagem

⁷⁶ CORRÊA, Mariza. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1995. v. 2.

multidisciplinar voltada para compreensão não só da relação dos homens entre si, mas também com a natureza. Em um artigo escrito anos depois, Veríssimo de Melo apresentou esta concepção nas seguintes palavras:

Antropologia, no seu sentido mais amplo, é o estudo do Homem e da Cultura. Do homem como produto da evolução animal e da soma total de suas criações materiais ou não-materiais, isto é, da cultura. Do que se evidencia que a Antropologia é, ao mesmo tempo, ciência biológica, ciência social e uma das Humanidades.⁷⁷

A antropologia estava dividida em dois ramos distintos: a antropologia física e a antropologia social (e cultural). No entanto, uma série de outras disciplinas estavam a ela ligadas intrinsecamente, seja no estudo do mundo físico, seja no estudo do mundo social, possibilitando a existência de outras matérias na mesma instituição, a exemplo do folclore, da paleontologia, da arqueologia, da geologia e, posteriormente, da genética. Seguindo a perspectiva de Hoebel, Veríssimo afirmava que dependendo da abordagem que viesse a ser dada a antropologia, ela poderia englobar tanto a anatomia, a fisiologia, a psicologia fisiológica, a geologia, a paleontologia e a primatologia quanto a história, a arqueologia, a arte, a literatura, a música, a tecnologia, a linguística, a ciência política, o direito, a psicologia, a economia, a sociologia e a geografia humana.⁷⁸ Essa concepção fez com que um grande número de disciplinas e campos de conhecimento se apresentassem como auxiliar do pensamento antropológico. No Instituto, inicialmente, a única disciplina que apresentava destaque fora da antropologia era a paleontologia. No entanto, até mesmo esta estava direcionada para um recorte circunscrito ao universo humano, ou seja, a paleontologia ali definida era a do “quaternário”, período marcado pelo surgimento dos grupos humanos no planeta.

⁷⁷ MELO, Veríssimo de. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. Natal: Imprensa Universitária, 1973. p. 15.

⁷⁸ *Ibidem*, p. 16.

Apesar dessa concepção ampla da antropologia, esta manteve a divisão disciplinar entre “antropologia física” e “antropologia social” ou, posteriormente, “cultural”. Em grande parte, a importância dada à “antropologia física” parecia ainda ligada às preocupações oitocentistas sobre o surgimento e a diferenciação dos grupos humanos e sua evolução, enquanto a “antropologia cultural” centrava-se no estudo das diferenciações culturais, considerando aspectos como os costumes, as formas artísticas, a língua, as tradições e o folclore.

Essa forma de permitir espaço para outras disciplinas fez com que o Instituto encontrasse a sua organização em alguns modelos institucionais. Não há dúvidas de que o modelo do Museu Nacional do Rio de Janeiro tenha servido de referência para a instituição potiguar. O mais antigo centro de conhecimento científico do país estava organizado em seções que iam da geologia, passando pela paleontologia, mineralogia, antropologia evolutiva e etnografia. Aplicava a pesquisa de campo e constituía suas coleções como prática científica importante. Além disso, o referido museu havia transformado suas exposições em atividades importantes da educação escolar desde o início do século XX.⁷⁹

Do ponto de vista regional, o IA parecia se diferenciar bastante de outro órgão similar criado alguns anos antes em Pernambuco: o Instituto Joaquim Nabuco. O órgão pernambucano, idealizado por Gilberto Freyre, tinha a sociologia como disciplina central e seus estudos eram voltados para as mudanças sociais, econômicas, culturais e políticas da sociedade tradicional para a sociedade moderna.⁸⁰

Apesar dessa visão multidisciplinar do Instituto centrada na antropologia, com o decorrer do tempo, conforme veremos, a tendência de especialização e autonomia disciplinar foi se tornando cada vez mais forte na instituição, em parte pela entrada de novas demandas intelectuais e acadêmicas.

⁷⁹ Sobre a trajetória do Museu Nacional como instituição basilar das ciências naturais no país e sobre a mudança da instituição para o público escolar ver LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica*.

⁸⁰ Para um estudo do IJN ver o trabalho de FRESTON, Paul. Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*.

Investigando ossários indígenas na Serra do Ronca

A preocupação multidisciplinar aparece de forma mais clara com a primeira atividade de pesquisa do órgão: a excursão à Serra do Ronca, município de São Tomé, a 130 quilômetros da capital. A equipe do Instituto, composta pelos professores Luís da Câmara Cascudo, Mons. Nivaldo Monte, José Nunes Cabral de Carvalho e Veríssimo de Melo, tinha como objetivo realizar um levantamento antropológico e etnográfico de um ossário indígena encontrado no local.

Uma das grandes inovações das ciências sociais no país, que vinha se definindo pelo menos desde a década de 1950, foi a adoção da pesquisa de campo. Na busca por encontrar um arcabouço científico para a produção antropológica, muitos passaram a ver no trabalho de campo uma forma de se distanciar das abordagens das “grandes sínteses”, as quais haviam marcado o trabalho de intelectuais como Oliveira Viana, Sérgio Buarque de Holanda, Gilberto Freyre, entre outros.

As primeiras pesquisas de campo realizadas pelo IA tinham algo de singular: a presença de estudiosos de diferentes disciplinas. A pesquisa passava por diversas mãos, ou diferentes cabeças, mesmo sendo estas de áreas tão distintas. A Serra do Ronca estava, geograficamente, marcada pela presença de riachos e córregos que serviram durante muito tempo aos antigos índios cariris como uma área de cultivo de cereais e de caça. Na gruta explorada pela equipe, foi encontrado um depósito de ossos, “[...] confusos, confundidos, revolvidos, sem elementos que recordem cerimonial indispensável de sepultamento regular”, conforme relatou Câmara Cascudo numa matéria para o Diário de Natal.⁸¹ Ainda segundo Cascudo, os ossos “[...] estavam ocultos numa cavidade natural e oculta por pedras imensas, de dezenas de toneladas, escondendo e dificultando o acesso ao que seria um local sagrado para os indígenas do tempo antigo.”⁸²

⁸¹ Diário de Natal, 11 jun. 1962.

⁸² Ibidem, 18 jun. 1962.

Nos dois artigos que escreveu sobre a expedição no DN, Cascudo se preocupou em fornecer informações históricas sobre a região, os significados dos topônimos “pedras dos ossos” e “ronca”, e em apresentar uma interpretação sobre o local, que para muitos se tratava de um antigo cemitério. Em sua interpretação, ele estava inclinado a pensar que a “Pedra dos Ossos” não havia sido um cemitério, mas um ossário. Ele argumentou que para ser um local de sepultamento, os ossos não deveriam estar numa disposição tão arbitrária como foram encontrados, mesmo considerando a ação de animais necrófagos e da força das águas de inverno. Ele inquiriu sobre os relatos locais da existência de muitas esteiras e da abundância de tecido de palha trançado, retangular ou em paralelogramo, que poderiam indicar algum tipo de parafernália fúnebre destinada a acondicionar os ossos para serem postos no hipogeu. No entanto, revelou que nenhum desses objetos foram encontrados, dificultando uma investigação nesse sentido.⁸³

É possível observar que nessas primeiras atividades de pesquisa envolvendo estudiosos com diferentes formações, cada um poderia contribuir a seu modo para pensar o objeto de estudo. Desse modo, os conhecimentos etnográficos e folclóricos apresentados por Cascudo serviam para matizar as análises de cunho arqueológico.

As primeiras grandes pesquisas realizadas

Conforme vimos anteriormente, as equipes de pesquisas formadas a partir do Curso de Introdução à Antropologia constituíram a base dos primeiros trabalhos do Instituto de Antropologia. A segunda fase do curso teve como objetivo a formação profissional dos alunos, sendo uma das atividades mais importantes a realização de pesquisas de campo em diferentes localidades do estado. Neste período, já haviam sido criados os três departamentos do IA foi sendo definido como um espaço de Antropologia Física, Antropologia Cultural e Geologia e Paleontologia.

⁸³ Ibidem.

Cada departamento ficou responsável pela realização dessas atividades. Ao todo, foram vinte viagens de campo cujos objetivos incluíam a pesquisa geológica no litoral norte de Natal; a aquisição de peças etnográficas (ex-votos) da devoção popular de José Leão; as coletas de conchas nas praias de Pititinga, Maracajaú e Areia Branca; as pesquisas sobre inscrições rupestres no estado; entre outras.

Nos anos seguintes após o encerramento do Curso e com os seus departamentos completos, o Instituto passou a estabelecer uma regularidade em suas atividades de pesquisa. Conforme assinalou Jacqueline Silva, o IA foi sendo definido como um espaço de investigação científica em que os pesquisadores trabalhavam em grupo na resolução de um problema ou de um conjunto de problemas relacionados. O Instituto também passou a proporcionar aos estudantes da universidade, na qualidade de bolsistas ou de voluntários, a chance de participarem da atividade de pesquisa e de adquirirem conhecimento técnico.⁸⁴

Na área da paleontologia e da geologia, uma das pesquisas mais promissoras do período foi a realizada em Olho d'Água da Escada, no município de Mossoró. Através dela, os estudiosos procuraram identificar diversos aspectos da geologia, da fauna e da flora do período pleistocênico na região. Um dos campos de estudos foi dedicado ao paleoclima, que corresponde à situação climática de 1 a 2 milhões de anos atrás. Os dados obtidos nas expedições foram de fundamental importância para a compreensão da ecologia regional, sobretudo o estudo da paleofauna nordestina (preguiças gigantes, tatus, toxodontídeos, tigres dentes de sabre e mastodontes). Dois trabalhos resultantes dessas primeiras pesquisas foram publicados: um de autoria do professor José Nunes Cabral de Carvalho, que apresentou uma descrição inicial das condições do material fóssil encontrado, com maior detalhamento sobre os componentes da paleofauna⁸⁵; e o outro, do professor José Maria

⁸⁴ Diário de Natal, 18 jun. 1962, p. 49.

⁸⁵ CARVALHO, José Nunes Cabral de. Considerações sobre a fauna pleistocênica do Lajedo da Escada. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 2, n. 1/2, mar. 1966.

Damaceno estudou a ocorrência de toxodontes (*Toxodon platensis*) na localidade, a partir da análise de dentes da arcada superior e inferior e de um fragmento de maxilar fossilizado do animal.⁸⁶

Outra pesquisa inovadora no campo da geopaleologia foi a realizada na fazenda Lágua Formosa, no município de São Rafael. O estudo constituiu um conjunto de expedições que duraram mais de uma década e proporcionaram informações preciosas sobre as jazidas fossilíferas pleistocênicas da região.

No setor de arqueologia, uma das primeiras pesquisas de grande porte foi a desenvolvida pelo antropólogo e arqueólogo Nássaro Nasser. A investigação fazia parte do Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas (PRONAPA), patrocinado pelo Smithsonian Institute, sob a supervisão de Betty Meggers e Clifford Evans.⁸⁷

⁸⁶ DAMACENO, José Maria. Ocorrência de **Toxodon platensis** OWEN, 1840 em Olho D'Água da Escada, distrito de Baraúna, município de Mossoró, Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. Separata. Série Especial: Paleontologia, n. 1, 1973.

⁸⁷ O Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA) foi composto por representantes de 11 universidades e museus brasileiros com o copatrocínio do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq) e o Instituto Smithsonian, com a colaboração da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. O programa originou-se de uma longa conferência, organizada pela Universidade Federal do Paraná, em 1964, com apoio da Fulbright Commission in Brazil e da CAPES (Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), que reuniu arqueólogos de várias partes do Brasil. Nessa reunião, foram discutidos procedimentos padronizados de análise e descrição da cerâmica, acertado um glossário de termos arqueológicos e revisada a situação da arqueologia brasileira tanto do ponto de vista dos problemas de pesquisa, como das instalações institucionais e de apoio financeiro.

O programa, com duração de cinco anos, concentrou-se nos estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Norte inicialmente. O objetivo final da pesquisa era oferecer uma compreensão dos processos através dos quais sucessivos grupos de imigrantes pré-europeus com diferentes padrões de subsistência se adaptaram às diversas condições ambientais do Brasil. A tarefa principal era selecionar as áreas nas quais pesquisas arqueológicas intensivas produziram os resultados mais significativos durante o período de tempo. Uma região deveria ser investigada intensamente a cada ano. Dentro dela, tantos locais quantos pudessem ser descobertos deveriam ser registrados, mapeados e amostrados, tanto por coleções superficiais quanto por escavação estratigráfica. Amostras de radiocarbono e amostras de solo foram obtidas e as fotografias complementaram as

No Rio Grande do Norte, os trabalhos de exploração arqueológica foram realizados na região da bacia do rio Curimataú, entre o município de Vila Flor e a serra de São Bento. Na região, foi realizado um levantamento de vários sítios cerâmicos e estabelecidas as primeiras classificações do material encontrado. Entre os materiais cerâmicos estavam um conjunto de vasilhames da fase Curimataú, correspondente aos tipos “simples”, “decorados pintados” e “decorados plasticamente”.⁸⁸

Publicações, colaborações e permutas científicas

As expectativas de produção científica do órgão eram as mais promissoras possíveis. Desde o início, houve a preocupação em se criar um periódico que pudesse divulgar os trabalhos produzidos

notas descrevendo a localização do local e a situação ambiental. Locais nos quais se poderiam obter informações com uma investigação mais completa no futuro também foram mencionados. Após cada temporada de trabalho de campo, os materiais culturais coletados foram classificados. Para os restos pré-cerâmicos, isso envolveu a segregação de grupos distintos de tipos de artefatos, que na maioria dos casos foram correlacionados com diferenças no padrão de assentamento. Amostras de cacos de cerâmica foram classificadas pelo método de análise quantitativa, desenvolvido principalmente por Ford (1962), como preliminar para a construção de sequências seriadas. Cada sequência seriada representava uma fase ou cultura arqueológica, caracterizada por tipos específicos de artefatos de pedra, padrão de assentamento e padrão de sepultamento, bem como um complexo de cerâmica distinto. Na maioria das regiões, a antiguidade relativa das várias fases pré-cerâmicas e cerâmicas poderia ser estabelecida com base em mudanças nos tipos de artefatos, superposição estratigráfica ou evidência de comércio ou aculturação. (PRONAPA. *Brazilian archaeology in 1968: an interim report on the National Program of Archaeological Research*, American Antiquity, v. 35, p. 1-23. 1970).

⁸⁸ A análise arqueológica desse material e sua comparação com registros e descrições de fases cerâmicas em outras regiões do país levaram o pesquisador a concluir que a fase Curimataú era parte integrante da tradição Tupiguarani (NASSER, Nássaro A. de Souza. Considerações preliminares sobre a arqueologia da bacia do rio Curimataú. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quarto ano, 1968-1969. Publs. Avuls. Mus. Paraense Emílio Goeldi, Belém, n. 15, 1971).

pela instituição não apenas local, mas nacionalmente. Os Arquivos do Instituto de Antropologia seguiam o mesmo modelo do Arquivo do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Uma parte era formada por artigos de estudiosos da instituição e outra por colaboradores locais e nacionais. A primeira edição do Arquivo do Instituto de Antropologia foi composta, em sua maior parte, por artigos que continham os primeiros resultados das pesquisas realizadas por Veríssimo de Melo, José N. Cabral de Carvalho e Antônio Campos e Silva, além de ter contado com a participação de autores convidados, como o folclorista paulista Alceu Maynard de Araújo e o escritor cabo-verdiano Luís Romano de Madeira Melo, radicado em Natal.

A segunda edição apresentou um texto de abertura de autoria do etnólogo Herbert Baldus, seguido por diversos artigos de pesquisa de membros do Instituto entrecruzados por textos de colaboradores externos à instituição, como Oswaldo de Souza, Oswaldo Lamartine de Farias e, novamente, Luís Romano. A terceira edição teve como texto de abertura um artigo de Luís da Câmara Cascudo. O número também contou com a participação de estudiosos de peso nacional e internacional, como o antropólogo paulista Egon Schaden, o norte-americano Leslie White e o geógrafo holandês, doutor em sedimentologia, Jannes Markus Mabesoone.⁸⁹

Provavelmente, os altos custos das publicações e as dificuldades de produção de material impresso tornaram os Arquivos um material de vida efêmera. Após o lançamento dos primeiros três números, optou-se pela publicação de artigos em fascículos avulsos na forma de Separatas. As publicações avulsas eram mais baratas e mais fáceis de publicar.⁹⁰

⁸⁹ Arquivos do Instituto de Antropologia. Natal, v. 1, n. 1, mar. 1964; Arquivos do Instituto de Antropologia. Natal, v. 1, n. 2, dez. 1964; Arquivos do Instituto de Antropologia. Natal, v. 2, n. 1/2, mar. 1966.

⁹⁰ Entre os títulos das Separatas estavam “A paleontologia no Rio Grande do Norte” (1969), de autoria de J. N. Cabral de Carvalho, A. Campos e Silva, Leon D. Dantas de Oliveira, Marilda Fernandes e S. Garcia de Carvalho; “Nota Prévia sobre a extinção de mamíferos na parte norte da Chapada do Apodi – Rio Grande do Norte” (1970), Sheila Garcia de Carvalho; “Contribuição Indígena à fala norte-rio-grandense” (1971), de Protásio Pinheiro de Melo; “Sobre a ocorrência do **Smilodon populator**

Depois de 1973, período que marcou a crise e reestruturação do Museu, as publicações autônomas desaparecem e os membros da instituição passam a publicar seus estudos através de outros meios. Alguns pesquisadores publicaram em revistas da própria UFRN, como a *Tempo Universitário*, ou em periódicos de instituições científicas de outros estados, ou mesmo estrangeiras.

Em 1981, o MCC voltou a ter uma publicação própria, denominada *Boletim do Museu Câmara Cascudo*. O periódico se propunha a cobrir cinco campos de estudos do Museu: a antropologia, os estudos ambientais, a geografia humana, a botânica experimental e a paleontologia. Quatro artigos foram destacados no seu primeiro número: *Princípios e metas da antropologia cultural*, de Veríssimo de Melo; *Anatomia popular*, de Protásio P. de Melo; *A ritualidade e a morte*, de Alba Laurito; e *Antropologia urbana: panorama de uma problemática teórica / metodológica*, de Djason B. Cunha. No entanto, por algum motivo desconhecido, o periódico se limitou ao seu número de estreia. Novamente, ao invés de manter um periódico próprio que pudesse garantir a publicação das pesquisas e estudos da instituição, bem como estabelecer um meio importante de contato científico e cultural com pesquisadores de outros centros acadêmicos, o MCC abandonou definitivamente essa via.

A forma encontrada para promover a publicação dos trabalhos de seus pesquisadores foi buscar programas editoriais mais gerais da própria UFRN, como a *Coleção Textos Acadêmicos*, voltados para todos os departamentos da Universidade.⁹¹

Lund, 1842, no Rio Grande do Norte” (1971), Leon D. D. De Oliveira; “Ocorrência de *Toxodon platensis* Owen, 1840 em Olho D’Água da Escada, distrito de Baraúna, Município de Mossoró, Rio Grande do Norte” (1973), José Maria Damasceno; “Ocorrência de carnívoro fóssil em São Rafael”, Rio Grande do Norte (1973), Leon Diniz Dantas de Oliveira.

⁹¹ Pelos menos seis trabalhos do MCC foram publicados na *Coleção Textos Acadêmicos*: no número 3, o “Curso de Introdução à Teoria Antropológica”, do professor Vicente Giancotti Tassone; no número 19, o estudo de Marilda Fernandes de Carvalho, “Sedimentos da lagoa de Nísia Floresta”; o número 127 foi dedicado ao “Estudo da toxidez do alumínio, com vistas ao melhoramento genético em plantas”;

Outro sinal da formação de vínculos científicos com outras instituições pode ser identificado através da correspondência expedida e recebida pelo Instituto de Antropologia e depois pelo MCC. Elas evidenciam a diversidade dessas conexões e mostram que instituições de diferentes campos disciplinares e de diversos espaços nacionais e internacionais se interessavam pelas atividades do IA.⁹² Os conteúdos dessas mensagens são muito vastos e ainda não foram devidamente investigados. Nas correspondências do ano de 1962, conforme levantou Jacqueline Silva, havia um grande número de solicitações de material bibliográfico para compor a biblioteca do Instituto, bem como várias solicitações de informações específicas de pesquisa e algumas propostas de intercâmbio e colaboração científica.

de Jerônimo Rafael Medeiros; o número 187 dedicou-se a “Arte oleira: expressão da cultura popular do Rio Grande do Norte”, da professora Maria do Socorro de Oliveira Evangelista; e o número 314 com o estudo “A comercialização de cerâmica utilitária na feira livre de Caruaru-PE”, de autoria de Maurina Sampaio de Sousa e Ivanilda Costa de Macedo. Também foi publicada na coleção a dissertação de mestrado em antropologia de Ivanilda Pinheiro da Costa, intitulada: “Santo Antônio de Potengi: um artesanato em transformação”.

⁹² Para se ter uma ideia, dentre as instituições que se corresponderam com o IA no ano de 1962 estavam: o Centro de Estudos Afro-Orientais da Universidade Federal da Bahia; o Comando da Base Aérea de Natal; o Consulado Americano no Recife; o Departamento de Antropologia da Universidade do Paraná; o Departamento de Estatística do Estado do RN; a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo; o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; o Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas (PR); o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (RJ); o Museu Municipal de Mossoró; o Museu Nacional (RJ); o Museu Paraense Emílio Goeldi (PA); o Museu Paranaense (PR); a Sociedade de Pesquisas e Planejamento (SPLAN); (RJ), a União Brasileira de Ciências Antropológicas e Etnológicas (CE); e as estrangeiras: a Associação Americana de Antropologia (EUA); a Folklore American, Flórida (EUA); o Instituto de Antropologia da Universidade Nacional de Tucumán, México; o Instituto de Folclore de Bucareste, Romênia; o Instituto de História do México; o Instituto de Linguística da Universidad Nacional de Cuyo, Argentina; o Museo del Pueblo Español, Madri, Espanha; o Museu Etnográfico de Gotemburgo, Suécia; o Secretariado Nacional de Informação, Cultura Popular e Turismo, Portugal; a Sociedade de Antropologia do Havai (EUA); a Societé Suisse des Americanistes, Suíça; a Universidad Nacional de San Cristóbal de Huamanga, Perú; e a University of North Carolina (EUA). SILVA, Jacqueline Souza. *Instituto de Antropologia*, p. 77-78.

A forma de colaboração científica mais usual foi através de visitas à instituição potiguar. Desde os primeiros anos do órgão, essas visitas se tornaram uma prática comum a muitos estudiosos nacionais e internacionais, que viam nas coleções formadas uma importante fonte documental de pesquisa. No final de 1963, por exemplo, o casal George F. Kline e Mary C. Kline, da Academia de Ciências Naturais da Filadélfia, foram convidados pelo professor Cabral de Carvalho para visitar o IA. O casal de pesquisadores norte-americanos realizavam estudos sobre moluscos em todo o mundo há vinte e cinco anos. Passaram um mês em Natal, onde produziram conferências e aulas no Instituto, levaram alunos para trabalho de campo e os introduziram nas mais modernas técnicas de pesquisa.⁹³

Essa colaboração também permitia que membros do IA pudessem realizar estágios de aperfeiçoamento em outros centros científicos do país e do exterior. No ano de 1965, o próprio José Nunes Cabral foi ao estado da Guanabara para estagiar na seção de Paleontologia do Museu Nacional.⁹⁴ Diversos outros pesquisadores fizeram o mesmo em diferentes momentos.

Nesse mesmo ano, iniciou-se um contato mais estreito entre o IA e o Smithsonian Institution. A instituição norte-americana fez doações de diversos livros científicos nas áreas de etnografia, arqueologia e paleontologia. Na carta de Clifford Evan, curador do Departamento de Antropologia, endereçada ao Instituto de Antropologia, traduzida e publicada no Diário de Natal, estava expressa a importância que a instituição potiguar deveria ter dentro da política norte-americana de pesquisa de base na América do Sul:

O Smithsonian Institution sente prazer em cooperar na ajuda de construir o material de referência em seu Instituto e tanto o Departamento de Antropologia como o de Paleobiologia daqui, esperam que no futuro seja desenvolvido um programa entre seu Instituto e o Smithsonian. Como comentamos anteriormente, o Rio Grande do Norte está numa área das mais importantes para a pesquisa básica no Norte da América do Sul.

⁹³ Correio do Povo, 3 dez. 1963.

⁹⁴ Diário de Natal, 17 maio 1965.

Tanto eu como Betty enviamos a você e a seus colegas os nossos melhores votos e esperamos a informação com relação à ajuda aos projetos de pesquisa em um futuro próximo. Sinceramente Clifford Evan – Curador Departamento de Antropologia.⁹⁵

Conforme vimos, essa relação foi firmada, inicialmente, pela participação do Instituto de Antropologia no Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), e pela ida de Nássaro Nasser aos Estados Unidos para fazer seu doutorado anos depois.

O contato científico também passou pela oferta de cursos especializados para outras instituições no estado e fora dele. Um desses cursos, o de Introdução à Antropologia, foi ministrado na Faculdade de Filosofia do Crato, a convite do seu diretor, o professor José Newton Alves de Souza. O curso, ministrado para 150 alunos pelos professores Cabral de Carvalho, Verissimo de Melo e Antônio Campo e Silva, constou de seis aulas sobre problemas da Antropologia Física, Antropologia Cultural e Geologia e Paleontologia do Quaternário⁹⁶

Outra prática importante de colaboração científica, muito específica dos museus e dos colecionadores, são as permutas e trocas de material museológico. Ceder e permutar artefatos científicos tem sido uma prática secular entre cientistas colecionadores e museus. Através da doação de material duplicado a outra entidade, os museus colaboram no sentido de enriquecer os acervos de outras instituições e estimular o interesse pelo estudo sobre o objeto doado.

Desde os primeiros tempos do IA, é possível verificar a gama de instituições atendidas pela doação ou mesmo permuta de material científico. Segundo levantamento feito por Jailma Santos, sobre o ano de 1964, a Seção de Malacologia do IA chegou a realizar diversas permutas de material científico entre conchas, algas e peixes.⁹⁷

⁹⁵ Ibidem, 16 mar. 1965.

⁹⁶ Ibidem, 5 mar. 1965.

⁹⁷ Entre as instituições que participaram de algumas dessas permutas estavam: o Peabody Museum of Archeology and Ethnology, da Harvard University (EUA); Academy of Natural Sciences Philadelphia (EUA); Institute of Medical Research Kuala

A segunda geração de pesquisadores

Não há dúvidas de que a continuidade das atividades do MCC só foi possível com a entrada de uma nova geração de professores e pesquisadores no final da década de 1970. Essa nova geração se diferenciava da anterior em muitos aspectos. Enquanto a primeira era formada, em grande parte, por autodidatas que foram se especializando no decorrer dos anos, a nova geração se constituiu por profissionais com formação superior específica em várias áreas de conhecimento. Também é importante considerar que a primeira geração foi, durante algum tempo, ligada predominantemente ao trabalho de pesquisa na própria instituição, enquanto a nova geração esteve fortemente envolvida com as atividades de ensino, contando com pesquisadores e professores ligados institucionalmente aos novos departamentos acadêmicos criados com a reforma universitária de 1974.

Esses membros diversificaram ainda mais o quadro de formação do órgão. A nova geração contou com bacharéis em biologia, como Claude Luiz Aguiar Santos, Maria de Fátima Cavalcanti Ferreira dos Santos e Maria Dolores Wanderley; bacharéis em Ciências Sociais, como Ivanilda Pinheiro da Costa e Luiz Dutra de Souza Neto; bacharéis em geografia, como Iracema Miranda da Silveira; licenciados em História, como Wani Fernandes Pereira, Adjelma Soares e Silva Laroche e Iramar; e com o bacharel em Antropologia, Tom Oliver Miller Jr. Para reforçar a equipe, a instituição realizou contratação temporária de alguns profissionais, como a museóloga Maria Regina

Lumpur (Malásia); Museum of comparative Zoology Cambridge – Massachusetts (EUA); Florida State University Tallahassee – Florida (EUA); Gulf Coast Laboratory Ocean Springs – Mississippi (EUA); Smithsonian Institution Washington D. C. (EUA); The Marine Laboratory Institute of Marine Science of the University of Miami-Miami/Flórida (EUA); The American Museum of Natural History - Nova Iorque (EUA); Institute of Fisheries research North Carolina (EUA); Florida State Museum – Univ. of Florida – Gainesville – Florida (EUA); Chicago Natural History Museum – Chicago Illinois (EUA) e Duke University Marine Laboratory Beaufort – North Carolina (EUA) SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A Construção do Museu Câmara Cascudo*, p. 103.

M. Furtado Mattos; o bacharel em Ciências Contábeis e especialista em Pré-história, Armand François Gaston Laroche; e o bacharel em Direito e Ciências Sociais, especialista em Etnologia e Pré-história, Vicente Giancotti Tassone.

No entanto, os novos profissionais se depararam com uma estrutura já estabelecida que dificilmente poderia ser modificada de forma mais radical. Apesar de alguns possuírem formação específica (história, geografia, educação artística, biologia, entre outras), tiveram que ser alocados nos setores tradicionais do Museu (antropologia, paleontologia, museologia, arqueologia). Também tiveram que conviver e se relacionar com as coleções e as exposições existentes, tomando-as como uma realidade dada, pouco sujeita a mudanças profundas.

Os novos quadros reforçaram as antigas equipes existentes e trouxeram novas experiências e expectativas. De algum modo, os novos ingressantes fortaleceram as áreas de conhecimento disciplinar do Museu, sobretudo a antropologia, a arqueologia e a paleontologia.

O caso da antropologia

Uma das primeiras iniciativas no campo da antropologia foi a formação de novos quadros através de curso de especialização *lato sensu*. Diferentemente do curso anterior de Introdução à Antropologia de 1962, o Curso de Antropologia Geral e Metodologia, coordenado por Vicente Giancotti Tassone, realizado no ano de 1979, esteve voltado para a formação especializada em antropologia, mais especificamente na antropologia social.

Vicente Tassone foi contratado como professor visitante e atuou na direção do Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo entre 1977 e 1982. Nesse período, desenvolveu pesquisas e prestou serviços de processamento estatístico de dados arqueológicos e geológicos e análise por espectrofotometria de absorção atômica da composição de argilas e sedimentos. Ainda no período, ministrou cursos para professores do ensino médio, um deles sobre os problemas de conservação do patrimônio arqueológico e o outro sobre os processos

de aculturação e absorção das populações indígenas brasileiras nos seus contatos com os europeus.⁹⁸

O Curso de Antropologia Geral e Metodologia estava dividido em três partes: uma introdução aos conceitos e características fundamentais da Antropologia Social, como classes, castas, estrutura jurídica, comunidade, família, estruturas de parentesco, entre outras; uma parte destinada a discussão teórica da estrutura e do sistema social e do modelo cultural; e outra parte dedicada a explorar o conceito de cultura e a relação entre a comunicação e a estrutura social e cultural. Tratava-se de um curso voltado para a formação teórica, a partir de referenciais atuais na teoria antropológica vigente.⁹⁹

Durante a década de 1980, duas áreas de pesquisa no campo da antropologia se destacaram: a voltada para a produção ceramista tradicional e a das comunidades pesqueiras no litoral potiguar.

A primeira esteve ligada, em grande parte, ao trabalho da antropóloga Ivanilda Pereira da Costa.¹⁰⁰ Uma das primeiras participações da professora Ivanilda no MCC foi na coordenação do Programa de Bolsa Trabalho/Arte. Este foi um programa de extensão da UFRN executado em diversos municípios do estado, que reunia universitários dos cursos de Artes ou daqueles que realizam atividades artístico-culturais, notadamente no campo da Arquitetura, do Artesanato, do Folclore, do Teatro, da Literatura e da Música.

Porém, foi na pesquisa “Santo Antônio do Potengi (RN): um artesanato em transformação,” que ela pôde desenvolver um estudo mais

⁹⁸ Tassone também exerceu o cargo de coordenador do Projeto Internacional Relevamento do Quaternário do Rio Grande do Norte, entre os anos de 1980 e 1982. Coordenou também o Programa de Intercâmbio Cultural e Científico com os Estados Unidos, através da Comissão Fulbright, na área de arqueologia e antropologia. Durante esse mesmo período, Tassone também foi responsável pela coordenação do Curso de Pós-Graduação de Arqueologia Pré-histórica, lato sensu, além de ministrar diversas disciplinas no mesmo. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/380678/vicente-giancotti-tassone>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

⁹⁹ TASSONE, Vicente Giancotti. *Curso de Introdução à Teoria Antropológica*. Natal: UFRN, 1982 (Coleção Textos Acadêmicos, ano 2, n. 3).

¹⁰⁰ Na época ela se chamava Ivanilda Macedo Costa.

sistemático de uma realidade social definida. O projeto, coordenado pela própria Ivanilda, contou com a colaboração da professora Iracema Miranda da Silveira, do departamento de Estudos Ambientais do MCC e com a assessoria da professora Françoise Dominique Valéry, do departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFRN. O trabalho investigou a produção de cerâmica artesanal em Santo Antônio do Potengi, distrito do município de São Gonçalo do Amarante, a nove quilômetros de Natal. O estudo teve como objetivo compreender o processo de transformação na produção da cerâmica utilitária produzida pela comunidade de artesãos locais, cuja origem remontava ao século XIX. Para isso, foi analisado o recente processo de desarticulação dessa produção tradicional de barro e as mudanças na fabricação dos utensílios. Na realização da pesquisa foram utilizados diferentes instrumentos metodológicos, tais como: a aplicação de entrevistas (estruturada e não-estruturada) junto a oleiros, proprietários de cerâmicas e antigos moradores; a observação direta; o questionário; a história de vida e o diário de campo. O projeto teve duração de dois anos (de janeiro de 1983 a dezembro de 1984) e serviu, em grande parte, como pesquisa de base para o trabalho de mestrado da professora Ivanilda na área de antropologia.¹⁰¹

O período seria marcado pela importância dada ao artesanato como meio de promoção econômica e social. Desde o ano de 1983, o governo do estado vinha realizando ações de estímulo à produção artesanal estadual. O I Encontro e Feira de Artesanato (ENCART) seria realizado no final daquele ano. Promovido pela Secretaria do Trabalho e Bem-Estar Social, o evento reuniu cerca de 350 artesãos de 55 municípios do estado na Praça Cívica, na capital. O objetivo da feira era criar oportunidades de colocação da produção artesanal do Rio Grande do Norte junto aos mercados local e nacional.

¹⁰¹ No ano de 1985, a professora Ivanilda Pereira da Costa defendeu sua dissertação de mestrado em antropologia, no Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco. O trabalho foi publicado pelo MCC na Coleção Textos Acadêmicos. COSTA, Ivanilda Pereira da. *Santo Antônio do Potengi: um artesanato em transformação*. Natal: Museu Câmara Cascudo/UFRN, 1986.

O evento tinha “[...] a finalidade de valorizar, aperfeiçoar e melhorar a comercialização do artesanato potiguar, bem como incentivo à sua criatividade.”¹⁰² No ano seguinte, a Sudene liberou recursos para o Programa Integrado de Desenvolvimento do Artesanato (PROART), mais especificamente para o projeto de Desenvolvimento do Artesanato Norte-rio-grandense, no valor de Cr\$2.480.500.000,00. O objetivo desse projeto era “[...] dotar o setor artesanal do Estado de uma estrutura organizacional capaz de dinamizar o processo de fluxo de produção com ênfase à geração de renda.”¹⁰³

Um dos grandes momentos de discussão sobre a questão do artesanato local, notadamente sobre a produção ceramista, veio durante o Congresso Brasileiro de Cerâmica realizado em Natal em 1988. A programação do evento abrangeu diferentes perspectivas da cerâmica que foram expostas e debatidas por vários estudiosos. A professora de Artes da UFRN, Maria do Socorro Evangelista, apresentou o tema “Panorama de Arte Cerâmica Popular do RGN”, sendo debatido pelos professores Iaperi Araújo, Dorian Gray e Ivanilda Pinheiro da Costa. Em seguida, o professor de Artes Antônio Marques Júnior discorreu sobre o tema “A Cerâmica Popular do RN diante do avanço da Economia Contemporânea”; o ex-governador Cortez Pereira tratou do tema “Uma opção socioeconômica”; a superintendente do Trabalho Artesanal nas Comunidades, Maria Ursulina Magalhães, falou sobre a “Comercialização”; e por fim, a secretária do Trabalho e Bem-estar Social, Marlúcia Saldanha, explanou sobre o tema “O Artesanato como Programa de Governo”.

Naquele mesmo ano, a UFRN realizou a Semana de Arte Popular, evento promovido pelo Departamento de Antropologia do MCC e o Departamento de Artes da Universidade. A organização foi das professoras Ivanilda Pinheiro da Costa e Maria Socorro Evangelista e na programação constava a “[...] exposição e comercialização de peças de cerâmica, fabricadas no município de Santo Antônio do

¹⁰² Diário de Natal, 15 dez. 1983.

¹⁰³ *Ibidem*, 1984.

Potengi, núcleo tradicional de artesãos, e também peças de cerâmica Marajoara Tapajônica Icoaraci, fabricadas no Pará, pelo artesão José Seixas de Paiva, que realizou diversas exposições pelo Brasil e até no exterior”.¹⁰⁴ Durante o evento, o artesão paraense ministrou um curso prático de técnicas aplicadas à cerâmica marajoara para alunos do Curso de Artes da UFRN. Em relação às palestras, diversos temas foram debatidos, tais como: a “Evolução da Cerâmica da Ilha de Marajó” e os “Elementos Decorativos da Cerâmica Popular-RN”, ambas pelo professor Iramar de Araújo; “A Arte do Manuseio da Cerâmica do RN”, pela professora Socorro Evangelista; “Arte Popular e Artesanato”, pelo professor Veríssimo de Melo; e “Arte Popular e Elitismo”, pelo professor Luiz Gonzaga de Mello.

No ano seguinte, a professora Ivanilda P. da Costa apresentou um novo projeto de pesquisa no campo dos estudos do artesanato em cerâmica do Estado do Rio Grande do Norte, chamado “Núcleos cerâmicos do RN”. O projeto tinha como objetivo realizar um mapeamento dos principais núcleos de produção cerâmica tradicional no estado, identificando os grupos de produtores, suas técnicas e instrumentos de trabalho, os tipos de artefatos cerâmicos e o comércio desses utensílios.¹⁰⁵

Outro campo de atuação da equipe de antropologia do MCC foi o estudo das comunidades pesqueiras do litoral potiguar. À frente das pesquisas estava o antropólogo Tom Miller. No início da década de 1980, ele apresentou o projeto de pesquisa “Estudos etnográficos e de aplicação numa comunidade de pesca artesanal do litoral do Rio Grande do Norte”, cujo objetivo geral era “[...] desenvolver um estudo etnográfico e de aplicação antropológica de uma comunidade de campesinato pescador”. A partir da identificação de que a comunidade estudada estava “em franca transfiguração” e correndo o risco de completa desagregação, foi proposto “[...] oferecer subsídios que

¹⁰⁴ Diário de Natal, 15 dez. 1988.

¹⁰⁵ Depoimento dado pela professora Ivanilda Pinheiro da Costa, em 17 de junho de 2021.

podem conduzir a meios de amenizar os problemas enfrentados por esta e semelhantes comunidades”. O estudo se voltou para a identificação da rede de parentesco e sua influência na divisão do trabalho, dos padrões de cooperação e de segurança econômica e da liderança informal da comunidade. O trabalho também procurou compreender a economia familiar e da comunidade e sua integração à economia regional, além das estratégias de sobrevivência adotadas. Uma série de aspectos abrangiam o estudo, como o papel da mulher nas estratégias de sobrevivência e a participação da empresa de pesca na situação da comunidade e na proletarização do camponês pescador.¹⁰⁶

A pesquisa possuía uma finalidade social destacada. Através da identificação dos meios de melhoramento da vida da população estudada, buscava-se “[...] agilizar a sua adaptação, fixação e produtividade no seu próprio local”. Por meio dessas intervenções, procurava-se encontrar recursos para evitar o abandono dessas profissões artesanais, o desemprego e a migração dessas populações para os centros urbanos. Anos depois, Tom Miller publicou os resultados dessa pesquisa no livro “A Crise da Pesca Artesanal no Rio Grande do Norte”.¹⁰⁷

De fato, a pesquisa refletia os problemas que já se intensificavam há pelo menos uma década no estado, com as contradições decorrentes do incremento da pesca industrial e da modernização da atividade pesqueira no litoral potiguar. Desde meados da década de 1970, o governo estadual havia iniciado uma série de ações no sentido de modernizar a atividade pesqueira em algumas comunidades litorâneas. As ações visavam introduzir novas embarcações e equipamentos de pesca modernos que substituiriam as formas tradicionais seculares, conforme haviam sido descritas por Câmara Cascudo. Uma dessas iniciativas veio com a criação do Programa para a Pesca Artesanal (PESCAR), em convênio assinado entre a SUDEPE e ANCAR-RN, cuja finalidade era promover o

¹⁰⁶ Plano de Pesquisa – Estudos etnográficos e de aplicação numa comunidade de pesca artesanal do litoral do Rio Grande do Norte, s/d.

¹⁰⁷ MILLER JUNIOR, T. O. A crise da pesca artesanal no Rio Grande do Norte. Natal/RN: UFRN, 1988. 40p.

“[...] desenvolvimento de um serviço de educação, através da assistência técnica, econômica e social, para o racional aumento da produção e da produtividade da pesca, no sentido de promover melhores condições de vida aos trabalhadores do setor”.¹⁰⁸ As primeiras comunidades pesqueiras beneficiadas com o programa foram Baía Formosa e Caiçara, as quais contaram com a aquisição de dez pequenos barcos motorizados e de 15 motores para os barcos que nelas já existiam. Houve também o financiamento de três mil armadilhas, melhoria técnica de 50 viveiros tradicionais já existentes e a construção de 40 novos viveiros. Pelas previsões dos técnicos da PES CART, a utilização de pequenos motores de popa proporcionaria vantagens ao pescador; por não haver a necessidade de transformar a estrutura do barco; por não influir na capacidade de carga, pois o peso seria mínimo; por ser de fácil manejo e reposição de peças; por ter baixo consumo de combustível e custos baixos para o pescador; e, finalmente, por não eliminar o uso simultâneo da vela. As ações modernizadoras tornaram-se possíveis pela concessão de financiamento, via bancos oficiais, aos proprietários de embarcação legalmente registrado, sócio e contribuinte da colônia onde residiam.¹⁰⁹

No início da década de 1980, foi criado o Projeto Integrado de Desenvolvimento da Pesca Artesanal (PROPESCA), que objetivava criar um sistema cooperativista pesqueiro eficiente. Entre as metas estabelecidas estavam a construção de uma sede para a cooperativa e de quatro núcleos de produção pesqueira, bem como a elaboração de 100 planos de crédito para financiamento de novos barcos de pesca. Entre os planos mais audaciosos para o setor estava o de desenvolver a pesca industrial do atum em alto mar. Foi proposta a adoção do sistema “Mother Hein”, que consiste em um barco-mãe (importado dos Estados Unidos e equipado com radar e sonar) capaz de localizar a presença do cardume, junto a uma frota de dez pequenos barcos a vela que se reabastecem no referido barco mãe e descarregam a produção diária.¹¹⁰

¹⁰⁸ Diário de Natal, 22 jun. 1974.

¹⁰⁹ Diário de Natal, 27 jun. 1975.

¹¹⁰ Ibidem, 5 dez. 1981.

Outro projeto de pesquisa encampado pelo professor Tom Miller dentro dos estudos da pesca artesanal no Rio Grande do Norte foi “A proletarização do pescador artesanal numa comunidade pesqueira”, desenvolvido em meados da década de 1980. O projeto centrou-se no estudo dos fatores causadores da emigração dos pescadores para os centros urbanos, do abandono da profissão e do aumento do número de mão-de-obra desqualificada. Por outro lado, procurou compreender “[...] o impacto da sociedade urbana e seus valores e hábitos de consumo sobre o sistema socio-cultural de pequena escala e baixo nível de fluxo de energia, e o problema da adaptação”¹¹¹ A pesquisa foi realizada na faixa litorânea entre o norte do município de Nísia Floresta e a desembocadura do Rio Doce, área em que os pescadores são servidos pela colônia de pesca Z-10, sediada em Pirangi do Sul.

A parte mais importante dessa pesquisa, do ponto de vista do Museu, foram os estudos sobre a tecnologia de produção (pesca artesanal). Sobre esse aspecto, os pesquisadores observaram que as mudanças estruturais decorrentes da modernização local podem ser demonstradas pela diminuição (e até mesmo o desaparecimento) das tecnologias tradicionais de pesca, como os currais de peixe, a rede de arrastão e a embarcação a vela. Ao mesmo tempo, a introdução das embarcações a motor assinalou uma nova relação dos produtos pescados com a comunidade local, em que o destino desses produtos passaram a ser prioritariamente (para não dizer exclusivamente) os mercados mais distantes. Os pesquisadores analisaram o peso dos custos da introdução dessa nova tecnologia para o pescador tradicional e o sistema de proletarização deste pescador que, por vezes, vendeu seus serviços aos proprietários de barcos.

Na pesquisa foram empregados diversos procedimentos metodológicos, como o registro de informações em diário de campo, a aplicação de questionários para identificar as condições de vida e de trabalho da população estudada, e a análise, codificação e armazenamento de todo material para recuperação e cruzamento de dados no laboratório. Para a manipulação dos dados, os pesquisadores

¹¹¹ A proletarização do pescador artesanal numa comunidade pesqueira (Relatório parcial de pesquisa). s/d., p. 2.

utilizaram instrumentos como mapa genealógico, fichas codificadas para realização do cruzamentos de dados e tabelas de dados quantificados. Numa etapa posterior, as informações computadas foram comparadas com a de outros estudos similares no âmbito da Região Nordeste.

O setor de paleontologia

A morte do professor José Cabral foi uma grande perda para o setor da paleontologia, pois representava um estudioso incontestado dessa ciência no estado e no país. Essa situação criou, por outro lado, a possibilidade de abertura para outras demandas científicas e educacionais que a nova geração passou a encampar. Anos antes, os antigos professores Leon Diniz e José Maria Damaceno haviam se transferido para o departamento de geologia da UFRN, desfalcando ainda mais os quadros do setor. Assim, os novos professores contratados Claude Luiz Aguiar Santos, Maria de Fátima Cavalcanti Ferreira dos Santos e Maria Dolores Wanderley assumiram a dura tarefa de manter a qualidade das pesquisas e ampliar o campo de conhecimento público daquela ciência.

No ano de 1981, a equipe de paleontologia do MCC recebeu a visita do professor e paleontólogo italiano Giuseppe Leonardi.¹¹² Naquele

¹¹²O professor Giuseppe Leonardi nasceu em Veneza, Itália (1939) e naturalizou-se brasileiro em 13 de setembro de 1979 (em Castro, PR). Viveu no Brasil de 1974 a 1989. Em 1974, depois de se doutorar em Ciências Naturais, com especialização em Paleontologia, pela Universidade La Sapienza de Roma, veio para o Brasil. No ano seguinte, tornou-se professor visitante de Geologia Histórica, Geologia do Brasil e Paleontologia de Vertebrados na Escola de Geologia da Universidade Federal do Paraná (Curitiba). Lecionou também a disciplina de Geologia I para Engenheiros na mesma Universidade (1975-77) e de Metodologia científica na Universidade Estadual de Ponta Grossa-PR (1976). Pesquisador do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, alcançou o máximo nível (1-A) (1977-1989). Possui experiência na área de Geociências, principalmente como paleontólogo de vertebrados de campo, explorando e descobrindo no Brasil e no mundo sítios paleontológicos novos e estudando-os; com ênfase na área de paleoicnologia (pegadas fósseis) de vertebrados e especialmente dinossauros; paleoetologia (comportamento). Ocupa-se também de pterossauros; cervos fósseis. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/12143224/giuseppe-leonardi>>. Acesso em: 03 fev. 2020.

ano, acompanhado pela equipe do Museu, ele realizou uma excursão ao Vale de Souza, no estado da Paraíba. O objetivo da pesquisa foi examinar e realizar moldagem em gesso das pegadas de dinossauros lá existentes. Cinco anos antes, Leonardi já havia visitado as margens do Rio do Peixe, na localidade denominada Passagem das Pedras. Lá, ele havia identificado um total de 110 pegadas datadas de 80 a 120 milhões de anos. As primeiras avaliações sobre as pegadas e as impressões em rocha levaram a crer que, a maior delas (contendo 64 impressões em rocha das patas dos animais) tratava-se de um dinossauro quadrúpede, herbívoro, cujo tronco media cerca de três metros, com comprimento total que podia chegar a nove metros e com peso entre 10 e 20 toneladas. Todos os rastros encontrados eram tridáctilos, ou seja, feitos com patas de três dedos.¹¹³

Nessa nova pesquisa, a realização das moldagens visava possibilitar material que pudesse servir para estudos em laboratório. O exame das pegadas permitia compreender as espécies de animais existentes, bem como os seus comportamentos e hábitos. A realização desse tipo de experimento foi uma experiência pioneira no país.

Quatro anos depois da expedição, a equipe de paleontologia organizou uma exposição dedicada aos dinossauros. A exposição Dinossauro do Nordeste era composta por painéis, fotografias e réplicas em gesso de pegadas de animais pré-históricos, principalmente dinossauros, que povoaram o Vale de Sousa, na Paraíba. As pegadas fossilizadas datavam de 150 milhões de anos e só eram conhecidas através de livros e fotografias, sendo aquela a primeira vez em que eram mostradas em moldes de gesso. Segundo a organizadora da amostra, a professora Fátima Ferreira, seu objetivo era “[...] incentivar o hábito de visitar museus e chamar a atenção da comunidade sobre a necessidade de conservar e preservar achados pré-históricos.”¹¹⁴

No ano de 1982, a equipe de paleontologia do Museu trouxe o paleontólogo Fausto Luiz de Souza Cunha, do Museu Nacional do Rio de

¹¹³ Diário de Pernambuco, 22 jan. 1976.

¹¹⁴ Diário de Natal, 2 mar. 1985.

Janeiro, para ministrar um curso de extensão universitária sobre “Documentação Paleontológica (vertebrados) das Ligações Intercontinentais com a América do Sul”.¹¹⁵ Em sua vinda a Natal, o professor Fausto Cunha demonstrou preocupação com a preservação dos registros fósseis no estado. Em entrevista para um jornal local, ele alertou para o fato de que “Aqui vendem-se peixes como souvenir, [...] quando, na verdade, são animais da maior importância na determinação de idades da Terra. Teria que se levar em conta esse dado, para evitar o desperdício de material de grande valia para nossos estudos”.¹¹⁶

É importante assinalar que, sem dúvidas, o contato com os pesquisadores Fausto Cunha e Giuseppe Leonardi e as descobertas de rastros de dinossauros em Sousa, na Paraíba, foram importantes para que o setor de paleontologia do MCC passasse a dar maior importância aos estudos das Eras geológicas anteriores a Cenozoica, como a Mesozoica. Assim, se durante sua origem o Instituto de

¹¹⁵ Fausto Luiz de Souza Cunha nasceu em Juiz de Fora, Minas Gerais, em 25 de maio de 1926 e faleceu na cidade do Rio de Janeiro, em 4 de junho de 2000. Formou-se em História Natural pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade do Distrito Federal – atual UERJ. Em 1962, recebeu o título de Doutor em Ciências, pela mesma instituição. No ano seguinte tornou-se catedrático de Geologia e Paleontologia do Curso de História Natural. Foi professor do Departamento de Paleontologia do Museu Nacional e ocupou diversas outras funções acadêmicas e administrativas. No início da década de 1960, ele e o paleontólogo Carlos de Paula Couto realizaram pesquisa sobre a megafauna em Itapipoca, no sertão cearense. Posteriormente, empreendeu escavações na Bacia de São José de Itaboraí, Niterói, Rio de Janeiro. Em 1980, tornou-se membro da Academia Brasileira de Ciências. Anos depois, participou das escavações em Igarassu, estado de Pernambuco, onde recolheu um conjunto de peças fósseis que posteriormente foram identificadas pela paleontóloga especialista em répteis, Luciana de Carvalho, como sendo uma espécie raríssima de plesiossauro, o primeiro encontrado no país. Nesse mesmo período, juntamente com o pesquisador José Suarez, atuou numa pesquisa no interior de São Paulo, que desenterrou os restos de um *Gondwanatitan*, um grande dinossauro herbívoro, que media oito metros de comprimento por dois de largura. A espécie foi posteriormente batizada *Gondwanatitan faustoi*, em homenagem ao pesquisador. Disponível em: <<https://www.biodiversitylibrary.org/page/57292525#page/6/mode/1up>>. Acesso em: 10 fev. 2020.

¹¹⁶ O Poti, 25 jul. 1982.

Antropologia tomou o campo de estudo da época Pleistocênica do período Quaternário como forma de associar os achados fósseis com os vestígios humanos, a partir do alargamento temporal para períodos e eras anteriores passava-se também a explorar uma temporalidade totalmente desprovida da existência humana.

Ainda nesse contexto, o novo grupo de paleontologia do MCC organizou o I Encontro de Paleontologia do Rio Grande do Norte. O evento, coordenado pela professora Maria de Fátima, ocorreu no próprio Museu e reuniu, pela primeira vez no estado, professores e estudantes para discutir as questões ligadas ao setor. Durante a solenidade, foi inaugurada uma exposição contendo cinco peças de fósseis raras coletadas no próprio estado.¹¹⁷

No final do ano de 1980, o campo da paleontologia foi animado pela descoberta de uma ossada humana e de vários animais na região do Seridó. O jornal Tribuna do Norte noticiava que “Uma ossada encontrada há algum tempo nos arredores de Currais Novos pode pertencer a homens de altura acima do normal que viveram no Seridó há cerca de sete mil anos.”¹¹⁸ Os ossos foram entregues ao Museu Câmara Cascudo que enviou ao local uma equipe chefiada pelo professor Claude Luiz de Aguillar para a verificação do achado, cujos resultados foram considerados “surpreendentes”. Com essa descoberta, a Universidade Federal do Rio Grande do Norte decidiu patrocinar as pesquisas do Seridó para localizar o restante do que parecia ser um cemitério fóssil. Os professores do Museu realizaram a identificação dos ossos e constataram que se tratava das espécies *eremotherium* (preguiça gigante), *haplomastodon* (elefante), *glyptodontidae* (que corresponde ao tatu gigante), além de um fêmur (osso da coxa) humano. Outros fragmentos ósseos não foram inicialmente identificados. A partir de então, as professoras Maria Dolores Wanderley e Maria de Fátima Ferreira deram início às pesquisas paleontológicas na localidade denominada de Lagoa dos Santos.¹¹⁹

¹¹⁷ O Poti, 12 jul. 1983.

¹¹⁸ Tribuna do Norte, 3 dez. 1980.

¹¹⁹ Ibidem.

Outro projeto importante realizado pela nova equipe do MCC foi o “Estudos Paleomastozoológicos de tanque na região de Currais Novos/RN”. O projeto foi uma parceria entre o Departamento de Geologia e o Museu Câmara Cascudo. O trabalho foi coordenado pelo professor Leon Diniz Dantas de Oliveira, do Departamento de Geologia, além dos professores Maria Inêz Mendonça de Oliveira e José Maria Damasceno, e dos professores do Museu Câmara Cascudo, Claude Luiz de Aguilar Santos e Maria de Fátima C. F. dos Santos. Na pesquisa foram realizadas várias visitas à Lagoa do Santo, no município de Currais Novos, a cento e noventa quilômetros da capital. Inicialmente, a equipe colheu informações junto ao proprietário da fazenda e aos moradores locais, além da realização de observações quanto à geografia, geologia e ecologia da área. O objetivo da pesquisa era coletar material paleontológico, porém não foi possível devido a área se encontrar alagada. O grupo orientou os moradores locais para a realização da coleta de material quando fosse possível, de modo que, em visitas posteriores, a equipe pôde adquirir um conjunto de peças reunidas pelos próprios habitantes da localidade. As peças foram levadas ao laboratório do Museu para serem limpas, fotografadas, catalogadas e estudadas. A partir dos exames realizados, constatou-se a presença de um exemplar de *Parapanochthus jaguaribensis*, cuja primeira ocorrência no Rio Grande do Norte foi datada do ano de 1965.¹²⁰

No ano de 1988, a equipe de pesquisadores formada pelo geólogo Leon Diniz, do Departamento de Geologia da UFRN e pelos paleontólogos Maria de Fátima Ferreira e Claude Luís de Aguilar Santos, identificou, no município de Alexandria (região Oeste do estado), ossos de animais de grande porte. Os ossos pertenciam a animais que se assemelhavam a um elefante e que habitavam a região há mais de 4 mil anos atrás, quando esta possuía um clima ameno e sua vegetação era formada por florestas. O material havia sido encontrado por trabalhadores inscritos no Programa de Emergência quando realizavam a abertura de poços na localidade.

¹²⁰Relatório das atividades desenvolvidas junto ao projeto: “Estudos Paleomastozoológicos de tanque na região de Currais Novos/RN”.

A necessidade de estudos complementares para estabelecer informações mais precisas sobre o material descoberto ficou clara no comunicado do professor Leon Diniz ao jornal Tribuna do Norte:

Acontece que o estado de conservação do material encontrado não permitiu a datação absoluta, mas, pela idade, relativamente, está na faixa entre 4,5 a 10 anos. Não é só pelo fato do material encontrar-se fragmentado, mas porque as substâncias minerais que têm encontrado no processo de fossilização dos ossos têm destruído o Carbono 14, que permite saber-se a datação absoluta.¹²¹

A equipe também informou que o material seria posteriormente enviado para outros centros de estudos, como a Universidade Federal do Ceará, para que fosse definida sua datação absoluta.



Figura 1. Os professores Leon Diniz, Maria de Fátima Ferreira e Claude Luís de Aguiar Santos realizando os primeiros exames do material paleontológico encontrado em Alexandria/RN. **Fonte:** Tribuna do Norte.

No final daquele mesmo ano, mais três fósseis foram encontrados, desta vez na fazenda Capim Grosso, no município de São Rafael. O projeto desenvolvido pelo professor Leon Diniz contou com a participação

¹²¹ Tribuna do Norte, 9 mar. 1988.

da paleontóloga Maria de Fátima Ferreira, do MCC, e com o auxílio do setor de geofísica do Departamento de Física. Os fósseis encontrados pertenciam ao período Quaternário e foram coletados a cerca de quatro metros de profundidade. As peças encontradas consistiam em um fêmur, alguns fragmentos de tibia e em outros ossos de uma preguiça gigante. O material coletado foi envolvido em bandagem para melhor preservá-lo. Os pesquisadores ficaram otimistas com a possibilidade de essas descobertas contribuírem para uma melhor identificação dos animais que habitavam o Rio Grande do Norte durante o período Quaternário.¹²²

O campo da arqueologia

A formação de quadros técnicos também se tornou uma preocupação entre os arqueólogos do MCC. No segundo semestre de 1982, foi realizada a segunda edição do “Curso de Especialização em Arqueologia Pré-Histórica”. O curso tinha uma carga horária dividida entre 690 horas de aulas teóricas, 200 horas de campo e 100 horas de laboratório. Foram formados onze alunos após o seu término, sendo um deles o professor do MCC, Luiz Dutra de Souza Neto.

Ainda no ano de 1979, a equipe do museu havia promovido o curso de extensão Fontes para o Estudo da Pré-história Brasileira, no Centro Regional de Ensino Superior do Seridó – CRESSE. O curso, ministrado pelo professor Raimundo Teixeira e coordenado pelos professores Iramar Soares de Araújo e Bertha Eliana de Oliveira, demonstrava o esforço dos membros do MCC em difundir os conhecimentos mais gerais no campo da arqueologia também no interior do estado. Entre os conteúdos ministrados estavam: O lugar da Arqueologia no campo das ciências antropológicas; Origens do homem americano; Nossos arquivos do passado: inscrições rupestres, líticos, cerâmica; Testes de datação: radiocarbono; Indicadores da arqueologia brasileira; entre outros.

¹²² Tribuna do Norte, 11 dez. 1988.

Um relato feito na época evidenciava o caráter inovador e a importância científica e cultural da iniciativa:

No Rio Grande do Norte pouco se estudou no campo arqueológico. Afora alguns trabalhos efetuados pelos Museu Câmara Cascudo, a maioria dos nossos artefatos líticos, cerâmico e sinais ideográficos encontram-se semidestruídos, por várias causas: dificuldades financeiras, reduzido número de especialistas e, o que é mais lamentável, falta de escrúpulo de saqueadores do material pré-histórico, bem como desconhecimento popular do valor científico das jazidas, entre outras, têm retardado o avanço da nossa arqueologia. Mas, certamente, uma parte de ricos depósitos que escaparam do desgaste natural e da depredação intencional, encontram-se ainda ignorados. Ao nosso ver, uma conscientização, por parte de universitários, professores e do público em geral do valor científico do acervo arqueológico, a partir dos nossos primeiros povoadores, através de um curso de fundamentação básica, sustaria, em parte, esse estado de coisas.¹²³

Em meados do ano seguinte foi realizado o curso de extensão “Arqueologia Pernambucana dentro do complexo Nordeste”, ministrado pelo professor Raimundo Teixeira no MCC.

O contexto foi marcado pela realização do mais importante projeto arqueológico desenvolvido pelo MCC. O projeto Salvamento Arqueológico do Baixo-Açu seria responsável pela formação de uma imensa quantidade de material arqueológico destinada ao Museu. Financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), o projeto tinha como objetivo realizar o salvamento arqueológico da área onde seria edificada a barragem Armando Ribeiro, no Vale do Açu. A pesquisa realizada pelo recém-criado Departamento de Arqueologia do Museu Câmara Cascudo tinha a direção do antropólogo e arqueólogo Vicente Tassone, e a participação dos pesquisadores Tom Miller e Armand F. G. Laroche, além de dezenas de bolsistas. Programado para durar

¹²³Tribuna do Norte, 11 dez. 1988.

dois anos e meio, o projeto contou com um orçamento prévio de Cr \$18 milhões, a ser utilizado em serviço numa área de 40 mil hectares. O orçamento foi previsto para cobrir não apenas as despesas com as equipes que trabalharam na pesquisa, mas também a formação de uma infraestrutura de viaturas, equipamentos e despesas com análise de material a ser realizada em outros centros do país e do exterior.

O primeiro aspecto que chamou atenção na proposta de trabalho foi seu caráter inovador do gênero no país. Segundo seus promotores, o Rio Grande do Norte era, naquele momento, o único estado brasileiro que estava realizando uma verificação ordenada de suas riquezas e acervo arqueológico e que tinha como método a estruturação de sua Pré-história.¹²⁴ O trabalho iniciou com uma etapa de identificação dos sítios arqueológicos, seguida pela fase de sondagem, escavação e análise estratigráfica. No terceiro estágio de atividades houve a identificação dos sítios mais importantes, onde foram realizados os trabalhos de decapagem.¹²⁵ Durante a fase de prospecção, que durou apenas dois meses e cobriu apenas 1% da superfície da área total da bacia hidráulica, a equipe de pesquisa que trabalhou em São Rafael mapeou 14 sítios arqueológicos, enquanto a equipe que trabalhou no local da barragem mapeou 16 sítios. Foram realizadas 18 sondagens e duas escavações sistemáticas no total.¹²⁶

Os primeiros resultados do projeto ressaltaram o [...] estabelecimento de bases sólidas no conhecimento da Pré-história dos Municípios de Macaíba, Açú, Jucurutu, São Rafael, Santana de Matos, Angicos, Bom Jesus, São Tomé e Pedro Avelino". A partir do levantamento, foram apresentadas novas hipóteses sobre o processo de estabelecimento

¹²⁴ IMPORTÂNCIA do Projeto de Salvamento Arqueológico do Baixo Açú para a Pré-história do R.N. Natal: Museu Câmara Cascudo, s/d, p. 1. Mimeogra.

¹²⁵ A decapagem consiste numa técnica de remoção do solo superficial, a fim de alcançar algum tipo de evidência arqueológica que, estando solta, será removida e limpa, expondo uma superfície fresca. Em seguida é feito um trabalho de mapeamento, para que sejam identificados restos mortais ou estruturas fixas, registrado em fotografias, desenhos e descrições. Essa série de atividades em conjunto com a datação das peças encontradas permitem definir os tipos de povoamento, o regime alimentício e outras informações arqueológicas importantes.

¹²⁶ Projeto Arqueológico de Salvamento do Baixo Açú. Natal: MCC, s/d, Mimeog.

das comunidades pré-históricas no território potiguar. Também foram identificadas inscrições rupestres na zona de Açú e São Rafael, provavelmente de estilos diversos das existentes em todo o resto do estado, verificando-se a mesma situação em relação às indústrias líticas. Entre as conclusões ou “impressões” preliminares a que chegaram os pesquisadores com o trabalho estava a constatação de que a região do Baixo-Açú, esteve “[...] quase toda ocupada, em alguns lugares intensamente, por grupos humanos pertencentes a tradições tecnológicas e culturais distintas e a um largo período de tempo”.¹²⁷

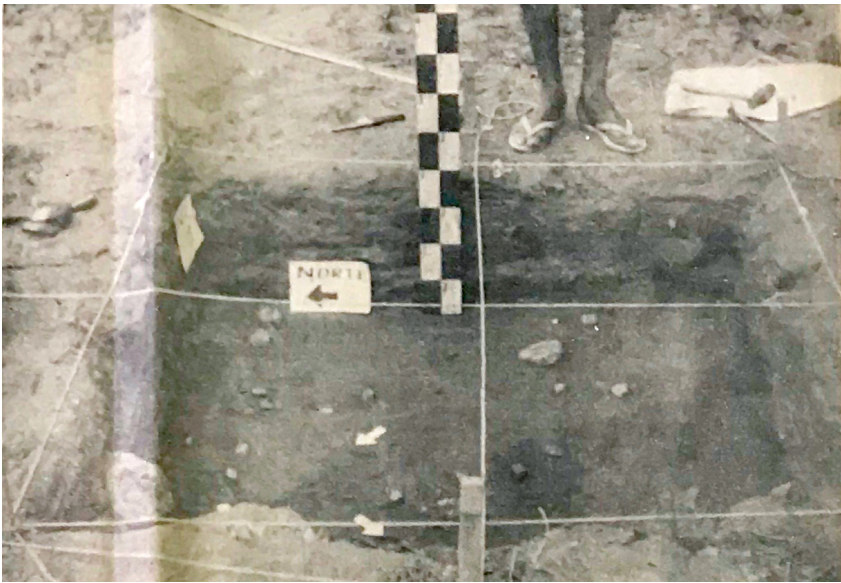


Figura 2. Emprego da decapagem durante o Projeto Salvamento Arqueológico do Baixo-Açú. **Fonte:** Diário de Natal.

O trabalho da equipe de arqueologia ficou em evidência com a constatação de que, “[...] com base nas publicações efetuadas e nas indicações de autores, 75% do material lítico conhecido no Nordeste procede do Rio Grande do Norte, fundamentalmente dos 45 sítios escavados ou sondados pelo Museu Câmara Cascudo”.¹²⁸

¹²⁷ Projeto Arqueológico de Salvamento do Baixo Açú. Natal: MCC, s/d, Mimeog, p. 3-4.

¹²⁸ *Ibidem*, p. 5.

A esfera da museologia

O período também presenciou a retomada das atividades museológicas do Museu. Desde a sua reabertura no ano de 1976, houve uma crescente preocupação com a dimensão museológica da instituição e com sua vinculação aos fóruns de discussões nacionais sobre museus. Dois anos após a reabertura do órgão, a museóloga Maria Regina Mendonça Furtado Mattos foi contratada para compor o quadro profissional do MCC, através de uma “bolsa especial”, em regime de tempo integral e dedicação exclusiva.¹²⁹ Maria Regina seria responsável pelas primeiras ações de catalogação do material museológico do órgão.¹³⁰

Ainda em fevereiro do ano anterior, o diretor do Museu participou do Encontro Sul-Riograndense de Museus, na cidade de Bagé, no Rio Grande do Sul. Dois anos depois, ele retorna a cidade sulista para participar do II Encontro Internacional de Museus. No evento, Cabral proferiu uma conferência sobre o trabalho de pesquisa desenvolvido por sua instituição. Ele também conseguiu aprovar a indicação de Natal para sediar o III Encontro Internacional de Museus, no ano seguinte.

Entre 19 e 24 de novembro de 1978, o Museu Câmara Cascudo sediou o VI Congresso Nacional de Museus, um evento promovido pela Associação Brasileira de Museologistas em colaboração com a UFRN. Entre as atividades programadas estavam exposições de temas e debates, além de visitas às minerações em Currais Novos e à Base de Lançamento de Foguetes da Barreira do Inferno. O MCC passaria a estabelecer uma atuação cada vez mais constante nos fóruns nacionais de museus a partir de então.¹³¹

¹²⁹ Ofício nº 134/78, de 27 set. 1978.

¹³⁰ Apesar do trabalho desenvolvido pela museóloga, seu período de permanência na instituição foi curto, pois no início dos anos 80 ela foi afastada para cursar mestrado e, logo em seguida, foi para a Universidade Federal do Paraná para acompanhar seu marido que era militar e havia sido transferido para o referido estado.

¹³¹ Também foi sediado no MCC o I Encontro de Responsáveis da Área Educativa dos Museus do Nordeste, de 27 a 30 de novembro de 1984. Entre 8 e 13 de novembro de 1987, a professora Wany Fernandes, Diretora do Departamento de Museologia, do MCC, participou do X Congresso Nacional de Museus em Ouro Preto, Minas Gerais.

No ano seguinte, foi realizado o “Curso de Introdução à Museologia e às Técnicas Museológicas”, sob a coordenação do professor Iramar Soares de Araújo, pesquisador auxiliar no Museu Câmara Cascudo na época. O Curso tinha carga horária de 30 horas e foi ministrado pela museóloga Maria Regina Mendonça Furtado Mattos. No programa constava uma introdução, na qual eram apresentadas as terminologias, um breve histórico e as características e finalidades dos museus; e em seguida uma discussão sobre as tipologias de museus, a pesquisa no museu, o acervo, o processo de documentação e, por fim, as exposições. O curso foi ministrado também com aulas práticas realizadas nas salas de exposição do museu e com projeção de slides.¹³² Anos mais tarde, o MCC realizou um Curso de Extensão de Iniciação à Museologia, ministrado desta vez pela professora Maria Cristina de Oliveira Bruno, da USP. Esse curso contou com 30 vagas e foi destinado a alunos da área humanística.

Essas iniciativas demonstraram o esforço do MCC em participar dos mais importantes fóruns de discussão nacional, bem como em promover a formação de novos quadros técnicos que pudessem atuar no campo museológico. A importância crescente do MCC o tornava cada vez mais uma referência regional na área da museologia. Ainda em 1979, a Universidade Rural do Rio Grande do Norte (URRN) enviou o professor João Bosco Queiroz, do Departamento de Estudos Brasileiros, para participar do Curso de Museologia promovido pelo MCC. A ação visava a formação de quadros para um futuro museu a ser criado na cidade de Mossoró, região Oeste do estado.¹³³

Em meados dos anos de 1980, os novos quadros do Museu introduziram a concepção de museologia centrada na noção de “museu dinâmico”.¹³⁴ O projeto estava sob a responsabilidade da professora Adjelma Soares e Silva e envolveu antigos e novos membros do órgão, além de um grande número de estagiários. Os consultores da

¹³² Diário de Natal, 01 jun. 1979.

¹³³ *Ibidem*, 29 nov. 1978.

¹³⁴ MUSEU Dinâmico: uma museologia educativa e informativa (Projeto de Pesquisa). Natal: Museu Câmara Cascudo, 1986.

pesquisa foram os professores Maria Cristina de Oliveira Bruno¹³⁵ e Tom O. Miller Jr. A proposta apresentada tinha como finalidade tornar a instituição museológica mais dinâmica “[...] através de uma ação conjunta dos seus setores dedicados ao ensino, pesquisa e extensão: Estudos Ambientais, Botânica, Genética, Paleontologia, Arqueologia, Artes e Antropologia e Geografia Humana”. O foco da ação estava no setor de exposição, que deveria ser transformado em um “[...] ambiente de convergência da ação integrada das atividades museológicas e quanto (sic) aos setores técnico-administrativos da instituição”.¹³⁶

A partir da adoção de uma nova filosofia pedagógica, esperava-se realçar a atuação da instituição no sentido de “[...] promover a difusão da cultura, ciência, arte e tecnologia, sobretudo valorizando os aspectos regionais”. Para isso, deveria ser melhorado o processo de comunicação do Museu, seja no aspecto educacional, seja no intercâmbio científico, cultural, técnico e artístico. Na proposta ficava explícito que “A dinâmica museológica e educativa irá complementar o currículo escolar”, assinalando o peso que as demandas escolares deveriam ter sobre a atividade museológica. Por outro lado, era direcionado um trabalho de conscientização à comunidade escolar e em geral, no sentido de abandonar a “[...] postura preconceituosa sobre museu como instituição estática e ultrapassada”.¹³⁷ Para a realização desses objetivos, o projeto propunha algumas orientações no sentido de melhorar a dinâmica funcional entre os setores de pesquisa e o setor de exposição.

Pela primeira vez no MCC foi expresso em um documento a preocupação com o público e com o processo de aprendizagem na instituição. A proposta visava atender diferentes segmentos da sociedade, sem definir um público alvo. Foi ressaltada a importância da exposição como

¹³⁵ Na época, a professora Maria Cristina de Oliveira Bruno possuía especialização em Museologia pela Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo e era mestre em História Social pela Universidade de São Paulo, nas áreas de Museologia e Pré-História.

¹³⁶ MUSEU Dinâmico: uma museologia educativa e informativa (Projeto de Pesquisa), p. 4.

¹³⁷ MUSEU Dinâmico: uma museologia educativa e informativa (Projeto de Pesquisa), p. 6.

um meio para se testar “[...] a eficiência da linguagem do Museu para os vários tipos de público” e destacado o caráter imprescindível do “[...] contexto histórico, cultural, científico, técnico, artístico museológico [...] na formação e desenvolvimento do **aluno**”.¹³⁸

Para a realização da proposta, foram apresentadas uma série de atividades que a equipe do Museu deveria realizar para apresentar novas exposições baseadas na nova perspectiva museológica. Tais atividades passavam pelo estudo das exposições anteriores, pela definição de um tema a ser desenvolvido numa nova exposição, pela seleção de material e pela “[...] homogeneização e execução da exposição” proposta. Também estava programada a produção de um roteiro que deveria ser uma “síntese do setor de pesquisa”, contendo informações técnicas, científicas, culturais e artísticas. Outro material museológico apresentado foi um catálogo “[...] com assunto científico específico para distribuição aos docentes”. A filosofia pedagógica que guiou todo o projeto estava baseada no princípio da “[...] ação-reflexão-ação que se constituirá na passagem de concepções fragmentárias, desarticuladas e incoerentes, a uma concepção unitária e cultivada”.¹³⁹

¹³⁸ *Ibidem*, p. 9, grifo nosso.

¹³⁹ *Ibidem*, p. 12.

Formando coleções científicas

Na história do trabalho científico, pedagógico e cultural do Museu Câmara Cascudo, duas dimensões foram centrais: a formação de suas coleções e a experiência das exposições. Ambas terminaram por fortalecer a perspectiva pública do museu ao ampliar a gama de interação social da instituição e ao apontar para a importância de difusão científica e de estímulo ao debate público.

A formação das coleções científicas e artísticas

Conforme observamos nas pesquisas realizadas pela instituição nos seus primeiros trinta anos, as práticas colecionadoras iniciaram-se ainda na época do IA. Esse colecionismo praticado refletia tanto seu sentido de artefato científico, oriundo das pesquisas e dos estudos realizados pela instituição, quanto seu sentido de artefato simbólico, muitas vezes refletido nos atos de doação.

O IA não foi a primeira instituição a constituir coleções a partir de motivações científicas e análise sistemática no Rio Grande do Norte, mas foi, sem dúvida, a que instituiu esse tipo de colecionismo de forma duradoura. Até os anos 1960, as experiências colecionadoras no estado estavam limitadas a alguns colecionadores particulares, às ações do Instituto Histórico e Geográfico local e à ação pioneira dos organizadores do Museu Municipal de Mossoró no campo da história natural.

Quanto ao colecionismo particular, sabemos da existência de alguns colecionadores desde o final do século XIX, a exemplo do médico baiano radicado em Natal, Francisco de Paula Antunes, que possuía em sua casa uma grande coleção de animais empalhados; do jornalista e fotógrafo

Manuel Dantas, dono de uma coleção de fotografias antigas; ou, mais recentemente, do próprio Cascudo, que durante a década de 1950 havia começado uma pequena coleção de objetos do artesanato popular. Entre os membros do IA afetos ao colecionismo podemos citar Protásio de Melo, que já era um colecionador de conchas marinhas antes de fazer parte da instituição, além do pianista e musicólogo Oswaldo de Souza, dono de uma grande coleção de “arte popular”. Além dos colecionadores individuais, algumas instituições também despertaram para a atividade colecionadora nesse período. Ainda nos anos de 1950, a Escola Doméstica e o jornal *Diário de Natal* haviam iniciado uma coleção de esculturas do escultor Xico Santeiro, além de outros objetos de origem popular.

De fato, as coleções que se tornariam mais difundidas entre o público no período eram aquelas de origem popular, ligadas à produção artesanal de imagens religiosas, brinquedos, utensílios domésticos, objetos decorativos, entre muitos outros, que passaram a interessar as classes médias urbanas.¹⁴⁰ Veríssimo de Melo anotou que, no caso do Rio Grande do Norte, e mais especificamente em Natal, esse interesse por objetos do artesanato popular, como as esculturas em madeira feitas pelo artesão Xico Santeiro, antes de ser uma prática circunscrita a poucos, havia se tornado uma moda que atingia um contingente cada vez maior de pessoas nesse período:

Com ele [Xico Santeiro], instala-se, na cidade, um verdadeiro culto à escultura em madeira, tanto de imagens de santos como de figuras e tipos nordestinos. O que era atividade inusitada de raros intelectuais, passou a ser mania de muita gente.¹⁴¹

¹⁴⁰ Um conjunto de eventos desencadearam esse interesse pelos objetos populares no país. Um deles ocorreu em 1947, quando o caricaturista pernambucano Augusto Rodrigues expôs sua coleção na biblioteca demonstrativa Castro Alves, do Instituto Nacional do Livro, no Rio de Janeiro. Sobre a questão, ver: VIANA, Helder. *Os usos do popular: coleções, museus e identidade na Bahia e em Pernambuco, do início do século XX à década de 1950*. Tese (Doutorado). FFLCH/USP, São Paulo, 2002.

¹⁴¹ MELO, Veríssimo de. Xico Santeiro. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. v. 2, n. 1/2, mar./1966.

Além de alguns intelectuais, a cobertura da imprensa e o apoio governamental de políticos como o prefeito da capital, Djalma Maranhão (1956-1960 e 1960-64), teriam colaborado para o interesse em relação a esses objetos artesanais. Os interessados iam desde colecionadores individuais que formavam coleções pessoais até instituições públicas e particulares que criavam museus de pequeno porte. O processo não era exclusivo do Rio Grande do Norte, pois os estados da Região Nordeste eram tidos como promissores nesse tipo de arte. Esses objetos vinham se tornando cada vez mais desejados por um crescente público da classe média urbana desde meados da década de 1940. No Rio Grande do Norte, a “descoberta” do trabalho de Xico Santeiro ocorreu também nesse período.

No entanto, essas primeiras coleções tinham muito mais um sentido de fetiche do que de coleção sistemática, ou seja, estavam ligadas à natureza obsessiva do ato de colecionar, que muitas vezes não era movida por uma racionalidade intelectual que justificasse o material e sua aquisição. Tais coleções se caracterizavam pela falta de organização e o seu arranjo refletia o interesse do proprietário em tirar delas as melhores vantagens simbólicas. Já as coleções sistemáticas estavam ligadas, desde sua origem, ao nascimento das ciências naturais. O próprio termo “sistemático”, trazido da biologia, da botânica e da geologia, estava associado à prática taxonômica, à habilidade de comparar e contrastar espécimes.¹⁴²

¹⁴² Podemos definir a taxonomia com um esquema de classificação hierárquica, em que coisas são organizadas em grupos e tipos. Nas ciências, o terreno em que mais se desenvolveu a taxonomia foi a biologia, campo em que são realizadas a descrição, a identificação, a nomenclatura e a classificação dos organismos. No entanto, a taxonomia pode ser encontrada em diversos âmbitos de conhecimento, até mesmo como forma de organizar e indexar o próprio conhecimento, conforme encontramos nos sistemas de classificação de bibliotecas ou em mecanismos de pesquisa. Para uma análise mais ampliada das tipologias das coleções ver PEARCE, Susan M. *Museums, objects and collections: a cultural study*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.

Sobre as coleções sistemáticas no Rio Grande do Norte, é importante mencionar o trabalho de Vingt-un Rosado na área da geologia e da paleontologia. Os registros sobre o trabalho colecionador de Vingt-un Rosado são parcos. Pelas informações mais gerais, sabemos que ele idealizou e criou o Museu Municipal de Mossoró em 1948, organizando as seções de Arqueologia, com um número aproximado de 300 peças provenientes da região de Mossoró; de Fotografias (por iniciativa de Luís da Câmara Cascudo) que contou com um milhar de unidades; de Paleontologia, constituída por alguns milhares de exemplares de fósseis originários da Vila de São Sebastião (atual Governador Dix-Sept Rosado), que na época recebeu citações do doutor Luciano Jacques de Moraes, membro da Academia Brasileira de Ciência; além de uma valiosa coleção de peças indígenas dos Canelas, do Maranhão.¹⁴³

Percalços na formação de coleções científicas

Conforme apresentado anteriormente, as primeiras coleções do MCC datam da época do IA e foram tomando diferentes aspectos no decorrer dos anos. Há que se considerar nesse processo as formas como os objetos foram adquiridos, bem como a maneira como o seu significado foi sendo transformado a partir da ação colecionadora. Considerando a aquisição, esta se deu pelo menos de três formas: por meio de doações, feita por membros da própria instituição ou por pessoas externas a ela; por meio de compras, que poderiam estar ou não ligadas à pesquisa específica; ou como resultado das pesquisas e estudos dos membros da instituição.

¹⁴³ É muito provável que o interesse de Vingt-un Rosado nas coleções de paleontologia estivesse ligado à exploração dos recursos minerais da região de Mossoró, pois suas pesquisas pela busca da localização de fontes de petróleo são conhecidas. Ele tinha conhecimento de que os fósseis eram um ótimo indicador de locais ricos em petróleo, gás natural e outros minerais.

A doação de objetos para a constituição das coleções da instituição foi uma prática comum durante toda a sua vida.¹⁴⁴ Foram registradas doações desde seus primeiros anos, tais como a realizada pelo escritor João Alfredo Pegado Cortez, que cedeu dois instrumentos musicais populares, sendo um “pau-furado” e um “pau-de-chama”; e pelo senhor Manoel Nogueira de Araújo, agente municipal da cidade de Taipu, que doou um osso fóssil de mamífero coletado naquele município, localizado a sessenta quilômetros de Natal. Em alguns casos, certas doações eram realizadas por pessoas sem nenhuma formação técnica ou conhecimento científico. O senhor João Feliciano, caçador e proprietário da fazenda São José, no município de Pedro Avelino, presenteou o Instituto com um conjunto de “[...] vários e preciosos machados indígenas, encontrados em sua propriedade”, conforme noticiou um jornal local.¹⁴⁵

Além das doações de terceiros, muitos objetos foram ofertados ao Instituto pelos seus próprios membros. Nos primeiros anos da instituição, Câmara Cascudo entregou ao nascente órgão alguns exemplares de animais empalhados (gavião, caranguejo, peixe, jabuti), um pedaço de madeira fossilizada e um machado indígena. Algumas instituições (ou pessoas ligadas a elas) também participaram desse esforço para formar as coleções do IA. O professor Arthur Napoleão Figueiredo, da Universidade do Pará, fez doação de um conjunto de peças ligadas a grupos indígenas daquele estado: dois ofertórios marajoara, um “machado de cabo semi-lunar”, uma boneca Karaja “primitiva” e quatro machados de Lagoa Santa. Do Amazonas, através da Inspeção Regional do Serviço de Proteção ao Índio, vieram máscaras do rito de puberdade dos índios Tukuna.¹⁴⁶

O IA criou uma rede de colaboradores em vários municípios do estado que, entre outras coisas, deveriam coletar material de valor etnográfico, arqueológico, paleontológico e artístico que pudesse com-

¹⁴⁴ Em seu trabalho, Jailma Santos apresenta uma lista das aquisições do IA entre os anos de 1962 e 1970. Ver: SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*.

¹⁴⁵ Diário de Natal, 8 jan.1963.

¹⁴⁶ SANTOS, Jailma da Silva Medeiros, Op. cit.

por o acervo da instituição. Entre os objetos doados, alguns merecem consideração não só pela sua importância científica, mas também pela posição social do ofertante. Um conjunto de objetos classificados como “Material religioso afro-brasileiro” foram doados pelo senhor Ernane Hugo, delegado de Ordem Social, constituído pelos seguintes itens: uma bandeira, cinco quadros, três imagens, vinte e cinco “pedaços de ferro (fetiche)”, dois pratos de barro, dois cachimbos, três muletas em miniaturas, quatro moedas, uma bainha de punhal, um fruto (jatobá), um charuto, uma “pedra”, uma concha e um vidro com mercúrio.¹⁴⁷ O material havia sido resultado de apreensão policial, o que demonstra a repressão que as práticas religiosas de matriz africana vinham sofrendo no estado, sobretudo com a instalação do golpe de 64.¹⁴⁸

Nesse mesmo período, o Instituto recebeu doações de duas máscaras tribais africanas, oriundas de Angola, enviadas pela direção do Museu do Dundo, em Luanda. A origem dessa doação foi o pedido feito por Veríssimo de Melo, então Diretor do Departamento de Antropologia Cultural do IA, em dezembro de 1963, ao representante da Companhia de Diamantes de Angola (Diamang), mantenedora do Museu do Dundo, no sentido criar um intercâmbio de peças etnográficas entre as instituições. Na correspondência enviada pelo museu africano, há uma descrição das peças que estavam sendo escolhidas para serem enviadas “[...] tão depressa possam ser selecionadas de entre as que os escultores nativos, adstritos ao Museu, vão executando”. Foi também informada a procedência dos objetos:

¹⁴⁷ SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*, p. 82.

¹⁴⁸ O destino das peças de culto das religiões de matriz africana no país tem sido objeto de diversas pesquisas. VIANA, Hélder. *Os usos do popular*; SANSI-ROCA, Roger. De armas do fetichismo a patrimônio cultural: as transformações do valor museográfico do Candomblé em Salvador da Bahia no século XX. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de S.; SANTOS, Myriam S. dos. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.; VIANA, Hélder. As marcas do escravo no Museu Câmara Cascudo. In: GUIMARÃES, Manuel Luiz G.; RAMOS, Francisco Regis Lopes (Org.). *Futuro do Pretérito: escrita da história e história dos museus*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar. Expressão Gráfica Editora, 2010.

Essas peças, sendo modernas, guardam a autenticidade artística e poderão dar uma ideia das máscaras dos “aquiche” (plural de “muquiche”) – bailarinos mascarados – que participam dos rituais do povo quioco da Lunda.¹⁴⁹

O que chama atenção nas informações prestadas pelos representantes coloniais portugueses em Angola é o fato de que os objetos ofertados não eram material de natureza histórica e nem destinado ao uso tribal, mas sim cópias destinadas a colecionadores e instituições culturais estrangeiras. No documento fica clara a preocupação da autoridade colonial em demonstrar que as máscaras, mesmo sendo “modernas” (feitas por artesãos contemporâneos), eram “autênticas”, ou seja, seguiam modelos antigos, de maneira a reproduzir com fidelidade suas características plásticas.¹⁵⁰ Em outra carta enviada no mês março, o representante da Diamang, Júlio de Vilhena, informou que as máscaras destinadas ao IA estavam em fase de conclusão, faltando apenas a cabeleira e os adornos, “[...] que constituíam um dos seus principais atractivos, na época tribal.”¹⁵¹

O que teria levado Veríssimo a entrar em contato com o Museu do Dundo? E qual o sentido que os objetos doados tinham para o museu do IA? Apesar de a documentação não fazer referência a Câmara Cascudo, é muito provável que ele estivesse na intermediação desse intercâmbio, já que nesse mesmo período ele esteve na África para completar suas pesquisas sobre a alimentação no Brasil, as quais dariam origem ao livro *História da Alimentação Brasileira* posteriormente.¹⁵² Cascudo esperava que a análise sobre a realidade africana fornecesse elementos comparativos para pensar os pontos de contato entre a tradição africana e a tradição portuguesa que pudessem explicar certos traços

¹⁴⁹ Correspondência recebida, 6 fev. 1964.

¹⁵⁰ Sobre o comércio de artefatos etnográficos ver: WADE, Edwin L., *The ethnic art market in the American Southwest, 1880-1980*. In: STOCKING JR., George W. (org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

¹⁵¹ Correspondência recebida, de 13 de março de 1964.

¹⁵² Entre 1962 e 1963, Cascudo visitou as colônias portuguesas de Angola, Moçambique e Guiné Bissau. Em Angola, ele visitou o Museu do Dundo e também foi presenteado com três máscaras tribais semelhantes às doadas ao IA.

da alimentação brasileira. A presença das máscaras angolanas no IA denotou o esforço dos seus membros e colaboradores não apenas para estabelecer contatos com instituições similares em outros países, mas também para adquirir peças que pudessem ajudar a pensar, a partir do olhar colonial português, a participação africana na formação da cultura nacional e regional.

Uma das características comuns nos objetos adquiridos pelo Museu na sua primeira década de existência foi a falta de informação nas fichas de identificação, ou mesmo a ausência das próprias fichas. Em muitos casos, os registros do material adquirido apareciam apenas nos artigos publicados. O trabalho museológico propriamente dito ainda era feito de maneira precária, já que a instituição não possuía pessoal qualificado na área. Era praticamente inexistente a preocupação em fazer uma descrição minuciosa sobre o objeto adquirido, acompanhada de informações sobre sua procedência. Jailma Santos assinalou que algumas peças praticamente não possuíam nenhuma informação em suas fichas de registro, a exemplo da escultura em madeira de autoria de Xico Santeiro, intitulada Cabeça de Padre Moacir, a qual provavelmente foi uma das primeiras peças a compor o acervo da instituição.¹⁵³

Às vésperas da inauguração da nova sede, o Instituto viveu um momento crucial para a aquisição de novos objetos, já que o edifício construído era muito grande para a quantidade de objetos existentes na instituição. Foi, talvez, com o objetivo de ampliar a coleção do Instituto que seu diretor, José Nunes Cabral, procurou o Museu Nacional no Rio de Janeiro. Do diretor do museu carioca, Castro Faria, ele recebeu “[...] todo material paleontológico (de que há duplicata) no Museu Nacional, para estudos comparativos”. Nessa ocasião, Cabral conseguiu junto ao museu uma “[...] coleção preciosa de espécimes de roedores”, em permuta com material obtido em Olho D’água da Escada no município de Mossoró.¹⁵⁴ Ainda com o intuito de aumentar o acervo do Instituto, Cabral solicitou da Secretaria Agricultura do

¹⁵³ SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*, p. 95.

¹⁵⁴ Diário de Natal, 2 fev. 1965.

Estado do Rio Grande do Norte o empréstimo da Coleção de Minerais do Estado para compor a Sala de Mineralogia do Museu.¹⁵⁵

As doações continuaram ocorrendo depois de inaugurada a nova sede do Instituto. Em meados do anos 70, o senhor Sebastião Marinho de Carvalho, proprietário do Engenho Japecanga, no município de Macaíba, a quarenta quilômetros da capital do estado, ofereceu “[...] tachos, fornos, escumadeiras e demais pertences que constituem a primitiva indústria das rapaduras”. Os objetos faziam parte do antigo equipamento do engenho de rapadura, em atividade desde o ano de 1915. Em documento interno do Instituto, foi informado que os objetos deveriam ser utilizados na montagem de uma sala no Museu dedicada à bolandeira Cangula, equipamento típico dos engenhos mais antigos do Rio Grande do Norte.¹⁵⁶

Nesse mesmo período, quando a instituição passou a se chamar Museu Câmara Cascudo, recebeu a visita de representantes de grupos indígenas do Maranhão. O fato contou com a presença de sete índios Kanela, do grupo Jê, pertencentes a Aldeia do Ponto situada naquele estado. Os índios vieram acompanhados pelos professores Balduíno Lelis de Farias e Maria Dulce Castor Monteiro, presidente e vice-presidente, respectivamente, do Museu Escola Sacro do estado da Paraíba. O Diário de Natal cobriu o evento e informou que o grupo, além de visitar a “Sala do Índio” do MCC, fez doações de várias peças para o acervo da instituição.¹⁵⁷ É importante compreender que essa forma de aquisição de peças indígenas era muito diferente daquelas realizadas até então pela instituição, pois se tratava de objetos que eram ofertados pelos próprios produtores e usuários, sem intermédio de terceiros ou do estado.

O Museu recebeu também a doação feita por um de seus colaboradores, o músico e colecionador Oswaldo de Souza, de um conjunto de rendas, bicos e matrizes oriundos de uma pesquisa realizada por ele

¹⁵⁵ Ofício 21-69/IA, de 21 de fevereiro de 1969 apud SILVA, Jailma. Op. cit., p. 43.

¹⁵⁶ Nota, s.d

¹⁵⁷ Diário de Natal, 30 abr. 1970.

enquanto delegado do Iphan no Rio Grande do Norte no ano de 1972. Nessa pesquisa, Oswaldo de Souza cobriu dezenas de cidades do estado, reunindo trabalhos de cerca de quarenta artesãos. Pela relação dos objetos ofertados, percebe-se a preocupação do pesquisador em demonstrar a variedade de motivos expressos nas estampas. Para isso, ele procurou adquirir pelo menos um exemplar de cada motivo trabalhado.

Em meados daquela década, o Museu foi fechado temporariamente para realização de reformas e manutenção de suas instalações. Sua reabertura foi acompanhada por uma nova onda de doações. Essas novas concessões refletiam o empenho e o comprometimento para a consolidação do projeto museológico da instituição, marcados pela primeira grande compra de acervo e por importantes doações realizadas tanto pelos seus antigos pesquisadores como pelos recém-ingressos.

Em 18 de julho de 1978, o MCC adquiriu, por meio de compra, uma coleção de Oswaldo Câmara de Souza composta por 691 peças de arte popular das quais 17 foram classificadas como de “arte sacra popular”, e 59 peças de “arte sacra”, totalizando 750 peças provenientes de diversos estados do país. Os itens de arte popular estavam concentrados na Região Nordeste, sobretudo nos estados de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Norte. Muitas peças eram de autoria de artesãos que adquiriram fama nacionalmente, como Zé Caboclo, Mestre Vitalino, Severino Vieira, Lidia Vieira, Xico Santeiro, Ana Dantas, Luzia Dantas, entre outros. Os objetos eram, em sua maioria, esculturas em madeira e modelagem em barro. Além dos objetos de arte popular, destacavam-se as peças indígenas, procedentes do Amazonas, do Pará, do Mato Grosso, de Goiás e do próprio Rio Grande do Norte. Havia também uma pequena coleção de “[...] insígnias de orixás do candomblé e outra de arte sacra popular”, além de uma grande quantidade de ex-votos. Dentre essas peças, os itens mais caros eram os objetos de arte sacra, vários deles do século XVIII, oriundos de diversos estados como Bahia, São Paulo, Pernambuco e Rio Grande do Norte. Entre os itens desse acervo estavam um cristo crucificado, uma imagem de São Sebastião, uma Madona da Conceição e uma Nossa Senhora dos Remédios em

barro. A Universidade pagou a quantia de Cr \$650.000,00 por essa coleção.¹⁵⁸

No ano seguinte, o MCC recebeu importantes contribuições de seus antigos professores. O professor Protásio Melo doou 33 peças de arte sacra, como uma imagem de Nosso Senhor; um presépio contendo as figuras da Virgem Maria, do Menino Jesus e dos três reis magos; uma pomba dourada representando o Espírito Santo; entre outras.¹⁵⁹ Veríssimo de Melo fez doação de 12 peças de escultura e modelagem populares, contendo itens como um vaqueiro e um coqueiro feitos pela artesã Luzia Dantas, um Padre Cícero e um carro de boi de autoria do artesão Xico Santeiro, além de peças de origem indígena,¹⁶⁰ Raimundo Teixeira da Rocha, responsável pela disciplina de antropologia, fez uma doação de 236 peças de diferentes grupos indígenas amazônicos, sendo 36 delas relacionadas ao grupo Tukuna, 2 do grupo Tukano e 8 do grupo Karajá. Entre as peças indígenas ofertadas havia uma bolsa em látex masculina, um tipiti de palha, uma tanga ritual masculina de fibra de tucum, uma colher de madeira, uma boneca feminina de cerâmica policromática, entre muitas outras. Das peças ligadas às atividades de pesca artesanal constavam uma boia de madeira, um jereré, duas conchas de cabaça de coco, um samburá pequeno para isca, um fogão redondo para jangada em latão, um outro samburá (proveniente de Baía Formosa), entre outras peças. Também havia objetos relacionados ao culto do candomblé, como um conjunto composto de 15 colares guias de cada entidade sagrada dessa religião.¹⁶¹

Entre os recém-ingressos, muitos fizeram doações importantes, sobretudo no campo da arqueologia. Os pesquisadores Armand François Gaston Laroche e Adjelma Soares Silva Laroche doaram uma coleção de 68 peças de artefatos líticos, composta por pontas foliáceas e lanceoladas, buris, cortadores, biface, raspadores, entre outros, além de uma urna funerária em cerâmica (da tradição cerâmica da Pedra

¹⁵⁸ Processo 0189/77, DOC nº 48.

¹⁵⁹ Termo de Doação, de Protásio Pinheiro de Melo, 18 maio 1979.

¹⁶⁰ *Ibidem*, de Veríssimo de Melo, 24 maio 1979.

¹⁶¹ *Ibidem*, de Raimundo Teixeira da Rocha, 2 abril 1979.

do Caboclo, em Pernambuco) e de um colar confeccionado com elementos de esteatito, quartzo e amazonite, também pertencente àquela tradição cerâmica.¹⁶²



Figura 3. O professor Protásio Melo examina sua coleção de conchas doada ao Instituto de Antropologia. **Fonte:** Diário de Natal

¹⁶² *Ibidem*, de Armand François Gaston Laroche e Adjelma Soares Silva Laroche, 2 out. 1979.

O jovem professor Iramar Soares de Araújo também ofertou peças para o Museu, sendo “Uma bolsa masculina em couro batido com aplicação em prata (final do séc. XIX)”; duas estrelas do mar; três pequenos quadros, sendo um de “[...] uma foto em preto e branco de uma menina em traje de pagamento de promessa”, outro de uma gravura do Padre Cícero, e o terceiro de “[...] uma foto em preto e branco de um homem com a inscrição: ‘Miguel Silva nasceu em 9/8/194’” (sic); “[...] um curiboque (sic) de caso de Rabo de Peba”; “[...] uma xícara com pires em cerâmica branca”; “[...] três botões de flores de plásticos amarelos”; “[...] um caneco de alumínio”, entre outros.¹⁶³

Conforme vimos, a aquisição da coleção de Oswaldo de Souza deu uma dimensão maior à forma de se obter objetos por meio da compra. Esse modo de conseguir material já existia desde os primeiros tempos da instituição, porém de forma branda. A compra poderia estar diretamente ligada às demandas de pesquisas ou à importância científica ou mesmo artística dos objetos. Entre os primeiros objetos adquiridos por meio de compra estavam aqueles relacionados ao estudo das formas de vida tradicionais. Entre os que foram adquiridos no Mercado Público de Natal, em 1962, estava uma série de utensílios domésticos artesanais, como quatro colheres de pau e uma cesta, pela qual foi paga a quantia de duzentos cruzeiros.

Outra compra semelhante registrada no mesmo período foi a de oito metros de rendas e bicos de Ponta Negra, Pirangi, Alcaçuz, Tibau e Goianinha, bem como um conjunto de peças de cerâmica proveniente da localidade de Santo Antônio dos Barreiros.¹⁶⁴ As compras parecem ter se intensificado com a proximidade da inauguração da nova sede, tendo em vista os preparativos das primeiras exposições. No ano da inauguração, o Instituto adquiriu um conjunto de vestimentas típicas do vaqueiro nordestino, além de mostras especiais de minérios e cerâmica utilitária e lúdica.

As pesquisas de campo foram, sem dúvidas, a forma privilegiada de se compor o acervo museológico. Através das pesquisas realizadas, foi

¹⁶³ Termo de Doação, de Iramar Soares de Araújo, 2 de abr. 1979.

¹⁶⁴ Recibo de compra, s/d.

possível recolher não apenas os materiais para o Museu, mas também o maior número de informações disponíveis sobre eles. Desde as primeiras expedições científicas, era notória a presença do espírito colecionador. Em 1962, ainda quando os estudiosos do IA faziam o levantamento da localização das jazidas de interesse paleontológico existentes no estado, havia a preocupação de que o material coletado viesse compor a coleção de um museu voltado à Seção de Geologia e Paleontologia do Quaternário. Essa seção foi dividida em duas partes: uma dedicada à petrografia, contendo exemplares de rochas ígneas, sedimentares, metamórficas, entre outras; e a outra voltada à paleontologia, contando com partes de um *Lestodon* encontradas no município de São Rafael.¹⁶⁵ No mesmo município foram coletados materiais paleontológicos, como partes de uma unha, uma tíbia, um osso do tarso e fragmentos de superfície condilar e trapézio. A coleção dispunha também de exemplares de *Aspidorhyncus comptoni* provenientes da Chapada do Araripe e de inúmeras amostras de invertebrados marinhos cetáceos, encontrados na faixa calcária da Vila de São Sebastião, atual município de Governador Dix-Sept Rosado.¹⁶⁶



Figura 4. O professor José Nunes Cabral de Carvalho examina fósseis no laboratório de paleontologia do Instituto de Antropologia. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN.

¹⁶⁵ Diário de Natal, 13 jul. 1962.

¹⁶⁶ SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*.

Uma outra coleção de responsabilidade do setor de antropologia cultural deveria servir para a formação do “Museu de Arte Popular” da instituição. Foi com esse objetivo que Veríssimo de Melo realizou uma prospecção científica na localidade de Tibau, litoral norte potiguar, sobre a produção de garrafas com desenhos feitos em areia colorida. Esse tipo de artesanato peculiar chamou atenção do etnólogo e folclorista, sobretudo nos momentos em que ele começava a mapear as diversas manifestações populares de cunho artístico e tradicional no estado. Na sua rápida pesquisa, ele colheu o depoimento da principal artesã local buscando compreender as origens daquela produção, além de descrever os processos técnicos e motivos artísticos adotados na fabricação do objeto. Na ocasião da pesquisa, ele adquiriu nove exemplares das garrafas e publicou uma Separata sobre o assunto no mesmo ano.¹⁶⁷

Em 1963, quando a equipe de antropologia realizava estudos sobre as manifestações religiosas populares na Região do Seridó, foram coletadas pelos alunos do IA, Francisco de Sá Benevides Filho, Nássaro Nasser e Elizabeth Cabral, quinze peças de ex-votos em madeira relacionadas à devoção a João Leão no município de Florânia, a mais de duzentos quilômetros da capital. Dentro dessa mesma pesquisa, a equipe de antropologia recebeu do Padre Endres peça de ex-votos proveniente do município de Patu, na Região do Alto Oeste potiguar. Veríssimo certificou as peças doadas e a relação delas com a manifestação religiosa estudada:

Para o Museu do Instituto de Antropologia, doados pelo revmo. Padre Endres, trouxemos algumas dezenas de peças *bastante representativas dos vários tipos de “milagres” ali depositados*.¹⁶⁸

A noção de representatividade se apresentou como critério importante para a coleta de peças para o Museu. Essa representatividade

¹⁶⁷ MELO, Veríssimo de. *Garrafas de areia do Tibau*. Separata do Instituto de Antropologia, Natal, 1962.

¹⁶⁸ MELO, Veríssimo de. N. S. dos Impossíveis - a maior devoção popular do Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. v. 1, n. 1, jun.1964, p. 20, grifo nosso.

poderia estar ligada a fenômenos sociais ou naturais. Para isso, era importante que o pesquisador avaliasse o fenômeno estudado a fim de identificar variações, relacionando-as aos diferentes indicadores. No caso dos ex-votos, os pesquisadores da etnografia deveriam coletar objetos relacionados a uma “tipologia dos milagres”, que poderia ser estabelecida pelo tipo de doença e outros males acometidos ou pelo tipo de material e formas que o objeto foi feito.

Apesar do interesse etnográfico dessas peças, Veríssimo admitia que era possível uma apreciação estética desses objetos, o que se tornava cada vez mais comum no país.¹⁶⁹ Ele afirmava que, mesmo não sendo esta a perspectiva da coleção do Instituto, o interesse artístico por esses objetos vinha ganhando apoio de outros campos de conhecimento, a exemplo dos estudos de arte, e de um crescente número de colecionadores:

Não difícil, contudo, encontrarem-se nessas devoções peças de madeira de admiráveis aspectos artísticos. Cabeças, pés, mãos impressionantes pela perfeição ou rudeza de traços, mas assim mesmo singulares. Daí o alto interesse que essas peças despertam aos estudiosos da Arte em geral. E é este, aliás, um ponto de contacto entre antropólogos culturais e artistas plásticos ou simples colecionadores, com relação a essas formas toscas de arte.

Hoje, colecionadores particulares de ex-votos proliferam assustadoramente pelo país, além dos que procuram essas peças visando museus, instituições de cultura, exposições de caráter etnográfico, como é o nosso caso.¹⁷⁰

¹⁶⁹ Um exemplo desse interesse estético pelos ex-votos no período foi a exibição dessas peças em um museu de arte no país. Em 1965, o colecionador italiano radicado no Brasil, Giuseppe Baccaro, organizou uma exposição denominada “Ex-votos do Nordeste” no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, onde os objetos foram retratados como uma obra de arte, ressaltando-se sua beleza e expressividade plástica. EX-VOTOS do Nordeste. (Catálogo) Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 1965. Sobre o assunto ver: VIANA, Hélder. *Os usos do popular*.

¹⁷⁰ MELO, Veríssimo de. Ex-votos da Capela de Zé-Leão. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. v. 1, n. 1, jun.1964, p. 27.

Outra coleção importante formada na instituição foi a de etnografia indígena. As primeiras peças relacionadas à pesquisa vieram do trabalho desenvolvido pelo professor Raimundo Teixeira da Rocha quando esteve na Amazônia, mais especificamente na região de São Paulo de Olivença, no Alto Solimões, a fim de estudar os índios daquela localidade. De lá, o pesquisador trouxe diversos objetos de grupos indígenas, a exemplo de: instrumentos musicais, como tamborins, “flautas zoomorfas” e maracás; objetos ritualísticos, como um vestimenta ritual masculina e máscaras; objetos de uso doméstico, como pilão de cabo, colheres-conchas, rede de fibra de tucunã, cestos-malas, peneiras, cuia-bolsa e muitos outros.¹⁷¹ Dois anos depois, Raimundo Teixeira recebeu autorização da FUNAI para retornar à região e realizar pesquisa junto às tribos do grupo Tukuna, oportunidade em que trouxe uma nova quantidade de objetos indígenas.¹⁷² As peças coletadas pelo antropólogo refletiam a preocupação em representar diferentes dimensões da vida social desses grupos indígenas, além das práticas ritualísticas. Havia também o interesse em compreender aspectos da vida doméstica e das atividades de trabalho.¹⁷³

Ainda década de 1960, as pesquisas arqueológicas já contavam com o emprego de metodologias bastante elaboradas para a coleta e registro das peças encontradas. O Entre os procedimentos estavam: a sondagem, na qual eram realizadas escavações de pouca profundidade no solo em busca de vestígios arqueológicos que eram numerados e colocados em um saco; a elaboração de mapas de localização das peças e a decapagem, a qual identificava a potencialidade de recursos arqueológicos na área em prospecção, sendo uma técnica mais detalhada de quadriculação do terreno e realização de escavação profunda que

¹⁷¹ SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*, p. 86.

¹⁷² Segundo Jailma Santos, apesar de não ter sido encontrada nenhuma listagem dos objetos trazidos por essa pesquisa nos arquivos do MCC, considera-se que foram muitos, já que a coleção de “etnografia brasileira” consta hoje de mais 300 peças e a maior parte do acervo foi composto naquela época, com a exceção de algumas poucas peças adquiridas pelo Museu posteriormente. (Ibidem, p. 87).

¹⁷³ Conforme foi visto anteriormente, além dos objetos coletados nessas pesquisas, Raimundo Teixeira ainda fez doação de objetos de sua própria coleção particular.

evidenciava os cortes estratigráficos do terreno e os vestígios encontrados nos seus respectivos níveis.¹⁷⁴ Apesar do rigor nos procedimentos de coleta e descrição em campo, nem sempre se conseguia conter os problemas ocasionados *in locu*, a exemplo do desmoronamento de terra na construção da barragem no Baixo-Açu, que levou a empresa construtora a suspender os trabalhos arqueológicos realizados e declarar o fim do próprio projeto de pesquisa. Outros incidentes ocorreram quando os artefatos estavam sob custódia do Museu e alguns chegaram a causar prejuízos irreparáveis aos objetos de pesquisa. O mais grave deles foi o descarte de material não-cerâmico, oriundo do Projeto de Salvamento Arqueológico do Baixo-Açu, realizado acidentalmente por um funcionário do Museu que acreditava não haver nenhuma utilidade científica nele. A perda do material resultou na impossibilidade de os pesquisadores realizarem as “reconstituições projetadas”.



Figura 5. O professor Raimundo Teixeira da Rocha e alguns artefatos da coleção de etnografia indígena. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN.

¹⁷⁴ MILLER JR, Tom O. Arqueologia no Rio Grande do Norte: balanço e perspectivas. Disponível em: <<https://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT06/6.3.pdf>>, p.7>. Acesso em: 14 mar. 2020.

Nos anos 80, mesmo explorando temas tradicionais do antigo IA, como os estudos sobre as formas de vida tradicional e a produção artesanal por exemplo, os objetos de pesquisa antropológica foram ampliados. As novas abordagens procuravam explorar a dimensão sociológica dos fenômenos estudados e sua interação com as dinâmicas sociais modernas. Conforme vimos, dois conjuntos de pesquisas se destacaram: o primeiro sobre as comunidades pesqueiras no litoral potiguar e o segundo sobre a produção artesanal dos principais centros oleiros do estado. Infelizmente, não há registro documental no MMC de que tenha havido uma coleta sistemática desses artefatos tanto nas pesquisas da pesca artesanal quanto na da cerâmica tradicional. A falta a falta dessa reunião metódica de vestígios arqueológicos nas pesquisas sobre a pesca artesanal também pode ser inferida pelo fato do próprio MCC solicitar artefatos de pesca ao coordenador da Superintendência de Desenvolvimento da Pesca (SUDEPE/RN) para a realização da exposição dedicada ao tema durante a Semana do Pescador em 1988.¹⁷⁵

Nas pesquisas geológicas e paleontológicas, os procedimentos de coleta e formação de coleções levavam em consideração metodologias científicas próprias. Ainda na década de 1960, na pesquisa realizada no litoral de Touros e São Bento do Norte, a coleta do material malacofauna e do material fóssil e semi fóssil foi efetuada “[...] em várias épocas do ano, de modo a afastar a interferência de possíveis variações estacionais”¹⁷⁶ Entre o material coletado, o qual passou a compor a coleção do Museu do Instituto de Antropologia, estava um exemplar de arenito cochileiro de São Bento do Norte.

Diferente das coleções etnográficas, os artefatos coletados para a formação de coleções geológicas e paleontológicas eram

¹⁷⁵ No Ofício nº 084/88 do MCC de 23 de junho de 1988, enviado a SUDEPE, foi justificada a solicitação de alguns objetos e equipamentos, como redes, boias, compressores e equipamentos de mergulho, em razão da inexistência desses materiais na coleção museológica”.

¹⁷⁶ CAMPO E SILVA, Antonio; SILVA, Dario Dantas; VASCONCELOS, Manoel Daylor T. Informações sobre a malacofauna dos *beach rocks* de Touros e São Bento do Norte, Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 1, n. 2, dez.1964.

quantificados a fim de permitir uma análise comparativa com materiais coletados em outros locais do próprio estado ou em outra região com características geológicas e paleontológicas similares. Em vários casos, a exemplo da coleta de conteúdo fóssil realizada durante as primeiras expedições nas cavernas do Lajedo da Escada, ficou claro o procedimento de análise adotado, e, mesmo não se podendo oferecer “[...] considerações taxonômicas aprofundadas” naquele momento, procurou-se realizar “[...] observações metodológicas sobre o material até agora coletado”.¹⁷⁷

Esse princípio metodológico de análise comparativa se fez presente em outros campos de estudos, como o da anatomia comparada e o da paleontologia. Assim, a comparação de animais modernos pela sua estrutura óssea ou de estruturas petrificadas de animais extintos tem sido uma metodologia há muito tempo utilizada nos estudos do campo da biologia. Através das semelhanças e diferenças encontradas nos ossos e sua relação com um dado meio ambiente, é possível traçar aspectos da adaptação dos seres.¹⁷⁸

¹⁷⁷ CARVALHO, José Nunes Cabral de. Considerações sobre a fauna pleistocênica do Lajedo da Escada. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 2, n. 1/2, mar.1966, p. 303.

¹⁷⁸ A anatomia comparada por ser definida como o estudo comparativo das estruturas do corpo de diferentes espécies de animais, a fim de entender as mudanças adaptativas que sofreram no curso da evolução de ancestrais comuns. A anatomia comparada moderna data do trabalho do naturalista francês Pierre Belon, que em 1555 mostrou que os esqueletos de humanos e pássaros são construídos de elementos semelhantes dispostos da mesma maneira. A partir desse começo humilde, o conhecimento da anatomia comparada avançou rapidamente no século XVIII com o trabalho de dois naturalistas franceses: Georges-Louis Leclerc, conde de Buffon, e Louis-Jean-Marie Daubenton, que compararam as anatomias de uma ampla gama de animais. No início do século XIX, o zoólogo francês Georges Cuvier colocou o campo em uma base mais científica ao afirmar que as características estruturais e funcionais dos animais resultam de sua interação com seu ambiente. Cuvier também rejeitou a noção do século XVIII de que os membros do reino animal estão organizados em uma única série linear, desde os mais simples até os humanos. Outra grande figura no campo da paleontologia em meados do século XIX foi o anatomista britânico Sir Richard Owen, cujo vasto conhecimento da estrutura dos vertebrados o credenciou a fazer críticas importantes à teoria da evolução por seleção natural, desenvolvida e tornada famosa pelo naturalista

A produção de esqueletos para o estudo anatômico foi uma atividade central no trabalho científico da instituição. Assim, um dos procedimentos técnicos utilizados para a formação das coleções de anatomia foi a maceração.¹⁷⁹ A maceração de carcaças de animais permitia a retirada de ossos para a montagem de esqueletos que formavam a coleção de anatomia comparada. Um dos animais documentados nesse processo foram as baleias adquiridas pela instituição. Entretanto, alguns dos materiais produzidos por maceração, antes de servirem diretamente a formação da coleção do Museu, tornaram-se importantes instrumentos de troca e de barganha com outras instituições e acervos museológicos no país para a obtenção de outros espécimes.

A montagem dos primeiros esqueletos de baleia no IA deve ter ocorrido entre os anos de 1971 e 1972.¹⁸⁰ Em 1971, a partir de uma solicitação sua, o Museu do Instituto de Antropologia recebeu da Companhia de Pesca do Norte do Brasil (COPESBRA) a carcaça de pelo menos duas baleias para serem maceradas e seus esqueletos montados para compor as exposições de mamíferos e fósseis da instituição.¹⁸¹

britânico Charles Darwin. Para um estudo mais aprofundado sobre o tema ver: FARIAS, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Stydia: Ed. 34, 2012.

¹⁷⁹ A maceração de ossos é uma técnica utilizada para obtenção de um esqueleto limpo a partir da decomposição de uma carcaça de um animal vertebrado. O processo consiste numa forma controlada de putrefação, em que no estágio de decomposição as proteínas das células do animal morto são quebradas e consumidas por bactérias em condições anaeróbias. Esse processo gera um forte odor, motivo pelo qual normalmente é realizado em um recipiente fechado e em uma área de boa ventilação.

¹⁸⁰ SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*.

¹⁸¹ A COPESBRA era uma subsidiária da empresa japonesa Nippon Reizo Kakushikin Kaisha e ficou conhecida pela exploração da caça da baleia no litoral nordestino. Sua fábrica estava sediada no município paraibano de Lucena, na localidade de Costinha. No ano de 1957, foi oficialmente declarada brasileira e o controle acionário ficou nas mãos de Samuel Galvão. No ano seguinte, a empresa passou a operar com dois navios modernos realizando a captura de 500 baleias por temporada. Teve início o boom da caça da baleia no país a partir de então, chegando, em 1974, à captura de 793 animais, sendo 761 da espécie minke, 3 espadartes e 29 cachalotes. Em 20 de dezembro de 1985, com a assinatura do decreto-lei nº 92.185 pelo presidente da república José Sarney,

No entanto, foi relatado em uma correspondência interna do órgão que, após a conclusão do trabalho de montagem, percebeu-se que um dos esqueletos ficaria “defeituoso” em decorrência da “[...] coluna vertebral está muito quebrada no local onde foi arpoado”.¹⁸² Conforme assinalou Jailma Santos, é provável que um desses esqueletos de baleia tenha sido oferecido ao Museu Nacional em retribuição à doação de um esqueleto de elefante feita anteriormente ao Instituto de Antropologia.¹⁸³

No ano de 1976, em outro ofício do diretor do Museu para o diretor daquela companhia de pesca, Tetzuzo Hayakawa, foi informado que a carcaça recebida em doação havia sido macerada, mas que, durante o processo, o funcionário responsável pelo trabalho “[...] fez desaparecer o conjunto de falanges dos membros direito e esquerdo do animal”.¹⁸⁴ Em decorrência disso, o diretor do Museu solicitava que fossem cedidos os membros de um animal de oito metros aproximadamente, para completar a montagem do espécime doado.

Nesse mesmo ano, a direção do MCC estabeleceu correspondência com Vicente Borelli, professor da Faculdade de Medicina Veterinária de São Paulo.¹⁸⁵ Nos ofícios a ele endereçados pelo diretor do Museu, havia o interesse em realizar trocas de material de anatomia animal entre as

foi decretada uma moratória caça de baleia por cinco anos. Um ano após o decreto presidencial, a Copesbra encerrou suas atividades no país. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Caça_à_baleia_na_Para%C3%ADba>. Acesso em: 20 mar. 2020.

¹⁸² Ofício ao senhor Tadashi Satou, de 8 de julho de 1971 apud SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*, p. 61.

¹⁸³ *Ibidem*, p. 61.

¹⁸⁴ Ofício nº 037/75, de 16 de dezembro de 1975. Não se sabe se o diretor do MCC referia-se ao exemplar anteriormente mencionado ou a outro.

¹⁸⁵ Na época das correspondências, Vicente Borelli era professor titular da Faculdade de Medicina Veterinária de São Paulo (USP). Foi nessa mesma faculdade que se graduou em Medicina Veterinária (1958-1961), tornou-se mestre (1966-1967) e depois doutor (1967-1968). Na década de 1970, Borelli fez alguns cursos complementares em mastite bovina e em animais peçonhentos na Faculdade de Medicina Veterinária e Agronomia de Jaboticabal – UNESP e outros relacionados a temas de atualização em anatomia pela Sociedade Paulista de Medicina Veterinária. Borelli participou como palestrante do XIX Ciclo de Estudos Sobre Segurança Nacional, promovido pela Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra de São Paulo (ADESG-SP) no ano de 1977. Disponível em: <<https://www.escavador.com/sobre/5018037/vicente-borelli>>. Acesso em: 05 mar. 2020.

duas instituições. Em uma dessas correspondências, Cabral agradece a Vicente Borelli pela doação das carcaças de um cavalo, de um macaco (sem a bacia) e de uma leoa. Na carta seguinte, o diretor informou que estava realizando a montagem de esqueletos de morcegos e solicitou ao professor paulista que enviasse mais outras ossadas de animais de grande porte. O apelo por animais maiores foi justificado pelo diretor do MCC como uma forma de atrair mais público para o Museu: “[...] aqui tamanho é documento. Constituirá motivo de intensa visitaçãõ a esta casa, rinocerontes, girafas, veados de chifres multiformes, tudo que aqui não tem.”¹⁸⁶ Na mesma carta, Cabral certificou a Vicente Borelli que já havia tomado providências junto à reitoria da sua Universidade para que um esqueleto de baleia fosse providenciado como forma de retribuição pelas ofertas feitas pelo professor.

As doações feitas por Borelli foram compensadas com o envio de um esqueleto de uma baleia-minke, conforme ofício endereçado pelo diretor do MCC ao subcoordenador de fiscalização de mercadoria em trânsito, para que este permitisse que o esqueleto de baleia enviado ao Museu de Anatomia da Faculdade de Medicina Veterinária da USP pudesse ter “livre trânsito”. O pedido foi justificado pela ausência de valor comercial do material e pela importância científica do intercâmbio de material anatômico entre instituições congêneres.¹⁸⁷ Além dos animais acima mencionados, o MCC ainda recebeu do professor Borelli esqueletos de um leão, de uma lhama e de um búfalo, conforme documentado nas fichas de registro do acervo da instituição.¹⁸⁸

Ainda no ano de 1976, o professor Cabral solicitou mais uma vez ao diretor da COPESBRA “[...] um esqueleto de Baleia, para uso do Laboratório de Anatomia Comparada na área de mamíferos”, justificando que o material estaria dentro do plano didático programado para o Museu.¹⁸⁹ No mês de setembro, o Diretor do MCC solicitou ao Reitor da UFRN, o professor Domingos Gomes de Lima, um suprimento de

¹⁸⁶ Carta, 22 mar. 1976.

¹⁸⁷ Ofício nº 15/77 - MCC, 4 fev. 1977.

¹⁸⁸ *Ibidem* p. 62.

¹⁸⁹ Ofício nº 093/76-MCC, 5 ago. 1976.

fundos no valor de Cr\$ 1.200,00 (um mil e duzentos cruzeiros) para pagamento a COPEBRA pelas “[...] despesas de preparação e desossa de um esqueleto de Baleia para o acervo do Laboratório de Paleontologia do Departamento de Geociências” daquela Universidade.¹⁹⁰

Outras peças somaram-se à coleção existente, como o esqueleto de “mastodonte” doado pelo diretor do Museu Nacional, José Lacerda.¹⁹¹ Conforme já assinalado anteriormente, é provável que a doação desse esqueleto também tenha tido como contrapartida a concessão de um exemplar de esqueleto de baleia por parte do Instituto de Antropologia.¹⁹²

Além de artefatos e outros materiais coletados nas pesquisas realizadas, uma série de materiais auxiliares ligados diretamente à atividade de pesquisa e às coleções foram também incluídos no acervo da instituição. Entre esses objetos haviam dezenas de fotografias que serviram para testemunhar as atividades realizadas, rolos de filmes que registraram diversos folguedos populares, gravações de músicas religiosas de matriz africana, desenhos ligados à reprodução de inscrições rupestres encontradas em diversos sítios arqueológicos existentes no estado, além de outros tipos de fósseis e materiais malacológicos.

Na década de 80, mesmo a instituição sendo mais criteriosa com a entrada de materiais para suas coleções, ainda era comum que objetos sem informação fossem adicionados ao acervo. Entre essas doações desprovidas de dados estava a coleção de material malacológico ofertado por Ana Maria Dantas Trajano. Tratava-se de uma coleção que havia pertencido ao seu irmão, João Moura Dantas, formada por 2.570 conchas de moluscos – bivalvia, gastropoda, scaphopoda e cephalopoda. Apesar da grande quantidade de material, a coleção não contava com informações sobre a sua coleta e procedência.¹⁹³

¹⁹⁰ Ofício nº 107/76-MCC, 8 set. 1976.

¹⁹¹ Ficha de Registro, peça nº MCC 79 A 007 apud. SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*, p. 61.

¹⁹² A coleção de anatomia comparada de mamíferos também foi ampliada no Museu através da captura, abate e maceração de animais de fazenda, como bois, cavalos, burros, entre outros.

¹⁹³ Ofício nº 5/84, 15 jan. 1984.

Outro caso semelhante registrado no mesmo período foi a doação de “valioso material etnográfico” feita pelo senhor Jandrisson Gurgel do Amaral ao MCC. Apesar de caracterizado como “valioso”, os objetos doados vieram acompanhados apenas de uma relação dos itens e de uma referência vaga sobre a sua origem.¹⁹⁴

Também é relevante destacar a crescente importância dada ao registro de tombo dos artefatos. O setor da arqueologia foi um dos que mais contribuíram para estabelecer uma forma de registro de entrada de artefatos no Museu. Conforme observou Abraão Sanderson Silva em seu estudo sobre as experiências arqueológicas dos museus potiguares, ao analisar os dois livros de tombo do MCC foi possível compreender o gerenciamento do acervo decorrente do desenvolvimento das pesquisas e do ingresso de artefatos. O autor observou que, desde outubro de 1963, o setor de arqueologia, através do pesquisador Nássaro Nasser, havia iniciado o registro de tombo de um artefato lítico polido proveniente de uma localidade conhecida como Tanque das Flores no município de Afonso Bezerra.¹⁹⁵ Nesses primeiros registros há informações sumárias, porém importantes, de numeração e descrição do artefato e sobre o seu local de coleta. Através desses apontamentos no tempo, é possível verificar os diferentes sítios arqueológicos explorados e o tipo de material coletado. Abraão Silva observou que a partir da peça 115 o registro passou a não ser mais individualizado por item, mas por conjuntos designados na forma de “saco”. No saco consta, entre parênteses, a quantidade de peças nele existentes, não havendo mais registro individual dos itens. O autor também verificou que em um dado momento, entre os anos de 1970 e 1979, houve a falta de registro no livro de tombo, o que in-

¹⁹⁴ Na relação constam os seguintes objetos: uma flecha, um arco, um cocar, uma tanga, uma tiara, um bracelete e uma unha de tatu provenientes da tribo Gorotire, que viveu no alto Rio Itacaiúnas no sul do Pará. Ofício nº 109/86, 16 out. 1986.

¹⁹⁵ SILVA, Abraão Sanderson Nunes F. da. *Musealização da arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/Museu de Arqueologia e Etnografia/USP, 2008, p. 110.

duziu ao seguinte questionamento: “[...] será que em uma instituição até então tão atuante nove anos se passaram sem que tenha ocorrido à [sic] entrada de nenhum artefato arqueológico no MCC?”¹⁹⁶

Analisando os registros de tomo é possível afirmar que a entrada dos artefatos até a peça 115, as quais tiveram suas inscrições individualizadas, ocorreu tanto por meio de doações (31) quanto por meio de coletas pelo Departamento de Paleontologia (28). As demais (43) têm origem indeterminada, pois não apresentavam informações sobre doações ou coleta em pesquisa. A partir do “saco 01” (itens registrados em conjunto), todo o material catalogado adveio das seguintes pesquisas de campo: três campanhas de escavações no sítio de Riacho da Volta, no município de Angicos/RN, e escavações no sítio arqueológico Papeba, localizado nas imediações das lagoas de Guaraíras e Papeba, no município de Senador Georgino Avelino/RN.

A partir dos anos de 1980, outra mudança importante observada nas coleções do MCC foi seu maior uso com finalidades didáticas. Conforme lembrou a professora Maria de Fátima Cavalcanti Ferreira dos Santos, quando cursava a disciplina de paleontologia com o professor Cabral no curso de Biologia na década de 1970, ela jamais teve a oportunidade de pegar as peças da coleção, pois o acesso a tais objetos era bastante restrito.

Esse quadro foi modificado a partir do ingresso da nova geração de professores no MCC. A própria professora Maria de Fátima revelou que, ao assumir a disciplina de paleontologia no Museu, passou a fazer uso de parte da coleção em suas aulas práticas:

Quando nós passamos a dar aula, aí sim passamos a fazer uso desse material nas aulas práticas. Então dávamos aulas teóricas lá embaixo, levávamos os alunos lá pra cima, naquela sala grande, e ali nós dispúnhamos as peças para que o aluno... não toda peça, eu não ia colocar, por exemplo, uma peça raríssima ou única, mas tinha peça que a gente tinha em

¹⁹⁶ *Ibidem*, p. 111.

quantidade que poderia colocar, para que o aluno sentisse a textura, a diferença de um osso pra outro. Por que esse osso está colorido assim? Por que esse osso tá mais petrificado que esse outro? E assim ia gerando toda uma discussão.¹⁹⁷

Através do depoimento de Maria de Fátima, podemos compreender o novo lugar que os objetos passaram a ter no processo de aprendizagem dos alunos de graduação de determinadas ciências no Museu. O objeto museológico passou a funcionar tanto para a inquirição quanto para a prova. O recurso didático tinha a finalidade de explorar as capacidades dos alunos no sentido de saber ler certas características dos objetos, estabelecer comparações entre eles e checar alguma premissa ou hipótese apresentada. Além disso, o contato tátil com vários desses objetos resultava em uma experiência marcante na memória.

¹⁹⁷ Depoimento cedido pela professora Maria de Fátima Cavalcanti Ferreira dos Santos, em 25 de maio de 2021.

Expondo ciência e cultura pedagogicamente

Durante os anos de 1960, antes mesmo da instalação do Museu, o Instituto de Antropologia já procurava divulgar suas coleções e os conhecimentos para um público mais amplo que os próprios frequentadores da instituição. Em maio de 1964, foi realizada a exposição “Novo Continente”, no Grande Ponto, local popular no centro de Natal. A exposição foi organizada pelo Instituto de Antropologia e pelo Instituto de Biologia da UFRN, em comemoração ao 10º aniversário de fundação do Pâmpano Esporte Clube de Natal. Para essa exposição, o IA contribuiu com a organização de uma vitrine contendo material dos setores de Malacologia, Geologia, Paleontologia do Quaternário, Antropologia Física e Antropologia Cultural.¹⁹⁸

Durante o V Campeonato Sul Americano de Pesca e Lançamento ocorrido na cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, em novembro de 1964, a Federação Norte-Riograndense de Amadores da Pesca (FNPA) que participava do evento apresentou um painel “[...] com farto material de propaganda do nosso Estado, inclusive com trabalhos científicos fornecidos pelos Instituto de Antropologia, dados e mapas fornecidos pelo Departamento de Estatística do Estado, além de fotografias cedidas pelos Studios Jaecy e Real Foto”¹⁹⁹

O Instituto de Antropologia também colaborou com o Departamento de Educação e Cultura da Universidade do Rio Grande do Norte na realização da 1ª Mostra de Arte Sacra em Natal. O evento, ocorrido em abril de 1966, expôs imagens de origem erudita e popular pertencentes

¹⁹⁸ Tribuna do Norte, 17 maio 1964.

¹⁹⁹ Diário de Natal, 5 nov. 1964.

a colecionadores particulares e foi voltado para um público de professores, funcionários, estudantes e figuras do meio cultural natalense.²⁰⁰

Mesmo instalado numa sede provisória na Av. Hermes da Fonseca, nº 961, considerada pequena para o grande número de atividades e para a crescente quantidade de material de pesquisa, o Instituto preparou algumas salas para exposição e recebeu visitas cada vez mais frequentes de um público crescente. Esse público era formado não só por estudiosos, como professores e pesquisadores da própria UFRN e de outras universidades do país e do exterior, mas também por autoridades governamentais e sobretudo por estudantes dos principais colégios da capital.



Figura 6. Objetos da coleção de etnografia sertaneja em exposição nas dependências do Instituto de Antropologia. **Fonte:** Diário de Natal.

²⁰⁰ Ibidem, 5 abr. 1966.

Conforme pontuado por Jacqueline Silva, nas suas origens, “[...] o Instituto não possuía apenas um museu, cada departamento do Instituto possuía um “pequeno museu expositor”, que consistia em uma ou mais salas onde as peças eram expostas ao público.”²⁰¹

Nos primeiros anos do Instituto, era comum que as visitas ao museu da instituição fossem sempre acompanhadas por um de seus membros, que na maioria das vezes era Veríssimo de Melo ou o diretor Cabral. Alguns visitantes deixaram registro sobre essa prática. A professora Monique Portalier-Poujol, pesquisadora de Antropologia Cultural da Sorbonne, fez o seguinte comentário:

O professor [Veríssimo de Melo] teve a gentileza de explicar-me detalhadamente o funcionamento das diversas seções do Instituto. Dele colhi as melhores impressões sobre o ponto de vista da pesquisa, organização e estudos realizados.²⁰²



Figura 7. O professor Veríssimo de Melo apresenta aos visitantes do Instituto de Antropologia artefatos etnográficos em exposição. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN

²⁰¹ SILVA, Jacqueline Souza. O Instituto de Antropologia e o seu museu expositor: os primórdios e a criação do Museu Câmara Cascudo/UFRN. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013, p. 4.

²⁰² Carta de Monique Portalier-Poujol ao Instituto de Antropologia, s.d.

Em 21 de março de 1969, a nova sede do Museu do Instituto de Antropologia foi inaugurada.²⁰³ Nesse período, apenas o edifício central (que hoje abriga todo o setor expositivo) havia sido construído. As partes reservadas aos laboratórios e salas de aulas só seriam inauguradas dois anos depois. Desde então, o novo prédio passou a abarcar tanto as unidades de pesquisa quanto as de exposição.

Às vésperas da inauguração, o jornalista Paulo Macedo, do Diário de Natal, visitou as novas instalações do Museu do Instituto de Antropologia e ofereceu aos seus leitores uma imagem geral das exposições ali encontradas. Inicialmente afirmou que aquela instituição, do ponto de vista museológico, era algo totalmente novo no estado:

É necessário que todos conheçam o nosso Instituto de Antropologia, logo após a sua inauguração, para reformular conceitos em matéria de museus. O trabalho ali desenvolvido tem a alta finalidade de expor e apresentar áreas e laboratórios dos mais diversos aspectos, chegando a exibir dioramas com 35 metros de extensão, harmonizando os diferentes períodos geológicos.²⁰⁴

Assim, as exposições do Museu estavam organizadas por “áreas” “dos mais diversos aspectos” científicos, ao lado dos seus respectivos laboratórios. Uma novidade do ponto de vista museográfico foi a instalação de dioramas que se constituíam como representação pictórica da paisagem pleistocênica da região de São Rafael, com seus vulcões e exemplares da fauna do período. Ainda no seu relato, Paulo Macedo informou como cada ambiente expositivo estava relacionado com o trabalho realizado por membros da instituição, bem como de estudiosos e técnicos que haviam contribuído direta ou indiretamente para a sua realização. Sobre o ambiente dedicado a reconstrução da extração da xelita no estado, mais especificamente no município de Currais Novos, ele declarou:

²⁰³ O edifício construído estava num terreno de 12.110,68 m², tendo como limite o Aeroclube de Natal ao norte, a Associação Médica do Estado a leste, a Av. Hermes da Fonseca a sudeste, a Rua Presbítero Jerônimo Gueiros a sudoeste e a rua Virgílio Dantas a noroeste.

²⁰⁴ Diário de Natal, 3 mar. 1969.

A riqueza mineral também está representada por galerias de minas, onde a xelita é retirada da mesma maneira que se observa nas minas de Currais Novos. É válido mencionar a cooperação que o Instituto de Antropologia recebeu do Dr. Mário Moarcy Porto, pondo à disposição daquele setor todo o material necessário à sua execução. A Agro-Indústria e Mineração de Sinval Pereira completou o mostruário cedendo trilhos, caçambas e outros instrumentos para complementar a fisionomia original desse setor.²⁰⁵

Nesse ambiente específico, ficou claro que o Instituto teve o apoio de estudiosos externos à instituição, como engenheiros e técnicos da própria Mineração Thomas Salustino, que contribuíram tanto com doações de objetos importantes para a exposição quanto para a sua montagem.

Sobre a sala contendo um conjunto de maquetes representando o principal pico e as montanhas do estado (Cabugi, Santana do Matos, Martins, Chapada do Apodi), o jornalista informou a importância dos trabalhos realizados pelo geólogo Luciano Jacques de Moraes, na sua obra de maior projeção, “Montanhas e Serras do Nordeste”, ainda na década de 1930, para a construção daquele ambiente. A reconstituição do Pico do Cabugi ocupou uma área de oito metros por cinco e recebeu a ajuda do Secretário de Agricultura do Estado, Cácio Medeiros. Ainda na parte térrea, o jornalista anotou a presença das “[...] cavernas de Olho D’água da Escada, os tanques de São Rafael, toda a paleontologia está autêntica ali”²⁰⁶

No andar superior, o jornalista descreveu o setor expositivo dedicado à Antropologia Cultural na seguinte sequência: “[...] com as suas salas de Índio, de Arte Popular, Arte Sacra, Ex-votos, cerâmica, de material de pesca e do ciclo do gado, além de uma Bolandeira Cangula o primeiro engenho do açúcar nordestino”. Atestou também que a ala diretora ainda estava sendo preparada e deveria reunir “[...] os setores

²⁰⁵ *Ibidem.*

²⁰⁶ Diário de Natal, 3 mar. 1969.

de Malacologia, Entomologia, Primatologia, Antropologia Física e salas para os períodos arqueanos, cretáceo, pleistoceno e holoceno”. Nesse período, os laboratórios estavam situados na parte posterior desse piso.²⁰⁷

No relatório das atividades do Instituto no ano de 1971, é possível ter uma ideia da importância que o órgão havia assumido para o estado do ponto de vista cultural, com a presença crescente de visitantes, ao mesmo tempo em que era uma instituição em construção, onde muitos dos seus espaços ainda passavam por definições.

O Museu do Instituto, uma das atrações não só da Universidade, mas já do Estado, recebeu mais de 3 mil visitantes, entre os quais algumas figuras de destaque na vida social e política tanto do país como do estrangeiro. Suas salas continuam recebendo novos materiais e cada vez mais se enriquecem. Inauguramos o esquema de um sambaqui, numa das alas centrais do bloco principal, que vem se constituindo numa nova atração do Instituto. Na ala direita do 1º andar, em organização, continuam sendo montados animais de grande porte, destacando-se um elefante atual, doação do Museu Nacional, inteiramente reconstituído e montado pela equipe de Paleontologia.²⁰⁸

Através das plantas baixas do edifício central, provavelmente produzidas no final dos anos de 1970, é possível compreender melhor como cada um dos ambientes expositivos estavam distribuídos na edificação naquele período. No pavimento térreo, após a entrada à direita, havia a Sala de Recepção, depois a Sala do Rio Grande do Norte, seguida pela do Sal e pela da Mina Brejuí. Ao fundo, a maquete do Pico do Cabugi, que havia sido preparada no ano de 1978; à esquerda, o auditório, seguido pelo ambiente da Paleoecologia; nos fundos, o ambiente da Caverna e, no centro do prédio, um átrio onde foram instalados dois ambientes: o Pesqueiro e o do Sambaqui. No pavimen-

²⁰⁷ *Ibidem.*

²⁰⁸ Relatório das Atividades do Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Rio Grande do Norte - em 1971.

to superior, do lado direito, temos a Sala de Exposição Temporária, seguida pelas salas de Etnografia Afro, Arte Popular, Arqueologia, Etnografia Indígena, Ciclo do Couro e da Cana; no lado esquerdo, a sala da Anatomia Comparada, seguida pelas salas da Macologia, Icnologia, Paleontologia e Museologia. Neste período, os laboratórios já haviam deixado o prédio principal e se instalado nos novos anexos, construídos para essa finalidade.

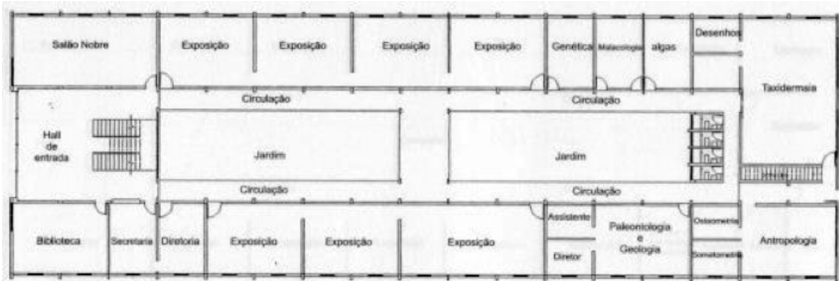


Figura 8. Planta baixa do piso inferior do edifício do Instituto de Antropologia, 1967.
Fonte: Acervo de Fotografias do MCC/UFRN



Figura 9. Planta baixa do piso superior do edifício do Instituto de Antropologia, 1967.
Fonte: Acervo de Fotografias do MCC/UFRN

A inauguração do Museu de Antropologia provocou um grande fluxo de visitantes. O Museu e a imprensa local fizeram questão de informar a respeito da presença de autoridades do país e do estrangeiro, as quais desejavam conhecer as dependências e o acervo da instituição. Em um dos registros feitos pelo Diário de Natal, foi noticiada a presença

do vice-presidente da Comissão de Educação e Cultura da Câmara Federal e conselheiro da Fundação Educacional do Distrito Federal, o deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, e as impressões por ele deixadas sobre a instituição:²⁰⁹

Nunca senti tanta inibição, tal dificuldade de expressão como ao visitar esta Casa. Recebi aqui um tremendo impacto. Jamais esperei ver o que vi aqui.

Saio de Natal mais orgulhoso de ser brasileiro: e mais disposto a colaborar de todas as formas pelo progresso do RN e pela divulgação de suas maravilhas. A equipe de sábios e pesquisadores, que aqui trabalha – silenciosa, abnegada e patrioticamente – meus entusiásticos parabéns!²¹⁰

As considerações feitas por Eurípedes Cardoso de Menezes estão entre as dezenas registradas no livro “Visitas e Impressões” do Museu, e de outras que foram publicadas nos jornais locais. Esses relatos de experiências nos fornecem alguns elementos para pensar a maneira como essas autoridades percebiam as exposições e as coleções do Museu, e o sentido que davam a elas. As palavras do deputado, representante oficial do Congresso durante o governo do general Artur da Costa e Silva (1967-1969), demonstraram aspectos importantes do impacto que o Museu lhe causou, capaz de deixá-lo inibido em decorrência do inesperado: “Jamais esperei ver o que vi aqui”. Sua

²⁰⁹ Como político conservador e pastor convertido ao catolicismo, Eurípedes Cardoso de Menezes teve participação importante no movimento integralista nos anos de 1930, sendo editor da revista Anauê. Na década de 1950, passou a disputar cargos públicos elegendo-se deputado federal pelo Distrito Federal, tendo obtido seu terceiro mandato pela UDN em 1962. Em sua campanha de reeleição à Câmara dos Deputados em 1966, foi apresentado pelo Jornal do Brasil como líder de projeção nos meios cristãos do Rio de Janeiro, com destacada atuação no combate ao comunismo. Na Câmara Federal participou de diversas comissões durante os governos militares, sendo a Comissão de Educação e Cultura uma delas. Mais informações biográficas sobre Eurípedes Cardoso de Menezes ver: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/meneses-euripedes-cardoso-de>

²¹⁰ Diário de Natal, 27 ago. 1969.

fala deixa transparecer um certo estranhamento no fato de encontrar uma instituição daquele porte em um estado pequeno e com pouca expressão política como o Rio Grande do Norte. Por outro lado, ao declarar que saía de Natal “mais orgulhoso de ser brasileiro”, revela como aquelas coleções foram transformadas por ele num importante suporte de sua própria identidade como brasileiro.

As coleções foram tomadas por Eurípides como denotado “progresso” estadual. Seria esse progresso de natureza científica, dos conhecimentos gerados por aquelas coleções? Parece pouco provável. A ideia de progresso na fala do deputado estaria mais associada ao impacto da grandiosidade do edifício e o poder imagético que algumas coleções expostas eram capazes de proporcionar ao visitante. A função do Museu, para o deputado, seria a de promover a “divulgação de suas maravilhas”. O Museu estaria ligado a funções identitárias e propagandistas das “coisas do Rio Grande do Norte”, não tanto das coisas, simplesmente, mas das “maravilhas”. Ao serem tratados como “maravilhas”, os objetos ali existentes eram percebidos menos como instrumento de cognição do que como fonte de deslumbramento. A fala de Eurípedes Cardoso parecia indicar antigas formas de apreciação simbólica dos objetos, além de demonstrar a presença crescente do “olhar do turista”, que via os objetos das coleções como um manancial do consumo voyeurístico, muitas vezes descarnado das experiências originárias concretas em que foram produzidos.²¹¹

²¹¹ O sociólogo John Urry definiu o “olhar do turista” como uma forma de ver construída socialmente, em que os indivíduos associam o consumo de bens e de serviços durante breves períodos, nos quais deixam seus lugares normais de trabalho e de moradia, para experimentarem experiências supostamente prazerosas. Parte dessas “[...] experiências consistem em lançar um olhar ou encarar um conjunto de diferentes cenários, paisagens ou vistas de cidades que se situam fora daquilo que, para nós, é comum”. URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996, p. 15.

Outro visitante do mesmo período também deixou suas impressões sobre o órgão e o trabalho ali desenvolvido: o professor Jean Lebbens, Chefe da Missão UNESCO no Brasil.²¹² Lebbens destacou suas impressões sobre o órgão com as seguintes palavras:

Fiquei muito impressionado pelo museu. É um esforço notável para ligar o museu com o ensino, a pesquisa muito especializada com a divulgação e popularização da ciência, sem perder nada da qualidade. Estou certo de que o museu vai se desenvolver. Já é um modelo e o será cada vez mais.²¹³

Diferente das impressões do deputado Menezes, as do sociólogo francês enfocaram a dimensão pedagógica da instituição potiguar, chamando atenção sobretudo para a preocupação dela com o público escolar. Lebbens apontou para a forma como a instituição desempenhava um papel importante na “[...] divulgação e popularização da ciência” para esse público, e que, diferente de muitas propostas simplificadoras do conhecimento, esta parecia ser feita, segundo ele, “[...] sem perder nada da qualidade”.²¹⁴ A fala de Lebbens demonstra uma outra dimensão que estava cada vez mais forte no Museu: transformar suas coleções científicas em coleções próprias para a exposição museológica, que deveria ser cada vez mais pautada por preocupações pedagógicas e por uma consciência da necessidade de melhor adequá-la ao público escolar.

Outra impressão registrada foi a do embaixador do Canadá no Brasil, James Stone, em sua visita em 16 de maio de 1979, que ressaltou a experiência como “[...] um dos pontos altos de nossa viagem ao

²¹²Jean Lebbens foi professor de sociologia da Universidade Católica de Lyon antes de assumir cargos na UNESCO. Foi coordenador do ensino superior para a América Central e expert no setor de planejamento universitário do Chile. Esteve até o primeiro semestre de 1971 como chefe da missão da UNESCO no Brasil. Entre os seus primeiros estudos publicados estava o artigo *Les Rôles du sociologue et le développement de la sociologie en Amérique Latine*, publicado na *Revue internationale des sciences sociales*, no ano de 1969.

²¹³Diário de Natal, 30 out. 1969.

²¹⁴Ibidem.

Rio Grande do Norte”, bem como o poder que daquelas imagens que ficariam na sua memória e na de sua esposa:

Aqui é mostrado o passado de maneira muito curiosa, tornando viva a pré-história deste Estado. Eu e minha esposa nos lembraremos, por muito tempo, dessa visita memorável, das explicações altamente técnicas e instrutivas do arqueólogo, vice-diretor, que tão gentilmente nos acompanhou. Congratulações a este excelente museu, que tem um grande papel no ensino do passado ao povo do futuro.²¹⁵

Assim como o professor Jean Lebbens, James Stones chamava atenção para o poder didático das exposições, capazes de tornar “[...] viva a pré-história deste Estado”, e para as “[...] explicações altamente técnicas e instrutivas” dadas por Veríssimo de Melo que o acompanhou.²¹⁶ Anos antes, o paleontólogo Rubens da Silva Santos, da Academia Brasileira de Ciências, após visitar o Museu do Instituto de Antropologia, ofereceu a seguinte impressão sobre o trabalho realizado pela instituição no campo da paleontologia e sobre o trabalho de exposição:

De grande importância para a Paleontologia brasileira são as pesquisas efetuadas, especialmente as faunas fósseis de mamíferos do pleistoceno. Importantes coleções [*sic*] incluindo uma variada fauna de mamíferos representados por megatérios, mastodontes, restos de carnívoros como os tigres-de-dentes-de-sabre, tem sido coletados pelos paleontólogos daquele museu, aplicando as técnicas mais avançadas na coleta desses animais fossilizados. Quanto às salas de exposições de Paleontologia e Geologia para o público e universitários, ficamos entusiasmados com a técnica de exposição apresentada. Vimos, nesse museu, reproduções, em seus mínimos detalhes, de jazigos de fósseis pleistocênicos que vêm sendo estudados [*sic*] e trabalhados pela equipe do Dr. Nunes Cabral.²¹⁷

²¹⁵ Diário de Natal, 22 maio 1979.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ O Poti, 14 abr. 1974.

A pedagogia das exposições

A preocupação pedagógica sempre esteve presente na constituição das exposições do Museu e já havia sido registrada anos antes da inauguração do edifício-sede. Foi assim que o jornal Diário de Pernambuco informou sobre os andamentos dos trabalhos de montagem “[...] de esqueletos dos mais diversos representantes da nossa fauna e esquema de um sambaqui, **didaticamente reconstruído**”.²¹⁸

Do ponto de vista da história dos museus brasileiros, o valor atribuído ao museu como relevante instrumento de difusão cultural esteve relacionado à conjuntura do pós-II Guerra Mundial e à importância crescente da experiência museológica norte-americana. Entre os trabalhos que refletem essa perspectiva, estão o do crítico de arte José Valadares, “Museu para o povo: um estudo sobre os museus americanos,” de 1945, e o do educador Edgar Sussekind de Mendonça, “A extensão cultural dos museus,” de 1946. Os dois estudos tomaram o museu como um instrumento de democratização cultural:

[...] trata-se de esforço consciente e orientado no sentido de atrair o público e, uma vez com o público dentro das galerias, proporcionar entretenimentos que o prendam, ao lado das informações que se vão acrescentar à soma de conhecimentos com que transpôs as portas da instituição.²¹⁹

Para atender a esse princípio, diversos aspectos do museu deveriam ser considerados, como a localização do prédio e a própria edificação, a natureza das coleções, o sistema de instalações, as etiquetas, a seleção dos funcionários. Os principais objetivos postos para a instituição eram o de criar meios para atrair o visitante, oferecer uma permanência agradável em sua visita e possibilitar a ele algum tipo de aprendizado. Um aspecto importante a ser considerado era o de que os serviços educacionais dos museus deveriam levar em

²¹⁸ Diário de Pernambuco, 23 out. 1966, grifo nosso.

²¹⁹ VALADARES, José. *Museu para o povo: um estudo sobre museus americanos*. Salvador: Museu do Estado da Bahia, 1945, p. 3.

consideração os diferentes tipos de público, sobretudo no que diz respeito aos grupos etários. Assim, ao invés de um público abstrato ou formado tradicionalmente por adultos letrados, era importante considerar as especificidades entre adultos, jovens e crianças, e oferecer serviços específicos para cada um deles. Também se realçou a importância da natureza didática das exposições, fossem elas permanentes ou temporárias, que teriam como objetivo “funcionar como verdadeira lição” sobre um assunto específico, utilizando-se de reproduções e de recursos expositivos.

Citando o pedagogo Venâncio Filho, Valadares assinalou um conjunto de aspectos específicos que deveriam ser considerados para que o museu viesse a atingir seus objetivos didáticos: o estabelecimento de um “percurso o mais econômico”, capaz de oferecer ao visitante a possibilidade de visualizar todo o acervo exposto em apenas um roteiro; o uso de gráficos e esquemas “claríssimos e estéticos” que instigassem a sua curiosidade; uma “arrumação ampla, sem amontoados” que permitisse uma circulação fácil e livre; a produção de catálogos em linguagem simples para o alcance de um maior número de pessoas e o “[...] uso de todos os recursos modernos de visualidade e até de radioatividade”.²²⁰

Sussekind Mendonça chamou atenção sobre a importância da relação entre o museu e a escola, em que cada uma dessas instituições contribuía para o melhor desempenho da outra, considerando os diferentes níveis de formação escolar, fosse ele primário, secundário ou superior. No entanto, foi no terreno da educação extraescolar que os museus passaram a ser vistos como fundamentais na democratização cultural, apresentando uma experiência que se assemelhava aos meios modernos de difusão cultural como o rádio e o cinema. Assim, o citado autor definiu o museu como um poderoso meio de comunicação e educação de massa, já que sendo “[...] a fonte por excelência do ‘ensino visualizado’, [era] capaz das mais rápidas assimilações por qualquer tipo de público”.²²¹

²²⁰ VALADARES, José. *Museu para o povo*, p. 57.

²²¹ MENDONÇA, E Sussekind de. *A extensão cultural dos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1946. p. 22.

No caso do Museu do Instituto de Antropologia, a orientação dada por seus diretores na montagem das primeiras exposições da instituição refletia essa perspectiva. Tanto José Nunes Cabral quanto Veríssimo de Melo já haviam presenciado novas experiências de museus não só no país, mas também no exterior. Cabral conhecia muito bem o sistema de exposições do principal museu de história natural do país, o Museu Nacional do Rio de Janeiro, desde a época de seu estágio, nos anos de 1950, até as várias visitas que lá fez posteriormente. Já Veríssimo de Melo esteve nos Estados Unidos na década de 1960 e conheceu importantes museus do país.

Um dos registros sobre o peso do modelo de museu norte-americano no trabalho realizado a partir da década de 1970 aparece em uma carta dirigida pelo casal de pesquisadores Nássaro e Elizabeth Nasser ao diretor do MCC, José Cabral. A carta relatou um pouco da experiência do casal de arqueólogos em Washington, DC, durante o seminário do PRONAPA no início da década de 1970. Informou também sobre os debates arqueológicos ocorridos durante o evento e sobre a experiência de visitar os museus do Instituto Smithsonian:

O museu [Museu de História Natural, Washington, DC] vai além da imaginação. Realmente aquela turma tem dinheiro e sabe como aplicá-lo cientificamente. Cada vitrine é uma aula. No setor de Paleontologia só nos lembramos de você. A exposição começa com o início da vida, indo até os mamíferos. Em cada montra encontra-se além do animal a reconstituição do ambiente em que vivia. Isto acompanhado de informações precisas e concisas. Como já falamos é tudo perfeitamente didático. Na parte de etnologia, por exemplo, as exposições vivem. O ambiente africano, americano, melanésico, etc., está cheio de imagens e sons reais. É um transportar-se para outros mundos sem pagar passagens e ter problemas alfandegários.²²²

Não há dúvida do deslumbramento do casal de pesquisadores brasileiros sobre o potencial expositivo dos museus visitados. Os recursos

²²² Carta de Nássaro e Elizabeth Nasser a “Zé Tenente” (José Cabral), 10 de setembro de 1973.

museográficos e a perspectiva pedagógica eram evidenciados como um verdadeiro diferencial desses museus, além da capacidade dessas instituições de se transformarem em importantes instrumentos de educação científica nos diferentes ramos de conhecimentos. Por outro lado, o acervo, os equipamentos e a infraestrutura dos museus smithsonianos, antes de se apresentarem como algo desconhecido para os membros do MCC, estavam dentro de um universo de expectativas, mesmo que distantes da realidade natalense:

Talvez esse nosso entusiasmo pareça um deslumbramento de bonecas, mas não há forma de fugir a ele. Até você, com toda sua experiência vivencial, reagiria assim, pois ali encontra-se a concretização de algo que para nós é apenas um sonho.²²³

Apesar dos poucos recursos técnicos e financeiros disponíveis, os membros do antigo Instituto de Antropologia procuraram apresentar, da melhor forma que puderam, aquilo que julgavam ser as formas mais eficientes e didáticas de exposição do material científico coletado pela instituição, a fim de despertar o interesse no maior número de pessoas possível. Entre os novos dispositivos de exposição que refletiam essa preocupação pedagógica assumida pelo Museu estava o diorama. Trata-se de um recurso expositivo tridimensional que retrata uma situação, a exemplo de um evento histórico, de uma cena do cotidiano, ou de animais em seu ambiente natural, de maneira realista.²²⁴ O diorama do Museu do Instituto

²²³ Ibidem.

²²⁴ A origem desse dispositivo remonta às primeiras décadas do século XIX, quando não passavam de pinturas panorâmicas cuja iluminação dava a ilusão de paisagens reais. Na segunda metade daquele século, o diorama tornou-se um recurso bastante utilizado nas Exposições Universais e na experiência de Artur Hazelius, no Nordiska Musset, na Suécia, até chegar aos museus etnográficos franceses. Para um histórico do uso do diorama no século XIX ver: BOUILLER, Jean-Roch; CALAFAT, Marie-Charlotte. Dioramas ethnographiques et unités écologiques: La mise en scène de la vie quotidienne au musée d'Ethnographie du Trocadéro et au musée national des Arts et Traditions populaires. *Culture & Musées: muséologie et recherches sur la culture*, v. 32, 2018. Disponível em: <<https://journals.openedition.org/culturemusees/2473>>. Acesso em: 11 de nov. 2019.; SANDBERG, Mark B. Efigie e narrativa: examinado o

de Antropologia foi produzido para fornecer uma imagem da região onde está situado atualmente o município de São Rafael, na mesorregião Central Potiguar, no período geológico do Pleistoceno (de 1.750.000 anos a 10.000 anos atrás).²²⁵ O diorama foi construído num salão em cuja parede frontal foi montado um painel retratando a estrutura do relevo, da fauna e da flora no Pleistoceno. Na representação, era possível ver ao fundo uma extensa planície onde brotam esparsamente inselbergs e batólitos.²²⁶ No primeiro plano, a fauna pleistocênica foi representada por um *Smilodon populator* (Tigre Dentes de Sabre Sul Americano), que espreita uma possível presa em cima de uma rocha. Ao lado, havia um casal de *Megatherium americanum* (preguiça gigante), uma delas escalando uma árvore em busca de algum fruto. Mais à frente, se via um *Toxodon platensis* que parecia ter acabado de deixar seu tanque, e, ao fundo, uma manada de *Mammuthus* (Mastodonte) vagueava pela planície. A vegetação retratada é de pequeno porte e aparece distribuída próxima às regiões de depósitos de água.

O piso foi coberto por terra e foram instaladas recriações, em escala reduzida, de um tanque fossilífero e de alguns inselbergs da região de São Rafael, além de um conjunto de animais taxidermizados em

museu de folclore do século XIX. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001; BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

²²⁵ O painel foi produzido pelo desenhista Tarcísio Motta, funcionário da instituição, provavelmente a partir de orientações dadas pelo professor José Nunes Cabral.

²²⁶ O inselberg é uma colina rochosa isolada, ou pequena montanha que se eleva abruptamente de uma planície circundante. Resulta quando um corpo de rocha resistente à erosão, como o granito, é exposto por erosão diferencial e rebaixamento da paisagem circundante. O batólito, do grego antigo *batos* (profundidade) e *litos* (rocha), é uma grande massa de rocha ígnea intrusiva (também chamada de rocha plutônica), maior que 100 km² que se forma do magma resfriado nas profundezas da crosta terrestre. Os batólitos são quase sempre feitos principalmente de tipos de rocha félsica ou intermediária, como granito, quartzo, monzonito ou diorito.

meio a tocos de árvores desfolhadas.²²⁷ Nesse ambiente, os exemplares taxidermizados da fauna contemporânea local, representados por uma ema, uma preguiça e um gato, contrastam com a fauna pré-histórica representada no painel. Esse contraste entre o passado distante e o tempo atual constitui um importante elemento problematizador da exposição.



Figura 10. Diorama de “São Rafael no Pleistoceno”. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN

O visitante, ao adentrar no salão de exposição, poderia se aproximar dos objetos expostos de maneira a simular uma visita ao próprio ambiente representado. A presença de exemplares da fauna moderna permitia ao visitante identificar as profundas diferenças entre o am-

²²⁷ A taxidermia é uma técnica ou uma arte de montar e reproduzir animais para exibição ou estudo, conservando os corpos e atribuindo-lhes expressões corporais como se estivessem vivos. Grosso modo, trata-se de um processo sofisticado em que apenas a pele do animal morto é aproveitada e utilizada para “vestir” a estrutura de um manequim, que é preenchida no seu interior com algodão e espuma ou com uma mistura de serragem e parafina ralada e palha. O procedimento já havia sido demonstrado desde os primeiros tempos do IA, num artigo do pesquisador Leon Diniz Dantas de Oliveira dedicado a taxidermia do “Cardisoma Guanhumí”, popularmente conhecido como guaiamum, pertencente à família gecarcinidae.

biente pleistocênico e o moderno no que dizia respeito ao relevo, a vegetação e a fauna, e também estabelecer relações de ligação entre esses dois períodos.

As maquetes foram outro recurso museográfico utilizado no MCC. A fim de oferecer uma imagem comparativa das principais montanhas e picos do Rio Grande do Norte, foram confeccionados modelos em tamanho reduzido do Pico do Cabugi, formação rochosa mais alta do estado, localizada no município de Angicos, a 150 quilômetros da capital. A maquete do Pico do Cabugi possui um corte vertical em que fica demonstrada a origem vulcânica dessa formação geológica.

O recurso cenográfico esteve presente em diversos ambientes do Museu, sendo um dos mais populares o dedicado à atividade pesqueira no litoral do estado. A fim de oferecer uma imagem realista da vida da população litorânea que vive da pesca, foi exposta uma antiga jangada de tronco (também conhecida como jangada de paus), com toda parafernália utilizada na “pesca tradicional”. Para simular o ambiente, a jangada foi colocada sobre uma cobertura de areia cercada por pedras marinhas, com redes de pescas estendidas em sua volta, representando a prática de secagem do equipamento após o uso.

Fato interessante que se pode pontuar sobre essa primeira exposição do ambiente pesqueiro é que essa jangada de tronco era um equipamento que, naquele período, já estava em vias de extinção, sendo substituído pela jangada de tábuas posteriormente.²²⁸

²²⁸No seu estudo sobre a jangada de meados da década de 1950, Cascudo já havia atestado a evolução do equipamento artesanal. Para ele, a jangada de tábua parecia representar o ponto final na evolução do artefato tradicional. Ele observou que no início da década de 1940, surgiram no nordeste brasileiro as primeiras jangadas de tábua, que se tornaram cada vez mais populares na década seguinte. Apesar da resistência dos antigos pescadores, a jangada de tábua ganhou cada vez mais prestígio entre os novos não só pela vantagem de proporcionar uma “pescaria mais enxuta”, já que o pescado ficaria mais protegido da ação das ondas, mas também por sua maior capacidade de armazenamento, sua durabilidade incontestável e sua resistência (CASCUDO, Luís da Câmara. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957. p. 111-113).

Assim, a presença desse objeto no museu tinha muito mais um sentido folclórico do que etnográfico, já que representava uma espécie de “sobrevivência” do passado e não um registro daquela sociedade no presente.²²⁹



Figura 11. A jangada de tronco e apetrechos de pesca artesanal. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN

Um década depois, esse cenário foi substituído por uma nova representação que procurou ampliar a dimensão meramente ergológica da anterior e introduzir uma abordagem capaz de considerar outros aspectos da vida social dos pescadores tradicionais litorâneos. A antiga jangada de paus foi substituída por um pacote de tábuas e uma nova expografia foi montada. Nela, uma casa de taipa coberta de palha de coco (a casa do pescador) foi construída e uma série de artefatos domésticos foram introduzidos. Além dos utensílios domésticos utilizados para cozinhar, dormir e comer, havia também objetos que denotavam a religiosidade daquela população, como imagens e outros objetos religiosos. No entanto, apesar dessa nova forma de representação se utilizar

²²⁹ Anos exposta a chuva e ao sol, no vão aberto do Museu, a antiga jangada de tronco foi destruída.

de recursos cenográficos e desenvolver ambientações que despertavam maior interesse do público, sua abordagem continuava fundamentada numa visão tipológica e a-histórica.

Na exposição sobre a “vida tradicional dos pescadores”, havia poucas informações sobre o período histórico tratado. Em alguns aspectos, foi representada uma realidade que já não existia mais ou que não era mais predominante. Alguns dos instrumentos de pesca remanescentes, que foram reutilizados da antiga exposição, já não eram mais encontrados na vida dos atuais pescadores artesanais potiguares. De fato, o ambiente era composto por objetos de diferentes temporalidades, os quais eram ali reunidos no sentido de criarem uma imagem homogênea e tipificada da realidade social.²³⁰ Antigos samburás de cipó estabeleciam um sentido de continuidade com o passado remoto, enquanto outros utensílios modernos, como as redes de pesca em nylon e as boias de isopor, ofereciam uma imagem mais recente da realidade representada.



Figura 12. Salão do Museu Câmara Cascudo dedicado ao “Ambiente praieiro”. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN.

²³⁰ O processo de tipificação nos museus foi estudado por diferentes pesquisadores. Alguns procuraram relacionar esse processo a uma motivação identitária, fundada em modelos estáveis e harmônicos, muitas vezes como uma reação a tendências sociais desestabilizadoras. Outros chamaram atenção para as demandas consumistas da atividade turística e a necessidade de produzir imagens de fácil digestão. Entre os trabalhos sobre a questão estão: CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997; URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996; MENESES, Ulpiano T. B. de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista, Nova Série*, n. 1, p. 207-222, 1993.

A construção de ambientes simulando os locais pesquisados foi um recurso bastante desenvolvido nas exposições do Museu. Por meio dessa ambientação, procurava-se proporcionar ao visitante a possibilidade de visualizar os locais das pesquisas através de reproduções em tamanho natural ou em escala reduzida. Entretanto, contato do visitante com esses ambientes simulados parecia despertar neles a falsa percepção de que estariam numa relação direta com a realidade do passado.

Um dos ambientes construídos com esta finalidade foi o das cavernas de Olho D'Água da Escada. O projeto executado constava de uma “chaminé” que media 4,80 x 2,20 metros na sua porção mais larga. Perpendicularmente, a estrutura descia 12 metros até alcançar o primeiro salão, medindo 2,50 x 2 metros. A partir desse plano, uma nova abertura mostrava uma descida para o segundo salão, a 32 metros de profundidade. Na parede sul, as águas abriram novo escoadouro, enquanto no novo salão eram expostos materiais paleontológicos representados por restos de megatérios e gliptodontes e esqueletos distribuídos no carreamento feito pelas águas. Este ambiente de exposição foi construído com uma redução de 12:1m, capaz de permitir a visita de grupos de mais de 10 indivíduos ao mesmo tempo.

Para essa exposição foi utilizada uma área de 69,30 m² situada no pavimento térreo, no final da ala esquerda, descendo em dois planos até 6 metros aproximadamente. As paredes foram revestidas em pedra calcária; no teto foram instaladas estalactites artificiais e algumas naturais e o piso foi recoberto por material oriundo da caverna. Ao procurar fazer uso de material proveniente das cavernas originais, em alguns casos contendo fezes de morcego, buscava-se apresentar certos traços dos locais de pesquisa. Também foi feito uso de calcário para revestir um corredor que dava acesso a uma entrada independente. O sistema de iluminação utilizado na exposição era semelhante ao utilizado pelos pesquisadores quando exploraram as cavernas: uma “[...] rede de fios presos às paredes onde prendem lâmpadas sem bocais”.²³¹

²³¹ Relatório de 1977 apud. SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A Construção do Museu Câmara Cascudo*, p. 56.

Ao realizar uma matéria sobre o Museu recém-inaugurado, um jornalista fez questão de demonstrar como os ambientes ali construídos estavam voltados para ensino dos alunos que os frequentavam, visando desenvolver nesses discentes o interesse pela pesquisa científica:

A preocupação maior dos professores do Instituto de Antropologia é proporcionar aos alunos um estudo acima de tudo prático, procurando despertar-lhes o gosto pela pesquisa.

O setor de paleontologia, por exemplo, reconstituiu dentro do próprio Instituto a área de pesquisa de São Rafael, trazendo assim, ao encontro do aluno, seu futuro campo de pesquisa.²³²

Essa preocupação com o “ensino prático” ficou ainda mais evidente no ambiente destinado à Mina Brejuí. Uma reportagem feita pelo jornalista Vicente Serejo, “Conheça a maior mina do Estado sem entrar nela”, publicada numa edição de O Poti, expõe bem o sentido em que foi conduzida aquela exposição e sua natureza didática.²³³

A exposição foi construída a partir de diferentes ambientes. Em um deles foi montada uma réplica da Mineração Tomaz Salustino, popularmente conhecida como Mina Brejuí, numa escala de um por dez:

Confecionada em latão, ferro, madeira e borracha, a réplica (ou é uma miniatura) de toda a mina Brejuí, com exceção da parte da extração da xilita através de máquinas escavadeiras, setor que é representado através de painéis fotográficos. Montada numa armação de madeira de alguns metros quadrados, é a mesma que pode ser vista por quem passa pela rodovia, entre Currais Novos e Acari.²³⁴

²³² Diário de Natal, 7 mar. 1969.

²³³ O Poti, 20 jul. 1975.

²³⁴ *Ibidem*.

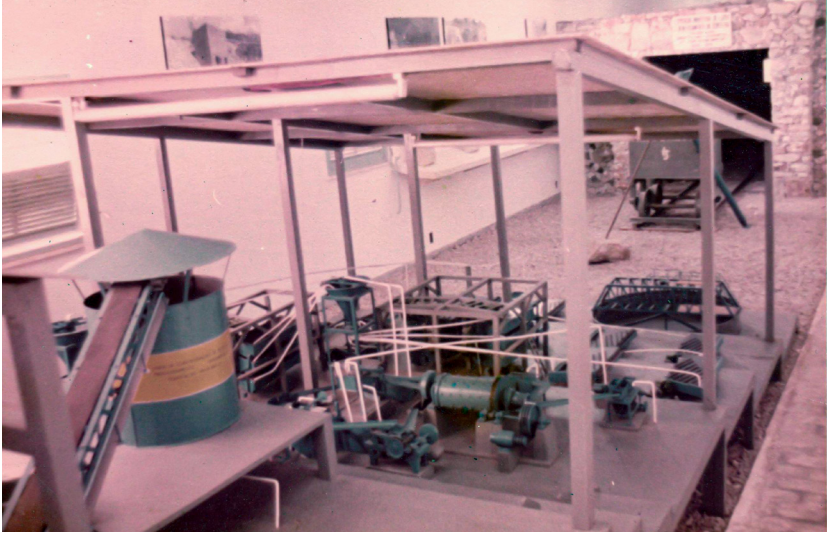


Figura 13. Réplica em miniatura da fábrica de processamento de minério da Mineração Thomas Salustino. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN.

O principal objetivo desse ambiente era demonstrar, através da miniatura da fábrica de processamento do mineral, como funcionava a atividade de beneficiamento da xelita no estado, mais especificamente na Mina Brejuí. A partir da miniatura, era possível visualizar as diferentes fases do processo pelo qual passava o minério depois de sua extração. No primeiro momento, era exibida a fase de trituração, quando a xelita em estado bruto era colocada no britador até ser reduzida a pedaços menores. Na fase seguinte, era apresentada a granulagem “[...] que consiste em reduzir a matéria bruta ao máximo até atingir a pureza.”²³⁵ Depois dessa etapa, o material era conduzido para outro setor de operação, onde passava por um peneiramento gradual, e, após isso, uma nova etapa do processo era exposta através das seis novas mesas de beneficiamento. Ao fim, mostrava-se o curso que o material realizava nas 21 mesas vibratórias, resultando em um produto lavado e depois secado, até finalmente ser embalado em sacos de 50 quilos para serem destinados à exportação.

²³⁵ *Ibidem.*

Uma parte desse ambiente era composta por “[...] uma galeria em tamanho natural, obedecendo às mesmas características de uma galeria de verdade, dessas que entram terra adentro, com os trilhos das vagonetes que carregam o minério em forma de pedras.”²³⁶



Figura 14. Reconstituição em madeira, cimento e pedra de túnel de mineração da empresa Mineração Thomas Salustino. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN.

Um dos geólogos do Museu, Jasiel Sá, na época, ressaltou a importância pedagógica da exposição que, segundo ele, “[...] representa um verdadeiro laboratório de aulas práticas, como já vem sendo utilizada por professores e alunos da Escola Técnica, notadamente das turmas de Técnico em Mineração”²³⁷ Informou também que, além das exposições que reconstituem o funcionamento da mina, o Museu do Instituto ainda dispunha de acervo completo sobre minérios extraídos no estado.

A exposição com a finalidade de possibilitar “aulas práticas”, utilizando-se da demonstração do processo do trabalho e do uso de

²³⁶ O Poti, 20 jul. 1975.

²³⁷ Ibidem.

maquinário, não era algo novo na história dos museus. Desde a segunda metade do século XIX, especialmente nas Exposições Universais, expor o processo de trabalho tornou-se um elemento da cultura visual industrialista, sobretudo inglesa. A demonstração de maquinários em operação ajudava a dar um sentido onipotente às ferramentas industriais e a evidenciar sua capacidade de subjugar a natureza.²³⁸

Por outro lado, é importante considerar os aspectos alienantes desse tipo de exposição, já que muitas vezes o uso de dispositivos em miniatura era capaz de transformar o trabalho extenuante e degradante da atividade mineradora em algo lúdico e até divertido.

A Mineração Thomaz Salustino não foi a única empresa a dispor de um ambiente próprio para representar suas atividades industriais no Museu. Conforme vimos, em meados da década de 1980, a Petrobrás firmou um convênio com o MCC para a montagem de uma sala dedicada à história da exploração de petróleo no país. O convênio, com duração de três anos e possibilidade de renovação por mais três na concordância das duas partes, estabelecia a cessão de uma sala do Museu para a instalação da exposição, em troca de um pagamento mensal de Cr \$1.000,00 (um mil cruzeiros) destinado às despesas com pessoal e serviços de manutenção do próprio evento.

Um dos aspectos que chama atenção no contrato firmado é que a montagem da sala ficaria sob a responsabilidade do Conselho Administrativo da Petrobrás e não do pessoal técnico do próprio Museu. Pela primeira vez, o órgão cedeu a um grupo técnico externo à instituição a concepção, os objetos, os recursos expográficos e a execução de uma exposição no seu interior. Sua montagem parece ter seguido a publicação denominada “Petróleo: exposição permanente”, produzida por funcionários da estatal.²³⁹ Como o próprio documento afirma, a

²³⁸ Sobre a experiência das exposições retratando o mundo da produção e do trabalho no século XIX veja os estudos de: BARBUY, Heloisa. *A exposição universal de 1889 em Paris* e PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

²³⁹ O PETRÓLEO: Exposição permanente. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social/Petrobrás, 1985.

publicação se destinava a complementar as informações apresentadas na Exposição Permanente de Petróleo, “[...] especialmente para aquelas visitas dirigidas por estabelecimentos de ensino”. Também foi informado que, após a visita à exposição, seria realizada “[...] projeção de filmes e de audiovisuais sobre as atividades petrolíferas”²⁴⁰

No dia 3 de setembro de 1985, a Sala do Petróleo (ou Sala da Petrobrás, como também ficaria conhecida) foi inaugurada. Como as exposições anteriores do MCC, esta também estava pautada sobre princípios didáticos e destinava-se “[...] aos estudantes da 8ª série do 1º grau, 2º grau e cursos técnicos”. Foi dividida em três módulos distintos sobre a produção de petróleo no país: a história do petróleo, o petróleo no Brasil e o petróleo e a Petrobrás.²⁴¹

No material impresso foram desenvolvidos os três temas principais da exposição: “Uma pequena história do petróleo”, “O petróleo” e “Breve história do petróleo no Brasil”. O primeiro tema descreveu a história do petróleo desde os relatos bíblicos até o aparecimento da indústria do petróleo, ainda no século XIX, o desenvolvimento do consumo e a produção do petróleo no século XX. O segundo tema abordou a natureza do petróleo, sua definição química, as diferentes localizações onde é encontrado no planeta e todo o processo de sua produção: prospecção, perfuração, avaliação, produção, transporte e refino. Por último, o terceiro tema relatou a história da exploração do petróleo no país, desde as primeiras experiências na província da Bahia, ainda no século XIX, passando pela luta pela nacionalização da exploração do produto, concluindo com a criação da Petrobrás e o monopólio da estatal sobre a exploração do petróleo nacional.²⁴²

A exposição propriamente dita fez uso de recursos museográficos, muitos deles não utilizados no MCC até então. Uma plataforma na entrada da primeira sala de exposição dava acesso a um piso de vidro que cobria uma modelagem em alto relevo de um mapa do Brasil e

²⁴⁰ O PETRÓLEO: Exposição permanente.

²⁴¹ Diário de Natal, 4 set. 1985.

²⁴² O PETRÓLEO: Exposição permanente, op. cit.

seu litoral, onde estavam identificadas as bacias sedimentares e os principais pontos de extração de petróleo terrestres e oceânicos no território nacional. Uma espécie de túnel mostrava camadas da terra na sala seguinte. A maquete de uma plataforma de petróleo em alto mar medindo mais de um metro de altura, acompanhada por painéis adesivados contendo informações sobre a origem e o fracionamento do petróleo para a obtenção de combustíveis e subprodutos estava exposta em outra sala. Nessa última havia, ainda, um painel com visores tipo olho mágico, em que o visitante poderia visualizar exemplos das diversas aplicações dos produtos à base de petróleo utilizados em diversos setores e atividades do cotidiano. Um aparelho de televisão também foi instalado para exibir filmes sobre o processo de extração de petróleo realizado pela Petrobrás.



Figura 15. Modelagem em alto relevo de mapa do Brasil e seu litoral sob assoalho em vidro. **Fonte:** SANTOS, 2010.

O tema e os recursos museográficos da exposição foram, sem dúvidas, muito importantes para atrair um bom público para o Museu. Os registros de frequência da amostra apontaram uma média de 3 mil

pessoas por ano nos quatro primeiros anos da exibição.²⁴³ É possível que, devido ao sucesso dessa exposição no MCC, outras empresas possam ter visto nesse tipo de iniciativa um bom meio de divulgar suas atividades para um público maior.²⁴⁴

A última exposição aqui analisada é “Viagem ao Mundo das Águas”, realizada como parte das atividades da Semana do Pescador no período de 27 de junho a 1º de julho de 1988. Diferentemente das exposições anteriores, que tiveram caráter permanente, essa foi temporária, durando apenas o período do evento, o qual fazia parte das atividades extensionistas do Museu e foi dedicado a discutir a realidade da pesca e do pescador artesanal no litoral do estado. A exposição também contou com um ciclo de palestras voltadas para o tema “produção e condições de sobrevivência do pescador”.

A exposição foi bastante singela, predominando painéis em madeira onde eram expostas fotografias com legendas indicativas feitas com normógrafo e lápis hidrocor sobre tiras de cartolinas, não havendo nenhum recurso técnico de exposição mais elaborado. Por ser temporária, foi montada nas áreas não expositivas do Museu, a exemplo do vão de entrada do edifício e de alguns corredores. Entre os objetos utilizados nessa exposição estavam redes de pescas, miniaturas de embarcações, samburás e peixes taxidermizados, que tiveram funções cenográficas. Foi confeccionado material contextual adicional, como fotografias, mapas e textos didáticos. No mapa do painel “Estrutura pesqueira do RN”, foram demonstrados os contornos do litoral potiguar e identificados seus principais pontos de pesca.

²⁴³ 1.211 visitantes em 1985 (set-dez), 3.769 em 1986, 4.773 em 1987 e 2.882 em 1988.

²⁴⁴ Na década seguinte, a empresa Salina Diamante Branco (SDB), fundada em 1996, a segunda maior empresa salineira do país, estabeleceu um convênio com o MCC no sentido de instalarem uma sala dedicada à extração de sal marinho, a Sala do Sal, como ficaria conhecida.



Figura 16. Painéis da exposição “Viagem ao Mundo das Águas”. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN.

Em um dos painéis destacou-se a questão da pesca predatória e dos perigos da pesca com compressor para o pescador. Nele foram agrupados corvos, fisga, compressor de ar com mangueira e respirador, puçá, pés de pato e boia de isopor. Ao expor os equipamentos de captura de lagosta com o uso do compressor, procurou-se alertar para o perigo do uso desse aparelho. Foi demonstrado que, no processo de pesca da lagosta em mar profundo, o mergulhador fazia uso do ar bombeado por um compressor em cima do barco e, para submergir e se manter no fundo do mar, utilizava um cinturão de chumbo e realizava a captura dos animais com um arpão e uma rede de pesca. O principal perigo desse tipo de pesca estava no retorno do mergulhador à superfície, pois caso descumprisse as orientações de realizar diversas paradas durante a volta, o que poderia durar mais de seis horas, o seu organismo seria acometido pelos efeitos devastadores da descompressão. Tais efeitos são conhecidos como doença da descompressão, uma lesão neurológica que causa paralisia dos membros, edema cerebral, coma e morte.²⁴⁵

²⁴⁵ A questão tem sido informada pela imprensa há muito tempo. Em reportagem mais recente da Folha de São Paulo na região de pesca de lagosta no Rio Grande do Norte, foi informado que em quatro das principais praias do litoral potiguar (Rio de Fogo, Cajueiro, São Miguel do Gostoso e Caiçara) há registro de 32 mortes, além de 65 casos de paralisia e de pessoas com problema de locomoção. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc08029805.htm>>. Acesso em: 05 mar. 2020.



Figura 17. Painel “Instrumentos Usados na Pesca Predatória da Lagosta”, da exposição “Viagem ao Mundo das Águas”. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN.

Através dessa exposição, os visitantes conheciam não só aspectos importantes da pesca artesanal praticada no litoral do estado, a exemplo da localização das principais comunidades pesqueiras, da sua forma de organização, dos seus instrumentos de pesca e navegação e dos tipos de pescado encontrado, como também os graves problemas ambientais e humanos decorrente da pesca predatória. A intenção dos realizadores da exposição foi de estabelecer relações entre as dimensões social e natural, apontando os efeitos nocivos que certas mudanças na pesca artesanal acarretavam para o meio ambiente e o homem, ocasionadas pelas demandas do mercado moderno e pela introdução de equipamentos industriais inadequados.

○ público, o museu e o aprendizado científico e cultural

Nesses primeiros trinta anos de existência do Museu Câmara Cascudo, a instituição presenciou a formação e as mudanças do seu público, bem como as transformações na relação do órgão com os seus visitantes. Os registros deixados pela coleção de livros de afluxo das visitas, pelos boletins de ocorrências semanais e pelas impressões de alguns frequentadores, em conjunto com os relatos apresentados pela imprensa local, oferecem informações sobre esse público e as atividades desenvolvidas no decorrer dos anos.

Os cientistas e as coleções

Nos seus primeiros anos, a atividade do Instituto de Antropologia esteve voltada essencialmente para a pesquisa e a interação entre pesquisadores, apesar do esforço em expor parte das coleções científicas para um público mais amplo. Estudiosos e cientistas nacionais e estrangeiros se tornaram os principais frequentadores da instituição que objetivava, naquele momento, estabelecer uma rede não só de informações, mas também de troca de material científico. Nesse período, muitos pesquisadores se dirigiram para o instituto buscando verificar as descobertas no campo da antropologia, da geologia ou da paleontologia.

Podemos identificar dois tipos de estudiosos a partir de sua relação com a instituição potiguar: aqueles que estabeleceram contatos mais duradouros com ela e realizaram estudos de suas coleções, e aqueles que tiveram contato passageiro, através de rápidas visitas, mas que puderam avaliar sua natureza pedagógica.

No primeiro caso, a vinda desses estudiosos à instituição, fossem eles nacionais ou estrangeiros, estava baseada no interesse científico

pelos coleções aqui formadas, a exemplo do casal George e Mary E. Kline, da Academia de Ciências Naturais da Filadélfia, nos Estados Unidos, que se encantaram com a coleção de malacologia. Os pesquisadores estrangeiros também foram convidados pelo Instituto para um treinamento e coleta de material malacológico no litoral do estado. Durante o mês de dezembro de 1963, o casal, acompanhado pelo professor Protásio de Melo, diretor da seção de Malacologia do IA, e de dois alunos do curso, percorreu boa parte do litoral potiguar coletando espécimes nativas.

Sem dúvida, o campo que mais despertou o interesse dos estudiosos nos primeiros anos da instituição foi o da paleontologia. Desde as primeiras descobertas fósseis realizadas pelo Instituto, o professor Cabral fez questão de informar os achados aos professores Álvaro Pires e João Moojen, “[...] duas das maiores autoridades sul-americanas em mastozoologia”, ao mesmo tempo em que estes demonstravam interesse de participar da continuidade dessas pesquisas.²⁴⁶

Anos antes, conforme vimos, o paleontólogo da Academia Brasileira de Ciências, Rubens da Silva Santos, em sua visita ao Museu do Instituto de Antropologia, expressou sua grande satisfação com o potencial científico ali descoberto, sobretudo no que se referia às coleções das faunas fósseis de mamíferos.

Além da importância dessas coleções, o estudioso assinalou o papel pedagógico das exposições encontradas e das diversas técnicas utilizadas, como a da reprodução de ambientes pleistocênicos encontrados no Rio Grande do Norte. Destacou ainda como a instituição estaria habilitada para desempenhar um trabalho de difusão científica não só para estudantes universitários, mas também para o público leigo.²⁴⁷

Na década de 1980, dois importantes pesquisadores na área de geologia e paleontologia visitaram o MCC: o professor Fausto Luiz de

²⁴⁶ Correspondência do Diretor do Instituto de Antropologia para o Reitor da UFRN apud SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*.

²⁴⁷ Poti, 14 abr. 1974.

Souza Cunha, do Museu Nacional, e o professor Giuseppe Leonardi, da Escola de Geologia da Universidade Federal do Paraná. O professor Fausto, além de ter ministrado o curso de extensão “Documentação Paleontológica”, salientou a importância da conscientização da proteção das regiões onde existem fósseis, a exemplo do Rio Grande do Norte. O professor Giuseppe foi responsável pela expedição em Souza, na Paraíba, com a equipe do MCC, para investigar as pegadas deixadas por dinossauros. Também teve papel importante na montagem da exposição permanente “Dinossauros do Nordeste”, realizada no MCC anos depois.

No campo da geologia, ainda nos primeiros anos da instituição, o professor Ricardo Ruffler, da Escola de Geologia de Ouro Preto, no estado de Minas Gerais, veio ao Rio Grande do Norte a convite do IA. Na visita, Ruffler foi até o Pico do Cabugi, subiu e o examinou de perto, chegando à conclusão de que se tratava de um vulcão extinto de dois mil anos. Também realizou pesquisas na região de Olhos D’Água do Bonfim, em Lages, de Oiticica, em São Tomé, e outras em Cerro-Corá. A visita de Ruffler e os resultados dela foram importantes para que, no futuro, o MCC pudesse expor com mais propriedade réplicas em tamanho reduzido das principais montanhas do estado, inclusive a do Pico do Cabugi.²⁴⁸

A visita do casal de arqueólogos norte-americanos, Clifford Evans e Betty Meggers, ao Instituto também constituiu uma importante experiência não só para conhecer as atividades científicas realizadas em Natal, mas para proporcionar o desenvolvimento de um trabalho arqueológico conjunto, por meio do Programa Nacional de Pesquisa Arqueológica (PRONAPA), que resultou na aquisição de um importante conjunto de artefatos cerâmicos pré-históricos pelo Museu.

Nas dezenas de depoimentos deixados por professores e pesquisadores que visitaram a instituição nas três décadas aqui analisadas, há uma confiança expressa, e muitas vezes otimista, em relação ao trabalho realizado. Em um desses depoimentos, o professor Manuel

²⁴⁸Diário de Natal, 6 ago.1963.

Lima Soares chegou a associar a experiência do Museu Câmara Cascudo, no campo da etnologia e da antropologia nacionais, ao Musée de L'Homme de Paris. Ele expressou publicamente esse otimismo desejando “[...] que vivam e sejam lembrados os seus fundadores e mantenedores”.²⁴⁹ O testemunho deixado pelo professor Antônio Fernandes Filho, da Fundação Carlos Chagas de São Paulo/SP, foi de surpresa e de satisfação pelo que viu: “Ao terminar a visita estou mais orgulhoso de ser brasileiro, pois as peças vistas representam patrimônio que engrandecem este pequeno Estado brasileiro em dimensão, mas grande em riquezas”.²⁵⁰

Turistas aprendizes

Outra categoria importante de público se desenvolveu no MCC: os turistas. Muitos eram oriundos de grande parte dos estados da federação, predominando aqueles que vinham do Ceará, Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Brasília. Entre os estrangeiros, a maioria eram dos Estados Unidos, de diferentes estados do país. Havia alguns poucos registros de latino-americanos e um número quase inexpressivo de europeus.²⁵¹ A frequência do público de turistas no Museu trouxe também alterações no período de maior e menor incidência das visitas; os meses de janeiro, julho e dezembro passaram a ser os mais concorridos.

Desde a instalação da nova sede, o Museu do Instituto de Antropologia presenciou o crescimento e a diversificação dos seus visitantes. O período coincide com a emergência de um forte incentivo da atividade turística no estado, mas especificamente na capital. Anos antes, algumas iniciativas pontuais já se mostravam visíveis na cidade de Natal, como a visita dos passageiros do luxuoso transatlântico Ana

²⁴⁹ Livro de Visita e Impressões.

²⁵⁰ *Ibidem*.

²⁵¹ A partir do Livro de Assinaturas de Visitas, do ano de 1978, surge uma coluna reservada para que o visitante coloque o seu lugar de estadia.

Neri, que fazia o roteiro São Paulo-Belém. Nos dois dias que ficaram aportados em Natal, os visitantes realizaram passeio turístico pela cidade em locais como o Forte dos Reis Magos, as praias da Redinha e de Ponta Negra, a Barreira do Inferno e o Instituto de Antropologia.²⁵²

Porém, foi em meados da década de 1970 que se observou a ampliação do turismo na capital. Com a construção do Hotel Internacional dos Reis Magos na Praia do Meio e do Hotel Samburá no centro da cidade, uma série de obras de infraestrutura foi realizada na expectativa da construção de novos hotéis no futuro.²⁵³ Nesse período foram notificados pelos jornais locais a chegada de diversos grupos de turistas nacionais à capital potiguar, trazidos pela companhia *Urbi et Orbi*. A ação fazia parte da política de incremento do turismo regional, patrocinada pela Comissão de Programa Integrado (CTI-NE) do governo federal.²⁵⁴

Natal passava a sediar diversos eventos profissionais, como o Congresso Nacional dos Servidores Públicos do Brasil, que contou com a presença de aproximadamente 600 congressistas, além do Ministro do Planejamento. Na programação recreativa do evento, o Museu do Instituto de Antropologia aparecia ao lado de outras atrações locais, como “[...] Forte dos Reis Magos, Jiqui, Coluna Capitolina, Barreira do Inferno, praias e clubes”.²⁵⁵ Em outro evento do mesmo período, o II Encontro da APAEs (Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais) do Norte e Nordeste, a programação cultural também foi composta por visita ao Museu do IA. O mesmo se repetiu durante a I Jornada da APCD (Associação Paulista de Cirurgiões Dentista) no Nordeste, cuja programação contava com visita à Mina Brejuí, em Currais Novos, a uma salina em Canguaretama, à Barreira do Inferno e ao Instituto de Antropologia.²⁵⁶

²⁵² Diário de Natal, 1 ago. 1969.

²⁵³ *Ibidem*, 15 maio 1975.

²⁵⁴ *Ibidem*, 1 out. 1974.

²⁵⁵ Diário de Natal, 19 out. 1970.

²⁵⁶ *Ibidem*, 28 mar. 1970.

Ainda no final da década de 1960, a Agência Lucke do Recife, especializada em formação de agentes de viagens e turismo, fez uma visita técnica ao Instituto de Antropologia buscando informações para treinamento de seu pessoal.²⁵⁷ Foi também realizado o I Curso de Guia de Turismo, promovido pela Secretaria de Turismo do Estado e pelo SENAC, que contou com a presença de bolsistas do IA.

No entanto, o fluxo de turistas no órgão nem sempre foi visto como algo positivo. Alguns membros do Instituto chegaram a expressar seu descontentamento com essa nova realidade. Em matéria do Diário de Natal de 12 de agosto de 1969, o jornalista Paulo Macedo comenta sobre o surgimento de um “problema no Instituto de Antropologia”, devido ao aumento da visitação ao órgão:

Pela sua grandiosidade e tendo mais um Museu, único no gênero no País, a visitação pública diária já ultrapassou 50 pessoas. Resultado: os professores não podem trabalhar como precisam, pois muitos dos visitantes são figuras importantes e desejam conhecer os dirigentes.²⁵⁸

Porém, no ano seguinte, o mesmo jornalista chamou atenção para as potencialidades turísticas do Instituto e a necessidade de incluí-lo junto a outras “atrações” da cidade na programação turística oficial.

Depois da reabertura do Museu em 1976, o fluxo turístico parece ter se tornado mais intenso. Prova disso foi que o Museu, depois de mais de uma década, voltou a abrir aos domingos, no turno da tarde.²⁵⁹

²⁵⁷ *Ibidem*, 4 ago. 1969.

²⁵⁸ *Ibidem*, 12 ago. 1969.

²⁵⁹ No entanto, a abertura aos domingos não se tornaria regular.



Figura 18. O professor José Nunes Cabral de Carvalho apresenta ao público o salão dedicado à representação do Pleistoceno em São Rafael. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN.

No final da década, a consciência da importância do turista nos museus se tornou uma questão não apenas local, mas nacional. Assim, quando da realização do VI Congresso Nacional de Museus, que ocorreu no próprio MCC, os museólogos de várias partes do país tomaram o tema “Museu e Turismo” como assunto central do evento. A palestra principal foi feita pela museóloga Lucy de Lourdes Soares, chefe da Divisão de Operações da Embratur, e teve como debatedores Luis Fernando Soutelo, assessor de planejamento da Emsetur (Sergipe), e Wilma Thereza Rodrigues de Carvalho, museóloga do Departamento de Assuntos Culturais do Ministério de Educação e Cultura (MEC).²⁶⁰

Foi também nesse contexto que apareceram as primeiras publicações locais destinadas aos visitantes nacionais. No seu *Breviário da Cidade do Natal*, publicado em 1979, o escritor Manoel Onofre Júnior conclamou os seus leitores a visitarem o Museu Câmara Cascudo:

²⁶⁰ O Poti, 23 nov. 1978.

Não deixe de visitar o Museu “Câmara Cascudo”, do Instituto de Antropologia da Universidade Federal. É um dos melhores e maiores do país em sua especialidade. Ali você conhecerá, em uma hora de visita, muito da terra e da gente do Rio Grande do Norte.²⁶¹

Nesse manual, o autor ofereceu um itinerário de visita ao Museu, direcionando o olhar do visitante para explorar a instituição:

Você começa a visita pela Sala da Cultura Negra (máscaras africanas, objetos de culto religioso, etc.), passa à Sala do Índio, interessantíssima; vê, em seguida, algumas importantes peças da Cerâmica Arqueológica do Estado, entre as quais uma igaçaba de 1.500 anos, encontrada no atual município de Vila Flor (RN), com decoração muito bonita, de uma qualidade que nos parece em nível da cerâmica marajoara.

A sala seguinte é dedicada à Cerâmica Popular do Rio Grande do Norte - a utilitária, a lúdica e a sacra. Amostras significativas. Ainda no setor de Antropologia você verá, em salas especiais, as coleções de: ex-votos e pequenas esculturas populares em madeira; arte sacra - popular e erudita -, rendas e labirintos do Nordeste; utensílios do ciclo do couro e vestimenta completa do vaqueiro nordestino: calça, gibão, peitoral, alpargatas e chapéu, tudo em couro.

[...]

Um pequeno engenho de moer cana foi transportado para uma das salas e montado com todos os detalhes de sua primeira instalação. Trata-se de uma bolandeira cangula - tração humana, o que nos faz pensar no drama da Escravatura..²⁶²

²⁶¹ ONOFRE JUNIOR, Manoel. *Breviário da cidade do Natal*. 2. ed. Natal: Clima, 1984. p. 77.

²⁶² *Ibidem*, p. 75-76.

O nome do Museu Câmara Cascudo passou a circular em órgãos de imprensa nacional, como a revista Quatro Rodas. Na matéria feita por esse periódico especializado em carros e atividades automobilísticas e turísticas, a instituição potiguar foi assim retratada:

“O Museu Câmara Cascudo, de Natal, está bem organizado, tem acervo rico e diversificado. Há guias eficientes para acompanhar o visitante e distribuir-lhe folheto com dados detalhados sobre as peças e conjuntos de maior destaque da mostra. Pena que em alguns setores da área de Biologia a identificação seja feita apenas pela denominação científica.”²⁶³

Os órgãos ligados ao turismo estavam cada vez mais conscientes de que a exploração da atividade no país, e em especial, no Rio Grande do Norte, passava pela oferta de serviços culturais. Tal pensamento ficou bem expresso nas palavras de Pery Lamartine, diretor da Agência Aerotur, ao diagnosticar que: “[...] o turista que chega a Natal tem como opção de turismo apenas as praias, não existindo acervo cultural e apresentações de grupos folclóricos”. Frente a esse quadro, Lamartine propôs a criação de atrações de turismo na capital, entre elas a “[...] realização semanal de vaquejadas no ‘Parque 13 de Maio’, que desperta interesse a qualquer turista, convênio direto com a Universidade para a visita ao Museu Câmara Cascudo e a reestruturação do Forte”²⁶⁴

Assim, na década de 1980, o Rio Grande do Norte e sua capital entraram definitivamente nos roteiros turísticos nacionais. No início da década, a Empresa de Promoção e Turismo do Rio Grande do Norte (EMPROTURN) implantou o novo projeto do Centro de Turismo de Natal, onde foram instalados um auditório, um museu de minérios, uma galeria de arte, um salão para treinamento de mão de obra especializada, um restaurante e lojas comerciais para a venda de produtos artesanais. Em seguida, o governo estadual, por meio da Fundação

²⁶³ Apud Diário de Natal, 25 jul. 1981.

²⁶⁴ Tribuna do Norte, 15 jan. 1981.

José Augusto, criou o Centro Cultural de Natal (CCN), no antigo Quartel General do Exército, na praça André de Albuquerque. O novo órgão passou a abrigar o Museu de Arte e História, uma sala de Arte Popular e uma extensão da Biblioteca Câmara Cascudo no pavimento térreo. No pavimento superior foi instalada a pinacoteca do estado, e num amplo salão foram organizadas exposições provisórias. Em 1985, o governo estadual também inaugurou a Via Costeira: um corredor viário, que liga a zona leste à zona sul da capital pelo litoral, destinado à instalação de uma moderna rede hoteleira.

A década de 1980 marcou uma maior regularidade das visitas. Praticamente desapareceram os dias em que o Museu não recebia ninguém, o que era comum na década anterior. Por diversas vezes o órgão recepcionou mais de cinquenta pessoas por dia. A preocupação em tornar o Museu atrativo para um público mais amplo, muito além dos estudantes universitários e pesquisadores, foi se tornando cada vez mais presente na cabeça dos seus idealizadores. Conforme vimos, uma das preocupações do diretor José Nunes Cabral na formação das coleções do Museu era que os objetos pudessem causar algum impacto visual. Por isso, quando solicitou ao diretor da Faculdade de Medicina Veterinária de São Paulo, Vicente Borelli, o envio de algum esqueleto de “um animal de grande porte”, justificou o pedido dizendo que “[...] aqui tamanho é documento. Constituirá motivo de intensa visitação a esta casa, rinocerontes, girafas, veados de chifres multiformes, tudo que aqui não tem”.²⁶⁵

A preocupação em tornar as coleções mais atrativas para o grande público foi algo muito comum nos museus, e por muitas vezes se colocava em conflito com perspectivas mais realistas que procuravam revelar os problemas na reconstituição do passado.²⁶⁶

²⁶⁵ Carta, de 22 de março de 1976.

²⁶⁶ Sobre esse problema no terreno da paleontologia ver o estudo de Lukas Rieppel sobre a experiência do American Museum of Natural History (RIEPPPEL, Lukas. Bringing dinosaurs back to life: exhibiting prehistory at the American Museum of Natural History. *Isis*, n. 103, p. 460-490, 2012).

Apesar do seu desempenho, a instituição também foi alvo de críticas por parte da imprensa local. A repórter Margareth Rose, em uma matéria de 10 de março de 1985 no jornal *O Poti*, intitulada “Museu Câmara Cascudo, importante acervo que toda cidade desconhece”, atestou que, apesar de manter exposições permanentes nas áreas de paleontologia, geologia, anatomia comparada, arte sacra e popular, reunindo um dos acervos mais ricos da região nordestina, o MCC “[...] é até hoje, completamente desconhecido de grande parte da comunidade natalense e até mesmo de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte”. Para ela, os fatores desse desinteresse estavam tanto na “[...] natural falta de hábito de visitar museus” do natalense quanto no fato de o museu não abrir nos fins de semana.²⁶⁷

Os dois problemas apontados pela repórter eram importantes. Havia, de fato, uma falta de cultura na população local de frequentar museus, de um lado porque existiam pouquíssimos dessas instituições no estado, e de outro porque o MCC era uma instituição relativamente nova na cidade de Natal. O retorno do fechamento do Museu aos fins de semanas também foi um fator importante para considerar a baixa frequência do órgão, não apenas considerando o público turístico, mas a população trabalhadora local, que muitas vezes tinham apenas o domingo para realizar atividades de cultura e lazer.

Mas que tipo de impressão o Museu passava para o seu público de turistas? Foram poucos os registros das impressões deixadas pelos turistas que visitaram o Museu no período. Apesar disso, foram bastante significativos para compreender as expectativas e as apreciações deixadas. Em um desses registros, de janeiro de 1980, o visitante declarou: “Surpreendeu-nos este Museu, muito bem montado e interessante no que mostra da cultura regional. Deveria ser recomendado como um ponto turístico indispensável aos brasileiros de outros Estados que visitam o RN”²⁶⁸ Outro visitante fez questão de demarcar seu lugar de origem e parabenizar a instituição universitária

²⁶⁷ *O Poti*, 10 mar. 1985.

²⁶⁸ Livro de Visitas e Impressões.

pela iniciativa: “Gaúchos aqui estiveram e daqui levam impressões significativas. Comprimentos à UFRN pela beleza dos trabalhos aqui expostos”.²⁶⁹ Um terceiro externou o papel que o Museu despertou na sua própria identidade pessoal: “Visitei o Museu Câmara Cascudo e saio orgulhoso em ser nordestino e brasileiro. Parabenizar o diretor e seus colaboradores pela luta vitoriosa que empreenderam”.²⁷⁰

Em todas essas impressões, mais do que o aspecto científico e acadêmico, o que chama atenção é o sentido identitário que se revelou nas exposições e no Museu como um todo. A instituição é, de fato, tomada como uma guardiã da ciência e da cultura do estado. Para alguns, suas coleções forneciam uma imagem do Rio Grande do Norte e do Nordeste e permitiam um trabalho identitário tanto para aqueles que nasceram e viviam no estado ou na região, quanto para aqueles que, vindo de outras localidades do país, viam nessa imagem o diferente. Essa diferença, no entanto, não se apresentava como uma figura de oposição ou contraste, estando longe de expressar sentido exótico ou alienígena. Funcionava mais como um complemento no simbolismo da nacionalidade.²⁷¹

Os estudantes vão ao museu

Conforme vimos, os dirigentes da instituição deram importância simbólica e política às autoridades governamentais e militares, bem como aos cientistas e estudiosos que visitavam a instituição, capaz de reservar especialmente a estes o privilégio de deixar seu registro sobre a experiência da visita em livro especial da instituição (Visita e impressões), tendo algumas dessas anotações sido publicadas nos jornais do estado. Não obstante isso, foram os estudantes dos diferentes

²⁶⁹ Livro de Visitas e Impressões.

²⁷⁰ Ibidem.

²⁷¹ Para uma compreensão da problemática da identidade nos museus, ver MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento). *Anais do Museu Paulista*, Nova Série, n. 1, p. 207-222, 1993.

níveis escolares que constituíram o público mais intenso e duradouro durante boa parte da história da instituição.²⁷²

Se nos primeiros dez anos do Instituto de Antropologia o público escolar estava concentrado em estudantes secundaristas das principais escolas da capital, como o Atheneu Norte-Riograndense, o Colégio Marista São Antônio, o Colégio Salesiano e a Escola Doméstica, nas duas décadas seguinte esse público se ampliou significativamente. Esse aumento não se deu apenas em relação ao número de escolas (públicas e privadas) e ao número de estudantes provenientes de outras localidades do Rio Grande do Norte e de outros estados do país, mas também pela presença de estudantes de diferentes níveis de ensino: primário, secundário, técnico e superior.²⁷³

O crescimento do público escolar no Museu evidenciou processos mais estruturais, como a ampliação da oferta escolar em todo o país. No Rio Grande do Norte, esse crescimento se mostrou visível, ao mesmo tempo que preocupante e desafiador.

Em levantamento feito em meados da década de 1970 pela Secretaria de Educação do Estado, havia no Rio Grande do Norte cerca de 100 mil crianças em idade escolar, número que extrapolava a capacidade de atendimento do estado. O quadro parecia ainda mais problemático quando se considerava que a demanda de alunos crescia na ordem de 4% ao ano, enquanto a rede educacional aumentava apenas 0,04%

²⁷² A partir do ano de 1985, o Livro de Assinatura de Visitas passou a incluir uma coluna referente ao “grau de instrução” do visitante.

²⁷³ Ginásio Sagrado Coração de Maria (Mossoró), Faculdade de Filosofia do Recife, 4ª Série ginásial do Colégio Santo Antônio, 4ª Série do Ginásio de Nossa Senhora de Fátima, Ginásio Nossa Senhora da Conceição (Salvador), Colégio Cristo Redentor (Alagoas), Ginásio Normal de Açu, Instituto Pe. Monte, 1ª Série do Curso Pedagógico do Instituto Municipal João XXIII, Escola Normal Pedro Ivo, Faculdade de Farmácia, Instituto Kennedy, Escola Americana do Recife, Colégio Centro de Educação Integrada, Colégio Estadual Winston Churchill, Instituto de Ciências Humanas, Educandário Natal, Instituto Montessori, Faculdade de Educação – Curso de História, Escola de 1º Grau Sebastião Fernandes de Oliveira, E.T.F.R.N., Instituto Batista, Colégio Mascarenhas Homem, Colégio Augusto Severo, entre outras.

no mesmo período.²⁷⁴ No entanto, conforme observou o secretário estadual de educação da época, João Faustino Ferreira Neto, a situação havia ainda sido pior em 1970, quando o déficit de crianças na faixa escolarizável fora da escola era da ordem de 46% no estado.²⁷⁵ A perspectiva apontada para a entrada de novos alunos no ensino do 1º grau na rede municipal de Natal era de 14 mil. Para isso, um grande esforço havia sido realizado para ampliar o número de salas de aula e contratar mais professores.

Registro importante das visitas ao Museu foi a presença dos alunos-professores do Instituto Presidente Kennedy e de várias escolas normais da capital e do interior, o que demonstrou a crescente consciência dos futuros professores da importância do museu para a formação cultural e científica dos estudantes. Assim, é possível que nos currículos das escolas de formação de professores, a atividade dos museus viesse a ser considerada como um instrumento importante de educação extraescolar.

Uma das impressões deixadas pela professora Luiza Maria Dantas Macedo, em sua visita em 19 de agosto de 1968, foi a importância da criação de uma instituição como aquela no Rio Grande do Norte:

É com satisfação que registro a minha admiração pelo trabalho notável e constante do professor José Nunes Cabral de Carvalho no Instituto de Antropologia. Os meus parabéns não só para a Universidade mas também para o Rio Grande do Norte e o Brasil.²⁷⁶

Para os professores da rede de ensino estadual, o Museu se apresentava como uma instituição exemplar por chamar a atenção pública para a importância do ensino da ciência, da cultura e das artes na sociedade. De algum modo, mostrava-se como uma autoridade superior a compartilhar o esforço dos professores pela difusão e melhoria da educação no estado.

²⁷⁴ O Poti, 18 jan. 1976.

²⁷⁵ *Ibidem*.

²⁷⁶ Livro de Visitas e Impressões.

Nesse contexto, foi propagado o discurso dos técnicos educacionais da UNESCO sobre a importância depositada na “educação permanente”. Esta era entendida, segundo o técnico Ricardo Nassif, como uma experiência educacional escolar mais ampla, que não se limitaria aos conteúdos escolares propriamente ditos, mas abrangeria tudo aquilo que pudesse proporcionar uma “[...] cultura ampla, como instrumento de compreensão e êxito no mundo contemporâneo.”²⁷⁷

O acolhimento dessa perspectiva pedagógica ficou visível na preocupação que algumas escolas começaram a ter em explorar os museus como instrumento educacional extraescolar, o qual poderia contribuir para ampliar o universo cultural dos alunos. Planejar visitas aos museus se tornou uma preocupação de várias escolas e professores. O Instituto Padre Monte, por exemplo, informou para a imprensa que a experiência com o Museu não deveria se limitar a um passeio desprezível, mas ser uma atividade importante na vida escolar do aluno. Assim, “Toda a programação foi anteriormente planejada e os alunos foram preparados de maneira a aproveitar a oportunidade oferecida. Ao voltar ao colégio, eles elaborarão relatórios, jornais e cartazes sobre o que viram.”²⁷⁸

Tornar as exposições mais adequadas ao público escolar também passou a ser uma preocupação crescente entre os profissionais do MCC. O professor Claude Luís de Aguiar Santos lembra que esse trabalho de intervir para melhorar a compreensão das exposições permanentes do Museu foi lento e tímido. Algumas intervenções foram feitas nas salas de Anatomia Comparada, de Malacologia e de Paleontologia. Foram aplicados alguns textos explicativos no ambiente dedicado à representação das cavernas. Claude relatou sobre a parceria estabelecida com o professor Nestor dos Santos Filho, do Departamento de Educação da UFRN, no sentido de utilizar o Museu como um referencial para ministrar os conteúdos das escolas. Nesse aspecto, uma série de intervenções foram feitas nas exposições no sentido de buscar despertar algumas habilidades cognitivas nos visitantes:

²⁷⁷ *Ibidem.*

²⁷⁸ Diário de Natal, 23 jun. 1972.

Aí, então, passamos a trabalhar algumas áreas do Museu com outra perspectiva. Então, por exemplo, a Sala de Anatomia Comparada, ela tinha a identificação dos esqueletos e algumas peças ósseas, nós passamos a nos preocupar em evidenciar as possíveis relações entre a morfologia e a função daquela parte anatômica. Visando justamente clarear mais a escola, trabalhando a questão da morfologia em si, da associação entre a função e a sua utilidade, e os vários conceitos científicos que estavam ali mascarados como, por exemplo, a noção de alavanca.²⁷⁹

Na demonstração dos fósseis, foram introduzidas ilustrações do animal que permitiam ao visitante relacionar o artefato com a imagem do animal como um todo. Assim, o visitante era inquirido pelos guias a identificar a qual parte do animal pertencia um determinado osso em exposição.

Essa preocupação com o aperfeiçoamento didático das exposições esteve presente em outros setores do Museu, como as exposições arqueológicas que ganharam mapas identificando o local em que os objetos expostos foram encontrados, além da colocação de alguns painéis com textos de especialistas oferecendo pequenos relatos sobre o assunto.

Um novo grupo de estudantes visitantes que passaram a frequentar o Museu foram aqueles advindos da Escola Técnica Federal do Rio Grande do Norte (ETFRN). A instituição de ensino técnico havia se instalado no recém-construído campus escolar, localizado na Avenida Hermes da Fonseca, a um quilômetro de distância do prédio do Museu. A partir da década de 1970, a ETFRN passou a ofertar os cursos de Saneamento, Edificações, Estradas, Eletrotécnica, Mecânica, Mineração e Geologia. Os cursos de Mineração e de Geologia eram os que mais se relacionavam com algumas das temáticas abordadas no Museu. Conforme aparece nos registros de frequência da instituição museológica, um grande número de estudantes técnicos passaram a conhecê-la, talvez porque ela oferecia uma série de bons ambientes temáticos que permitiam o contato desses estudantes com realidades

²⁷⁹ Depoimento do professor Claude Luís de Aguilar Santos, em 18 de maio de 2021.

que dificilmente encontrariam em Natal, como a experiência de adentrar no túnel de uma mina, o contato com uma fábrica de processamento de minérios, a observação de representações tridimensionais do relevo do estado, o processo de produção do petróleo, entre outros.

Em parte pela sua abordagem multidisciplinar e multitemática, o MCC atraía estudantes de diferentes níveis e de diferentes áreas de estudo. O museu pôde presenciar, desde sua inauguração, a presença de alunos universitários da própria UFRN e de outras faculdades e universidades da Região Nordeste. Já em 1965, havia registro da visita de uma turma de estudantes da Faculdade de Filosofia do Recife. Em diferentes oportunidades, alunos do curso de história do Instituto de Ciências Humanas e de instituto similar de Mossoró fizeram visitas ao Museu. Em registro, o professor Paulo Pinheiro de Viveiros, professor da disciplina “Assuntos Brasileiros”, da Faculdade de Farmácia da UFRN, levou sua turma de estudantes para uma aula prática no Museu do Instituto de Antropologia, que foi ministrada pelo vice-diretor da instituição, o professor Protásio Pinheiro de Melo.²⁸⁰

Entretanto, o público mais numeroso de estudantes era aquele do nível fundamental e ginásial. Estes vinham em grandes turmas, acompanhados por um ou mais professores. A maior parte era oriunda da rede de ensino municipal e fazia-se presente principalmente durante as atividades extensivas do MCC, as chamadas Semanas. Além das tradicionais Semana do Índio e Semana do Folclore, criou-se também a Semana da Árvore (depois batizada de Semana do Meio Ambiente), a Semana do Pescador, a Semana da Criança, entre outras. Em várias dessas ocasiões, o Museu organizou uma programação especial, composta por uma exposição específica e por palestras e atividades culturais e recreativas.

Tais eventos terminaram por explorar, em grande parte, a dimensão artística e cultural do Museu, sobretudo na década de 1980, quando as questões do folclore, do índio e do meio ambiente tomaram lugar de destaque na esfera pública. Em algumas ocasiões, o Museu solicitou

²⁸⁰ Livros de Visitas e Impressões.

à Secretaria de Cultura a concessão de grupos folclóricos, como o do “João Redondo”, para levar animação aos eventos e despertar o interesse infantil.²⁸¹

As escolas também realizavam atividades escolares que pudessem despertar nos alunos algum interesse pelos temas tratados no Museu. Uma dessas iniciativas foi realizada pelos colégios Iapiçara de Araújo, Ulisses de Goes, Joaquim Honório e Mário Lira, que selecionaram trabalhos dos seus alunos sobre a temática indígena para serem apresentados no Museu na Semana do Índio.²⁸²

Apesar da importância, a preocupação com o aprendizado estudantil era muito pontual e seus instrumentos pouco desenvolvidos. Somente na década de 1980 é que passou a ser propagado na fala pública, em parte ligada ao crescente problema da evasão e da repetência escolar. Alguns pedagogos passaram a tomar a questão como um problema tão grave quanto a falta de atendimento escolar ocorrida uma década antes. Houve uma preocupação em diagnosticar os fatores do mal aprendizado e do abandono escolar.

Na esfera do MCC, a única menção ao público, mais especificamente ao escolar, apareceu no projeto do Museu Dinâmico. Entretanto, no documento do projeto a questão da avaliação do aprendizado escolar está ausente, ou no mínimo subentendida. No diagnóstico feito pelos seus proponentes, ficou explícito que a instituição possuía problemas de linguagem nas suas exposições, que a sociedade em geral tinha uma visão errônea sobre os museus, tratando-os como instituições estáticas e ultrapassadas, e que o princípio pedagógico que ainda predominava no MCC estava marcado por uma visão fragmentada, desarticulada e incoerente. Conforme vimos, os dois pontos principais de intervenção para corrigir esses problemas seriam: oferecer uma museologia dinâmica, ou seja, que fosse capaz de contribuir “[...] para a reformulação das técnicas de ensino [escolar], qualificando-se como uma educação para a transformação”, e ações de conscientização no sentido de

²⁸¹ Ofício nº 105/86-MCC, de 6 de outubro de 1986.

²⁸² Tribuna do Norte, 17 de abril de 1986.

“[...] contribuir para que a comunidade escolar e em geral abandone a postura preconceituosa sobre museu”.²⁸³ No entanto, o que se destaca nessa proposta é o fato de ela não ter realizado nenhum estudo sobre a forma de apreensão das exposições e das próprias atividades do Museu pelo público que o frequentava.

Nesse aspecto, as informações do período sobre a aprendizagem do público escolar no Museu se tornaram ainda mais difíceis. Em um dos raros testemunhos de um estudante, aparentemente do 2º grau, feito no ano de 1980, alguns poucos elementos foram revelados de sua experiência no Museu:

A minha visita ao Museu Antropológico Câmara Cascudo foi muito marcante para os meus conhecimentos sobre esse assunto. Gosto muito desse assunto e ainda por cima estou estudando e com esses conhecimentos que adquiri hoje, posso até optar para o vestibular esse assunto muito complexo [...].²⁸⁴

Apesar de vago, o depoimento assinala alguns pontos importantes que podem ser avaliados: alguns dos assuntos tratados no Museu eram também comuns no currículo escolar de algumas escolas do estado, sobretudo da capital; alguns alunos que visitavam o Museu já possuíam repertório educacional que permitia uma certa apropriação dos temas abordados pela instituição; a forma do Museu tratar os temas educacionais (científicos e culturais) era “marcante”, ou seja, não só capaz de atrair o aluno visitante, mas de definir sua própria memória.

²⁸³ MUSEU Dinâmico: uma museologia educativa e informativa (Projeto de Pesquisa).

²⁸⁴ Livros de Visitas e Impressões.



Figura 19. Grupo de estudantes em visita ao Museu. **Fonte:** Acervo de Fotografias do MCC/UFRN

Em relação aos alunos do nível fundamental e ginásial, o impacto da experiência do Museu no período é ainda mais difícil de avaliar. Em parte, porque muitos dos temas apresentados pelo Museu não estavam presentes nos currículos escolares desses níveis de ensino. Um dos aspectos que chamou atenção nas visitas desses grupos de alunos foi o fato de suas turmas serem numerosas e reunidas para realizarem a visita de uma só vez. Para se ter uma ideia do tamanho desse público, na programação da Semana do Índio do ano de 1986, o Museu recebeu a visita de todos os alunos de 27 escolas mantidas pela prefeitura de Natal. O fato de os grupos serem acompanhados por poucos professores também dificultava o aprendizado desses alunos.

As principais atividades destinadas a esses alunos eram os “passeios” pelo Museu; a visita a exposições apropriadas para eles, como por exemplo, a exposição de brinquedos durante a Semana da Criança no ano de 1988; palestras e atividades artísticas e recreativas. O fato é que, para muitos desses pequenos visitantes, aquelas experiências

eram, na maioria das vezes, inéditas em suas vidas. Talvez, a única referência mais próxima fosse o parque de diversões. Assim, é provável que tais experiências fossem muito mais marcantes emocionalmente do que cognitivamente para esses visitantes.

Considerações finais

A história aqui contada procurou demonstrar diferentes aspectos das três primeiras décadas de existência do Museu Câmara Cascudo. Apesar do seu foco ter sido a instituição, chamou atenção para outras dimensões que estiveram para além dela ou que puderam ser vistas a partir dela.

Os anos de funcionamento do órgão foram marcados por problemas, alguns deles pouco ressaltados aqui. O Museu vivenciou, durante muito tempo, adversidades crônicas devido a falhas na sua edificação e à falta de manutenção, além de dificuldades no quadro de funcionários. Por ser instituição que demanda elevadas despesas, os cortes orçamentários e a perda da autonomia tiveram efeitos perturbadores no seu desempenho.

Para compreender a história do MCC foi necessário ligá-la à de outras instituições. Assim, ao falar sobre o Instituto de Antropologia e depois sobre o Museu Câmara Cascudo, foi preciso pontuar sobre a própria Universidade Federal do Rio Grande do Norte, seu desenvolvimento institucional e suas implicações administrativas, orçamentárias e sobretudo acadêmicas. Conforme vimos, a reforma universitária e a instalação da UFRN no campus universitário tiveram impacto estruturante na vida do MCC.

Ao escrever essa história, também estamos falando da formação da comunidade científica no estado do Rio Grande do Norte e em sua capital. O esforço para construir conhecimento em novas áreas (ainda pouco desbravadas) como a paleontologia, a geologia, a arqueologia e a própria antropologia somou-se à realização de trabalhos estabelecidos sob novos critérios de certificação, que passavam pela atividade em equipe, pelo contato com instituições científicas credenciadas, pela participação em eventos especializados e pela publicação dos resultados.

Conforme vimos, na busca por credibilidade científica, um fator que mobilizou os membros da instituição foi o estabelecimento de contatos com diversos estudiosos e instituições científicas nacionais e internacionais. As visitas periódicas de pesquisadores sempre contribuíram para a troca de ideias e a articulação de projetos comuns.

No entanto, as publicações da instituição (primeiro o Arquivo do Instituto de Antropologia e depois o Boletim do Museu Câmara Cascudo), que haviam sido importantes meios de divulgação dos trabalhos produzidos e dos estudos de profissionais de outras instituições, tiveram vida efêmera. Infelizmente, o desaparecimento dessas formas próprias de publicação representou a perda da oportunidade ímpar de estimular e articular estudos no terreno da museologia, do colecionismo e da cultura material, produzidos não só no âmbito da UFRN, mas também em escala regional, nacional e até mesmo internacional.

Do ponto de vista científico e museológico, pudemos observar que o MCC sempre apresentou grandes dificuldades em transformar suas pesquisas em exposição, sobretudo quando consideramos a segunda geração de profissionais da instituição. Essa dificuldade se deu, em parte, devido ao peso que determinadas figuras imprimiram na cristalização dos saberes institucionalizados, e devido à importância que algumas coleções passaram a ter, muitas vezes transformando-se em objetos icônicos. Esse impasse também pôde ser evidenciado no caráter fixo de muitas salas do Museu, construídas especialmente para abrigar determinado ambiente, numa perspectiva de que elas deveriam “durar para toda vida”. É importante considerar que o esforço em transformar pesquisas em exposição ficou mais circunscrito a algumas experiências pontuais. Questões importantes levantadas por algumas pesquisas, como o processo de produção e de consumo da cerâmica popular, a proletarização do pescador artesanal e os problemas ecológicos contemporâneos, pouco puderam ser problematizadas a fundo pelo Museu.

De fato, algumas das novas pesquisas só puderam ser representadas em exposições de caráter temporário, que eram comuns nas atividades

de extensão como as Semanas. Algumas, conforme observamos, estiveram muito bem fundamentadas e trouxeram perspectivas novas e instigantes para o Museu. Entretanto, infelizmente tiveram vida curta, sendo lembradas apenas pelas antigas fotografias deixadas e outros poucos documentos históricos.

Apesar de não ter sido objeto de estudo, foi possível perceber neste trabalho o papel que a imprensa, principalmente os jornais, desempenhou na comunicação e na propagação da experiência do MCC. Ao divulgar e cobrir os eventos, contribuiu para familiarizar a população do estado com o Museu, favorecendo de algum modo a formação do seu público. A imprensa teve outro papel importante nesse processo: em um estado com muita carência de educação científica e cultural, a atuação de alguns jornais funcionou como uma espécie de tradutor da linguagem técnica e acadêmica dos cientistas e pesquisadores do Museu. Isso ficou claro desde as primeiras coberturas jornalísticas sobre as pesquisas de campo, em que o emprego de denominações e conceitos complexos e as metodologias utilizadas nas pesquisas foram transformados em linguagem simples que permitia a compreensão por qualquer leigo. A imprensa colaborou na divulgação da relevância educacional do Museu e na formação de uma consciência sobre a importância de preservação do patrimônio científico, artístico e cultural, do respeito às culturas e ao meio ambiente, entre outros valiosos assuntos difundidos na experiência do Museu.

Outro aspecto a considerar nessa história foi a relação dos museus com as empresas, tema por demais problemático. Como esse vínculo teria sido estabelecido? Conforme vimos, primeiro com a Mineração Thomas Salustino e depois com a Petrobrás, o MCC estabeleceu uma boa relação com as empresas, o que resultou na criação de importantes espaços de exposição. As duas empresas, em parte, atuaram no sentido de afirmar a orientação do Museu como órgão voltado especialmente para o estudo da realidade regional, especificamente a potiguar. Em muitos aspectos, também colaboraram na formação de imagens sobre o estado, sua economia, sua tecnologia, sua sociedade e sua história.

Muitos críticos têm assinalado os efeitos prejudiciais que as demandas mercadológicas das empresas podem causar no universo dos museus, sobretudo dos museus públicos. Alguns têm se mostrado temerosos com a possibilidade de as preocupações científicas e acadêmicas cederem às demandas por aumento de público e de bilheteria. Outros têm se perguntado: até que ponto a relação das empresas com os museus não seria meramente instrumental, no sentido de torná-lo um meio propagandístico a seu favor? Apesar desses perigos, acreditamos que a presença das empresas nos museus pode ser estabelecida em bases mais convergentes. Nesse sentido, os museus deveriam ter liberdade para poder problematizar a própria proposta empresarial, evidenciando os aspectos contraditórios em que muitas vezes as empresas incorrem e até mesmo silenciam. Por outro lado, as demandas empresariais poderiam funcionar como ação importante no sentido de fazer com que a atividade científica e cultural dos museus não se mantenha alheia ou em oposição em relação às questões ligadas à gestão governamental, à produção tecnológica e ao mundo econômico.²⁸⁵

Por fim, e sem dúvida mais importante, de que maneira o MCC contribuiu para a melhoria da educação científica e cultural? Para compreender esse aspecto, é fundamental identificar melhor o público escolar, bem como o seu repertório científico, cultural e artístico que o habilitava para interagir com aquilo que encontrava no Museu. Para isso, há a necessidade de conhecermos os currículos escolares, o material didático e a prática pedagógica do período. Por outro lado, é importante considerar que esse repertório, como cultura infantil e como cultura juvenil num sentido amplo, eram construções marcadas também pelo contato com a cultura de massa, sobretudo dos quadrinhos (gibis) e da televisão. Assim, é imprescindível a reflexão

²⁸⁵ Do ponto de vista da produção científica, este quadro parece caracterizar aquilo que o sociológico Terry Shinn denominou de regime transversal, presente na nossa contemporaneidade. Sobre a discussão do tema ver: SHINN, Terry. Regimes de produção e difusão de ciência: rumo a uma organização transversal do conhecimento. *Scientiae studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 11-42, 2008.

sobre o fato de que muitas das imagens que eles tinham dos índios, dos dinossauros, dos vulcões, dos homens pré-históricos, do trabalho industrial, entre outras, haviam sido influenciadas pelas representações dessa cultura de massa.

A realização deste trabalho foi, sem dúvida, extremamente difícil, devido à carência de estudos mais sistematizados sobre a história da instituição, uma vez que a maioria das pesquisas se limitam ao período do Instituto de Antropologia. Pouco tempo depois que iniciei o exame da documentação institucional, teve início a pandemia do COVID-19, impedindo o acesso a essa documentação. Felizmente, eu havia feito cópias digitais de muitos materiais, o que me permitiu continuar trabalhando em casa posteriormente. As limitações impostas pela pandemia e a permanência das atividades de sala de aula, ainda que em formato remoto, nos últimos dois anos, foram outros fatores que dificultaram ainda mais a realização desse estudo.

Concluir essa jornada foi também extremamente prazeroso. Espero que, ao oferecer uma história mais sistemática sobre o Museu Câmara Cascudo, este trabalho possa garantir o registro da memória de uma de nossas instituições científicas e culturais mais relevantes, e sobretudo oferecer um estudo de natureza histórica sobre questões importantes da experiência museológica contemporânea.

Fontes

DOCUMENTAIS

Série: Ofícios expedidos, Pasta 01, Caixa: OE1, Data-limite: 1973-4.

Série: Ofícios expedidos, Pasta 02, Caixa: OE1, Data-limite: 1975.

Série: Ofícios expedidos, Pasta 03, Caixa: OE1, Data-limite: 1976.

Série: Ofícios expedidos, Pasta 04, Caixa: OE2, Data-limite: 1977.

Série: Ofícios expedidos, Pasta 05, Caixa: OE2, Data-limite: 1978.

Série: Assuntos diversos, Pasta 01, Caixa: OE/02, Data-limite: 1979-1985.

Série: Assuntos diversos, Pasta 01, Caixa: OE/03, Data-limite: 1986-1991.

Série: Assuntos diversos, Pasta 04, Caixa: OE2, Data-limite: 1982-1983.

Série: Assuntos diversos, Pasta 05, Caixa: OE2, Data-limite: 1984-1985.

Série: Assuntos diversos, Pasta 06, Caixa: OE03, Data-limite: 1986-1991.

Série: Administração Geral, Caixa: 01, Data-limite: 1960-1973.

Livro de Ata 5ª, 15 de fevereiro de 1963.

Livros de Ata 18ª, 02 de março de 1968.

Livros de Ata 21ª, 18 de novembro de 1968.

Livros de Ata 24ª, 12 de junho de 1970.

Livros de Ata 32ª, 29 de fevereiro de 1972.

Livros de Ata 39ª, 05 de outubro de 1973.

Livros de Ata 40ª, 23 de julho de 1974.

Livros de Ata 46ª, 06 de novembro de 1980.

Livros de Ata 50ª, 01 de outubro de 1984.

Termo de Doação, de Armand François Gaston Laroche e Adjelma Soares Silva Laroche, de 2 de outubro de 1979.

Termo de Doação de Protásio Pinheiro de Melo, 18 de maio de 1979.

Termo de Doação de Raimundo Teixeira da Rocha, 2 de abril de 1979.

Termo de Doação, de Iramar Soares de Araújo, de 2 de abril de 1979.

Termo de Doação de Veríssimo de Melo, 24, de maio de 1979.

FOTOGRAFICAS

Acervo de Fotografias do MCC/UFRN. CD.

BIBLIOGRÁFICAS

CAMPO E SILVA, Antonio; SILVA, Dario Dantas; VASCONCELOS, Manoel Daylor T. Informações sobre a malacofauna dos *beach rocks* de Touros e São Bento do Norte, Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 1, n. 2, p. 1-221, dez.1964.

CAMPOS E SILVA, A; CARVALHO, José Nunes Cabral. A fitogeografia no Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. Natal: Imprensa Universitária, 1969. Separata.

CARVALHO, José Nunes Cabral de. Notas prévias sobre a jazida osteológica da Pedra dos Ossos, Serra do Ronco (município de São Tomé). *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 1-75, jun./1964.

_____. Considerações sobre a fauna pleistocênica do Lajedo da Escada. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 2, n. 1-2, p. 1-426, mar.1966.

CARVALHO, José Nunes Cabral de et all. A paleontologia no Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. Série Especial: N. 1, Natal: Imprensa Universitária, pp. 40, 1969. Separata.

CARVALHO, Sheila Garcia de. Nota prévia sobre a extinção de mamíferos na parte norte da Chapada do Apodi – Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. Série Especial: Zoologia, n. 1, 8, p. 1970. Separata.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Jangada: uma pesquisa etnográfica*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1957.

_____. Prelúdio do artista popular. In: *7 BRASILEIROS e seu universo: artes, ofícios, origens, permanências*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, 1974.

COSTA, Ivanilda Pinheiro. *Santo Antônio do Potengi: um artesanato em transformação*. Natal: Museu Câmara Cascudo/UFRN, 1986. (Col. Textos Acadêmicos).

DAMACENO, José Maria. Ocorrência de **Toxodon platensis** OWEN, 1840 em Olho D'Água da Escada, distrito de Baraúna, município de Mossoró, Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. Série Especial: Paleontologia, n. 1, 18, p. 1973. Separata.

EX-VOTOS do Nordeste. (Catálogo) Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, 1965.

FERNANDES, Florestan. *O folclore em questão*. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

LAROCHE, A. F. G. Arqueologia do Baixo Açu e notícias sobre culturas líticas do Rio Grande do Norte. *Suplemento*, n. 7, Natal: UFRN, 1981.

_____. O Sítio Arqueológico de Mangueiros, Macaíba, RN. Recife: Fundação Joaquim Nabuco/Massangana, 1982.

_____. Ensaio de classificações tipológicas sobre pontas de arremessos e outros objetos líticos da Tradição Potiguar do Rio Grande do Norte. Mossoró: Escola Superior de Agricultura de Mossoró/ Fundação Guimarães Duque, 1983 (Coleção Mossoroense, série B, n. 412).

MELO, Veríssimo de. Assimilação e aculturação de japoneses no Brasil. *Bol. Antropologia*, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 17-36, dez. 1961.

_____. *Garrafas de areia do Tibau*. Separata do Instituto de Antropologia, Natal, 1962.

_____. Ex-votos da Capela de Zé-Leão. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 1-75, jun. 1964.

_____. Festa de N.S. do Rosário (dos pretos) em Jardim do Seridó. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 1-75, jun. 1964.

_____. N.S. dos Impossíveis – a maior devoção popular do Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 1, n. 1, p. 1-75, jun.1964.

_____. Xico Santeiro. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 2, n. 1-2, p. 1-426, mar.1966.

_____. Coexistência de nações indígenas no Alto Xingu. *Separata da Revista de Etnografia*. Museu de Etnografia e História, n. 31. Junta Distrital do Porto, 1972.

_____. *Ensaio de Antropologia Brasileira*. Natal: Imprensa Universitária, 1973.

_____. *Xico Santeiro*. Natal: SEEC-UFRN-SMEC-EMPROTURN, 1974.

_____. Três momentos da arte popular no Rio Grande do Norte. In: 7 *BRASILEIROS e seu universo: artes, ofícios, origens, permanências*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação/MEC, 1974.

_____. *Folclore brasileiro: Rio Grande do Norte*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1977.

_____. Princípios e metas da antropologia cultural. *Boletim do Museu “Câmara Cascudo” – UFRN*. Nova Série, v. 1, n. 1, abr.1981.

MENDONÇA, E Sussekind de. *A extensão cultural dos museus*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

MILLER JR, Tom O. Técnicas para arqueologia de salvamento: uma sugestão do Baixo Açú. *Arquivo do Museu de História Natural da UFMG*, Belo Horizonte, v. 6-7, p. 421-423, 1981-1982.

NASSER, Nássaro A. de Souza. Notas preliminares sobre a arqueologia da foz do sistema Curimataú-Cunhaú. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do primeiro ano, 1965-1966. *Publs. Avuls. Mus. Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 6, p. 121-128, 1967.

_____. Considerações preliminares sobre a arqueologia da bacia do rio Curimataú. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quarto ano, 1968-1969. *Publs. Avuls. Mus. Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 15, p. 179-190, 1971.

_____. Nova contribuição à arqueologia do Rio Grande do Norte. Programa Nacional de Pesquisas Arqueológicas. Resultados preliminares do quinto

ano, 1969 – 1970. *Publs. Avuls. Mus. Paraense Emílio Goeldi*, Belém, n. 26, p. 155 – 164, 1974.

OLIVEIRA, Leon Diniz Dantas de. Sobre a ocorrência do **Smilodon populator populator** Lund, 1842, no Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. Série Especial: Paleontologia, n. 1, 1971. Separata.

_____. Ocorrência de carnívoro fóssil em São Rafael, Rio Grande do Norte. *Arquivos do Instituto de Antropologia*. Série Especial: Paleontologia. N. 2, 1973. Separata.

ONOFRE JUNIOR, Manoel. *Breviário da cidade do Natal*. 2. ed. Natal: Clima, 1984. p. 77.

O PETRÓLEO: exposição permanente. Rio de Janeiro: Serviço de Comunicação Social/Petrobrás, 1985.

PRONAPA. Brazilian archaeology in 1968: an interim report on the National Program of Archaeological Research, *American Antiquity*, v. 35, 1970.

SOUZA, Oswaldo de. O remeiro do rio São Francisco. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 1, n. 2, dez.1964.

SOUZA, Oswaldo de. Romaria dos penitentes. *Arquivos do Instituto de Antropologia*, v. 2, n. 1/2, mar.1966.

TASSONE, Vicente Giancotti. Pré-história e história. *Clio: revista de pesquisa histórica*, v. 3, n. 1, p. 65-72, 1980,

_____. *Curso de introdução à teoria antropológica*. Natal: UFRN, 1982. (Coleção Textos Acadêmicos, ano 2, n. 3).

_____. *Introdução a pré-história do Velho Mundo*. Natal: UFRN/MCC/ Departamento de Arqueologia, 1982.

VALADARES, José. *Museu para o povo: um estudo sobre museus americanos*. Salvador: Museu do Estado da Bahia, 1945.

JORNALÍSTICAS

Diário de Natal, 1960-1990.

O Poti, 1960-1990.

Tribuna do Norte, 1960-1990.

Referências

ABREU, Regina. Tal antropologia, qual museu? In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario de Souza; SANTOS, Myrian Sepúlveda dos (org). *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, Minc/IPHAN/DEMU, 2007.

ADAMS, Jennifer D. The historical context of science and education at the American Museum of Natural History. *Cultural Studies of Science Education*, n. 2, p. 393-440, 2007.

ALBERTI, Samuel J. M. M.. Objects and the Museum. *Focus-Isis*, v. 96, n. 4, dez. 2005.

ALMEIDA, Adriana Mortara. Os visitantes do Museu Paulista: um estudo comparativo com os visitantes da Pinacoteca do Estado e do Museu de Zoologia. *Anais do Museu Paulista*. São Paulo. Nova Série, v.12. p. 269-306, jan./dez. 2004.

AOKI, Eric; DICKINSON, Greg; OTT, Brian L. The master naturalist imagined: directed movement and simulations at the draper Museum of Natural History. In: DICKINSON, Greg; BLAIR, Carole; OTT, Brian. *Places of public memory: the rhetoric of museum and memorial*. Tuscaloosa: The University of Alabama Press, 2010.

ARDIGÓ, Fabiano. Uma ciência improvável: o Museu Paranaense entre 1940 e 1960. In: ARDIGÓ, Fabiano (org.). *Histórias de uma ciência regional: cientistas e suas instituições no Paraná (1940-1960)*. São Paulo: Contexto, 2011.

BARBUY, Heloisa. A conformação dos ecomuseus: elementos para compreensão e análise. *Anais do Museu Paulista*, NS, n. 2, p.209-236, 1995.

_____. *A exposição universal de 1889 em Paris: visão e representação na sociedade industrial*. São Paulo: Edições Loyola, 1999.

BARRETT, Jennifer. *Museum and the public sphere*. Chichester: Wiley-Blackwell, 2011.

BENNETT, Tony. *The birth of the museum: history, theory, politics*. New York, Routledge, 2005.

BLOM, Philipp. *Ter e manter: uma história íntima de colecionadores e coleções*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

BOUILLER, Jean-Roch; CALAFAT, Marie-Charlotte. Dioramas ethnographiques et unités écologiques: La mise en scène de la vie quotidienne au Musée d'Ethnographie du Trocadéro et au Musée National des Arts et Traditions Populaires. *Culture & Musées: Muséologie et Recherches sur la Culture*, v. 32, 2018.

BOURDIEU, Pierre; DARBEL, Alain. *O amor pela arte: os museus de arte na Europa e seu público*. São Paulo: EDUSP: Zouk, 2003.

BREFFÉ, Ana Cláudia Fonseca. Os primórdios do museu: da elaboração conceitual à instituição pública. Projeto História, São Paulo, n. 17, nov. 1998.

_____. Museus históricos na França: entre a reflexão histórica e a identidade nacional. Anais do Museu Paulista. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, v. 5, n. 1, p. 175-203, 1997.

_____. *O Museu Paulista: Affonso de Taunay e a memória nacional, 1917-1945*. São Paulo: Ed. UNESP: Museu Paulista, 2005.

BROWNE, Janet. Do collections make the collector? Charles Darwin in context. In: BERETTA, Marco. *From private to public: natural collections and museums*. Sagamore Beach: Watson Publishing International, 2005.

CANCLINI, Nestor Garcia. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.

COMISSÃO da Verdade da UFRN: relatório final. Natal: EDUFRN, 2015.

CORRÊA, Mariza. *História da antropologia no Brasil (1930-1960), testemunhos*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais; Campinas: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1987.

_____. A antropologia no Brasil (1960-1980). In: MICELI, Sérgio (org.). *História das ciências sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1995. v. 2.

DIAS, Carla da Costa. Identificando e construindo coleções: colecionadores em campo. *26ª Reunião Brasileira de Antropologia*, 1 a 4 de junho, Porto Seguro, Bahia, 2008.

FARIAS, Felipe. *Georges Cuvier: do estudo dos fósseis à paleontologia*. São Paulo: Associação Filosófica Scientia Stydia: Editora 34, 2012.

FIGUEIRÔA, Silvia. *As ciências geológicas no Brasil: uma história social e institucional, 1875-1934*. São Paulo: Hucitec, 1997.

FRESTON, Paul. Um império na província: o Instituto Joaquim Nabuco em Recife. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

GALVÃO, Cláudio A. Pinto. *Oswaldo de Souza: o canto do Nordeste*. Rio de Janeiro: Funarte: Instituto Nacional da Música/Projeto Memória Musical Brasileira, 1988.

GREGORY, Jane; MILLER, Steve. *Science in public: communication, culture and credibility*. Cambridge: Perseus Books Group, 2000.

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. *Coleções e expedições vigiadas: os etnólogos no Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil*. São Paulo: HUCITEC, 1998.

HENNING, Michelle. Museum media: an introduction. *Wiley Online Library*, 08 jun. 2015. Disponível em: https://www.academia.edu/30789805/Museum_Media_An_Introduction?from=cover_page

HOLLANDA, Guy de. *Recursos educativos dos museus brasileiros*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais e Organização Nacional do ICOM, 1958.

KIRSHENBLATT-GIMBLETT, Barbara. "Objects of ethnography". In: KARP, Ivan; LAVINE, Steven D. (ed.), *Exhibiting Cultures: the poetics and politics of museum display*. Washington: The Smithsonian Institution Press, 1991.

LOPES, Maria Margaret. *O Brasil descobre a pesquisa científica: os museus e as ciências naturais no século XIX*. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. A favor da desescolarização dos museus. *Educação & Sociedade*, n. 40, dez., 1991.

MACFADDEN, Bruce J. *et al.* Fossil horses, orthogenesis, and communicating evolution in museums. *Evo Edu Outreach*, n. 5, p. 29-37, 2012.

MASSARANI, Luisa; MOREIRA, Ildeu de Castro. Science communication in Brazil: A historical review and considerations about the current situation. *Anais da Academia Brasileira de Ciências*, v. 88, n. 3, p. 1577-1595, 2016.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. A História cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais, *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, n. 34, p. 9-24, 1992.

_____. A problemática da identidade cultural nos museus: de objetivo (de ação) a objeto (de conhecimento), *Anais do Museu Paulista*, NS, n. 1, p. 207-222, 1993.

_____. Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico, *Anais do Museu Paulista*, NS, n. 2, p. 9-42, 1994.

_____. O museu e a questão do conhecimento. In: GUIMARÃES, Luiz Salgado; RAMOS, Francisco Régis Lopes (org.). *Futuro do pretérito: escrita da história e história do museu*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar: Expressão Gráfica Editora, 2010.

MICELI, Sérgio. O cenário institucional das Ciências Sociais no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Ed. Sumaré: FAPESP, 1995. v. 2.

MILLER JR, Tom O. Arqueologia no Rio Grande do Norte: balanço e perspectivas. Disponível em: <https://cchla.ufrn.br/humanidades2009/Anais/GT06/6.3.pdf>

MORAES, Fábio Rodrigo de. Uma coleção de história em um museu de ciências naturais: o Museu Paulista de Hermann von Ihering, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. v. 16, n.1, jan./jun., 2008.

OLIVEIRA, Cécilia Helena de Salles. Museu Paulista: espaço de evocação do passado e reflexão sobre a história, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. Nova Série. v. 10/11, p. 105-126, 2002-2003.

PEARCE, Morwenna; SIMPSON, Andrew. The exhibition of scientific principles: a case from the Biological Sciences Museum of Macquarie University. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/255730951_The_exhibition_of_scientific_principles_A_case_study_from_the_Biological_Sciences_Museum_at_Macquarie_University>. Acesso em: 25 nov. 2019.

PEARCE, Susan M. *Museums, objects and collections: a cultural study*. Washington: Smithsonian Institution Press, 1993.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Exposições universais: espetáculos da modernidade do século XIX*. São Paulo: Ed. HUCITEC, 1997.

POULOT, Dominique. *Museu e museologia*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

RAMOS, Francisco Regis Lopes. Entre a poeira e o silêncio: sobre a exposição e construção da memória no Museu do Ceará, *Anais do Museu Paulista*, São Paulo. NS. v.19, n.1, p. 165-187. jan./jun. 2011.

RIBEIRO, Berta G. Etnomuseologia: da coleção à exposição, *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, n. 4, p. 189-201, 1994.

RIEPPPEL, Lukas. Bringing Dinosaurs back to life: exhibiting prehistory at the American Museum of Natural History. *Isis*, n. 103, p. 460-490, 2012.

ROCA, Andrea. Acerca dos processos de indigenização dos museus: uma análise comparativa. *Mana*, v. 21, n. 1, p. 123-155, 2015.

RODINI, Elizabeth. *A brief history of the art museum*. Disponível em: <https://www.khanacademy.org/humanities/approaches-to-art-history/understanding-museums/a/a-brief-history-of-the-art-museum-edit.>>. Acesso em: 15 jan. 2020.

ROSELL, Antoni Roca. Science and technology in word exhibitions. *Ricerche Storiche*, ano 45, n. 1/2, jan./ago. p. 29-36, 2015.

SANDBERG, Mark B. Efégie e narrativa: examinado o museu de folclore do século XIX. In: CHARNEY, Leo; SCHWARTZ, Vanessa R. *O cinema e a invenção da vida moderna*. São Paulo: Cosac & Naify Edições, 2001. p. 441-496.

SANSI-ROCA, Roger. De armas do fetichismo a patrimônio cultural: as transformações do valor museográfico do Candomblé em Salvador da Bahia no século XX. ABREU, Regina; CHAGAS, Mário de S.; SANTOS, Myriam S. dos. *Museus, coleções e patrimônios: narrativas polifônicas*. Rio de Janeiro: Garamond, MinC/IPHAN/DEMU, 2007.

SANTOS, Jailma da Silva Medeiros. *A construção do Museu Câmara Cascudo*. 2010. Monografia (Especialização História do Rio Grande do Norte), UNP, Natal, 2010.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond: MinC: IPHAN: DEMU, 2006.

SCHWARCZ, Lílian K. M. O nascimento dos museus brasileiros, 1870-1910. In: MICELL, Sérgio (org.). *História das Ciências Sociais no Brasil*. São Paulo: Vértice, Ed. Revista dos Tribunais: IDESP, 1989.

SHINN, Terry; RAGOUET, Pascal. *Controvérsia sobre a ciência: por uma sociologia transversalista da atividade científica*. São Paulo: Ed. 34, 2008.

SHINN, Terry. Regimes de produção e difusão de ciência: rumo a uma organização transversal do conhecimento. *Scientiae studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 11-42, 2008.

_____. Desencantamento da modernidade e da pós-modernidade: diferenciação, fragmentação e a matriz de entrelaçamento. *Scientiae studia*, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 43-81, 2008.

SILVA, Abrahão Sanderson Nunes F. da. *Musealização da arqueologia: diagnóstico do patrimônio arqueológico em museus potiguares*. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Programa de Pós-Graduação em Arqueologia/Museu de Arqueologia e Etnografia/USP, 2008.

SILVA, Jacqueline Souza. *Instituto de Antropologia: um espaço para ciência no Rio Grande do Norte (1960-1973)*. 2014. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

_____. O Instituto de Antropologia e o seu museu expositor: os primórdios e a criação do Museu Câmara Cascudo/UFRN. *Anais do XXVII Simpósio Nacional de História*. Natal: ANPUH, 2013.

SOUSA, Cidoval M. de; MARQUES, Nuno P.; SILVEIRA, Tatiana S. (org.). *A comunicação pública da ciência*. Taubaté: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003.

SOUZA, Rosa Fátima de. *Templo de civilização: a implantação da escola primária graduada no estado de São Paulo (1890-1910)*. Campinas: Ed. da Unesp, 2004.

TRIGGER, Bruce G. *História do pensamento arqueológico*. 2. ed. São Paulo: Odysseus Editora, 2004.

WEBER, Silke. Marcas da Reforma Universitária de 1968 e novos desafios para a universidade brasileira. *Estudos de Sociologia*. v. 2, n. 15, 2009.

WULF, Andrea. A invenção da natureza: a vida e as descobertas de Alexander von Humboldt. São Paulo: Planeta, 2016.

URRY, John. O olhar do turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas. São Paulo: Studio Nobel: SESC, 1996.

VALENTE, Maria Esther Alvarez. O museu de ciência: espaço da história da ciência. *Ciências & Educação*, v. 11, n. 1, p. 53-62, 2005.

VIANA, Hélder. *Os usos do popular: coleções, museus e identidades, na Bahia e em Pernambuco, do início do século à década de 1950*. 2002. Tese (Doutorado em História) - FFLCH/USP, 2002.

_____. Coleções, sentimento e identidade: a trajetória do colecionismo de Abelardo Rodrigues. In: MONTENEGRO, Antonio Torres et al. (org.) *História: cultura e sentimento – outras histórias do Brasil*. Recife: Ed. UFPE; Cuiabá: Ed. UFMT, 2008.

_____. Objetos materiais, museus e ensino de história nas primeiras décadas da República. *Anais Eletrônicos do VII Perspectivas do Ensino de História*. Uberlândia, 2009.

_____. As marcas do escravo no Museu Câmara Cascudo. In: GUIMARÃES, Manoel Luiz G.; RAMOS, Francisco Regis Lopes (org.). *Futuro do pretérito: escrita da história e história dos museus*. Fortaleza: Instituto Frei Tito de Alencar/Expressão Gráfica Editora, 2010.

WADE, Edwin L., The ethnic art market in the American Southwest, 1880-1980. In: STOCKING JR., George W. (org.). *Objects and others: essays on museums and material culture*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1985.

YALLOP, Jacqueline. *Magpies, squirrels & thieves: how the Victorians collected the world*. London: Atlantic Books, 2011.



Hélder do Nascimento Viana

Professor de Museologia e de História Contemporânea do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo com a tese “Os usos do popular: coleções, museus e identidades, na Bahia e em Pernambuco, do início do século à década de 1950”.

É autor de “Técnica, tecnologia e artefato: ensaios de aproximação”, além de diversos artigos sobre colecionismo, memória e museus. O presente livro é resultado de sua tese de concurso para professor titular.

São trabalhos como este que nos permitem melhor evidenciar o valor e a importância dos museus, instituições que, apesar de sempre enaltecidas nos discursos oficiais e objeto de um interesse difuso de alguns públicos, ainda carecem – e muito - de um reconhecimento quanto à integralidade da contribuição que permitem dar exatamente por identificar, formar, estudar, preservar e comunicar acervos, coleções ou patrimônio – o nome que se queira dar – tangíveis e intangíveis.

Heloisa Barbuy

ISBN 978-65-84514-26-3



9 78 65 84 5 14 26 3